



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE
NACIONAL PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA

PROJETO SALA VERDE EM SERGIPE: CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO DO
SUJEITO ECOLÓGICO

SÃO CRISTÓVÃO/SE
ABRIL/2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE
NACIONAL PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA

**PROJETO SALA VERDE EM SERGIPE: CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO
DO SUJEITO ECOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ensino de Ciências Ambientais.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Rosana de Oliveira Santos Batista

São Cristóvão/SE
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

H811p Hora, Elane Avarenga Oliveira
 Projeto sala verde em Sergipe : contribuindo com a
 construção do sujeito ecológico / Elane Alvarenga Oliveira Hora ;
 orientadora Rosana de Oliveira Santos Batista. – São Cristóvão,
 SE, 2020.
 214 f. : il.

 Dissertação (mestrado em Ciências Ambientais) -
 Universidade Federal de Sergipe, 2020.

 1. Ciências ambientais. 2. Educação ambiental – Sergipe. 3.
 Movimento ecológico. I. Batista, Rosana de Oliveira Santos, orient. II.
 Título.

 CDU 37:502/504(813.7)

ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA

**PROJETO SALA VERDE EM SERGIPE: CONTRIBUINDO COM A CONSTRUÇÃO
DO SUJEITO ECOLÓGICO**

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em 18 de fevereiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

**Profª. Dra. Rosana de Oliveira Santos Batista – Presidente/Orientadora
Universidade Federal de Sergipe**

**Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa – Membro Externo
Universidade Federal de Sergipe**

**Profª. Dra. Roseane Cristina Santos Gomes – Membro Interno
Universidade Federal de Sergipe**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de **ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA**, referente ao Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Prof^ª. Dr^ª. Rosana de Oliveira Santos Batista
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
PROFCIAMB/UFS

São Cristóvão/SE
2020

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe - UFS, cessão de direitos para publicação eletrônica, empréstimo, reprodução desta Dissertação com finalidade para estudos e pesquisas científicas.

Elane Alvarenga Oliveira Hora
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
PROFCIAMB/UFS

Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Programa de Pós-Graduação em Rede para Ensino das Ciências Ambientais
PROFCIAMB/UFS

São Cristóvão/SE
2020

Dedico este estudo primeiramente a Deus, aos meus pais, José Carlos e Célia, ao meu esposo Thiago e a minha filha amada Ana Laura, a minha sobrinha Raquel, ao meu irmão Carlos Guilherme (in memorian) e minha avó Severina (in memorian), bem como, a todos os meus familiares pelo amor, apoio e paciência. A todos os meus Mestres que passaram por minha vida e em especial a minha orientadora, Rosana Batista, pela paciência, sabedoria, dedicação e boa vontade na construção de um ser ecológico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Senhor Jesus Cristo, o Deus da minha vida, a Rocha da minha salvação, a Raiz de Davi, o Emanuel “Deus conosco” sempre presente em todas as etapas da minha jornada tornando o meu fardo leve, cumprindo os Teus propósitos em minha vida. Santo! Fiel! E Justo! A Ti rendo toda Honra, Glória e Louvor! Porque só Tú Senhor Jesus és digno de toda adoração para sempre e sempre!

Sou muito grata aos meus pais, José Carlos Oliveira e Célia Amaral Alvarenga, por serem instrumentos de Deus para me trazerem à vida e me dar o maior alicerce que é a família, por toda dedicação, apoio, educação, sacrifícios, carinho e amor incondicional que só um pai e uma mãe têm por seu filho. Admiro e amo muito vocês!

Gratidão ao meu amado esposo Thiago, companheiro de vida e eterno namorado, por construirmos a nossa família e me ajudar a realizar o sonho de ser mãe de Ana Laura, minha filha amada, benção e presente do Senhor Jesus! Família plano de Deus!

Agradeço a Deus por todos os meus irmãos! Cristiane por ser uma verdadeira irmã-amiga, mulher de Deus, te respeito e admiro muito sua sabedoria, inteligência, força e coragem, sempre calma (puxou a mainha) e por ter me dado minha sobrinha linda e amada Raquel. Vanessa, que por ser a mais nova dentre as mulheres, ajudei a criar como se fosse uma filha, me preocupando e sempre aconselhando para o bem, muito orgulhosa das suas recentes conquistas, a formatura e OAB. Ao meu irmão caçula Carlos Guilherme (*in memorian*) inteligentíssimo, crítico e de gargalhada fácil, viveu a vida intensamente... Saudades! Repito o que já te disse, você se foi muito cedo e eu gostaria de ter tido a oportunidade de ter feito mais por você, a cada nova conquista compartilho e sei que você ficaria orgulhoso de mim. E pela vida ser tão surpreendente e maravilhosa, agradeço também aos meus meio irmãos mais novos por parte de pai, Vinícius e Mateus. Amo a todos cada um do seu jeito!

Agradeço a Deus também pela minha prima Uélida, que é uma verdadeira irmã, além de amiga, confidente e conselheira pra toda hora. Tenho muito orgulho da mulher que você se tornou. Se fossemos criadas juntas não seríamos tão parecidas!Rs... Sempre nos divertimos bastante juntas!

Agradeço aos meus amados Avós paternos Guilherme e Maria (*in memorian*) de Nossa Senhora da Glória/SE, Avós maternos José Lino e Severina (*in memorian*) de Guaraná-Aracruz/ES, que o Deus Pai em Sua infinita misericórdia os tenham em Seus braços de Amor!

Sou grata de coração também ao meu sogro Jackson, que como um pai e amigo tem sempre estado presente e me ajudado nos momentos difíceis. Agradeço ao Senhor Jesus pela cura da minha sogra Maria de Fátima. E agradeço também a todos os meus queridos familiares tios e tias, primos e primas!

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, em especial minha amada amiga de infância Shirley, pelas boas risadas das peripécias de quando crianças, pelo ombro amigo nos momentos mais difíceis, por sempre torcer por mim e ficar feliz com as minhas conquistas. Grata a meu grande amigo e compadre Ricardo por tudo que fez pela minha família! Gratidão também ao meu querido amigo Almir, que sempre acreditou em mim e me incentivou a fazer o mestrado. Você faz parte dessa vitória!

Agradeço a toda minha família e amigos pelo apoio e compreensão nesse período em que estive ausente e mesmo sentindo a minha falta torceram por mim.

Gratidão a todos os meus colegas da Turma 2018 do ProfCiamb pelo apoio e troca de conhecimentos, pelos cafezinhos e lanchinhos e por tudo que passamos juntos. E agradeço a Deus em especial por ter encontrado nessa jornada, verdadeiras e queridas amigas como Simone e Ilnara, mulheres inteligentes, fortes e admiráveis, companheiras na hora das angústias, do desespero, das dúvidas, dos choros, das decepções e também dos momentos de felicidade. Vocês tornaram a caminhada mais leve e possível!

Sou grata a duas pessoas em especial que também me ajudaram muito e contribuíram com o meu produto didático, a Thaís e o Ednaldo. Vocês foram verdadeiros anjos na minha vida! Deus os abençoe sempre!

Gratidão a todos os meus Mestres que passaram e de alguma forma contribuíram na minha vida acadêmica. E, especialmente, a minha orientadora, Rosana Batista, me faltam palavras para descrever meu sentimento de gratidão e admiração. Agradeço imensamente por ter me estendido à mão no momento em que mais precisei, isso foi de fundamental importância para que eu pudesse chegar até aqui. E confesso que sempre desejei ser sua orientanda! Te agradeço, professora, pelas ótimas aulas de metodologia, pelos cafés e lanchinhos, por todos os conselhos preocupados e impecáveis orientações. Te agradeço pelo ser humano maravilhoso que a Senhora se mostrou ao longo dessa jornada e por me fazer compreender o verdadeiro sentido da palavra e profissão de Mestre por excelência. Que Deus te abençoe e ilumine sempre!

RESUMO

A história humana, principalmente a partir da segunda fase do sistema econômico capitalista industrial, no século XVIII, demonstrou que a sociedade de consumo passou a pensar o sistema natureza, enquanto recurso econômico e não mais como riqueza natural. Numa relação de dominação, o homem vem exaurindo e dilapidando a natureza como se esses “recursos” fossem inesgotáveis, demonstrando, sobremaneira, a dicotomia entre homem e natureza, causando impactos ambientais, dando sinais de (in)sustentabilidade. Diante desse contexto, as nações do mundo, a partir das Conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, na cidade de Estocolmo, começaram a definir os rumos e práticas dessa sociedade insustentável, reconhecendo a Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo. Nessa direção, o Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente, enquanto política pública de Educação Ambiental surge como possibilidade para a gestão ambiental municipal, a fim de fomentar a educação ambiental. Nesse sentido, nesta pesquisa buscou-se analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico, mediante a construção de Novas Salas Verdes. Consideramos que a existência de uma articulação por meio de acordo de cooperação entre o governo federal e estadual, tem contribuído com o avanço significativo de políticas públicas ambientais, em escala municipal de Sergipe, mobilizadas através de reuniões de divulgação, reunião de apoio pedagógico, curso de Educação à Distância e momento presencial para construção de novas salas verdes. Assim, a pesquisa trouxe enquanto questão central a reflexão sobre a eficiência do Projeto Sala Verde, enquanto política de Educação Ambiental, no processo de sensibilização do Sujeito Ecológico. O método que a orientou foi pautado nas análises dialéticas, o caminho metodológico na abordagem quali-quantitativa, com técnicas de coleta dos dados, a partir de pesquisa documental, bibliográfica, observação simples, entrevistas semiestruturadas e questões norteadoras. A metodologia utilizada na pesquisa de intervenção foram Oficinas Pedagógicas para a formação continuada dos gestores ambientais municipais das Novas Salas Verdes em Sergipe. Dessa forma, em nossas considerações finais, ponderamos que 30% dos gestores das Novas Salas Verdes são sujeitos ecológicos, pois se identificam com o ideário ecológico e que, portanto, assumiram os valores ecológicos em suas vidas sendo sujeitos da ação socioambiental, e acreditam na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário. Denotando partilharem da corrente de Educação Ambiental crítica politizando a problemática socioambiental em sua complexidade, entendendo que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental, buscando a autonomia e liberdades humanas em sociedade redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta. E enquanto educadores ambientais em suas práticas pedagógicas disseminam, estimulam e sensibilizam para a construção de uma conscientização acerca dos ideais ecológicos, justamente contribuindo para a formação de uma atitude ecológica e, consequentemente, para a formação do sujeito ecológico nos municípios sergipanos. E como produto final dessa dissertação, foi elaborada uma Cartilha Eletrônica de Educação Ambiental para os municípios, com a proposta do Projeto Sala Verde em Sergipe e os demais municípios sergipanos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Projeto Sala Verde. Relação Sociedade e Natureza. Sujeito Ecológico.

ABSTRACT

Human history, mainly from the second phase of the industrial capitalist economic system, in the 18th century, demonstrated that the consumer society started to think of the nature system, as an economic resource and no longer as natural wealth. In a relationship of domination, man has been exhausting and dilapidating nature as if these “resources” were inexhaustible, demonstrating, above all, the dichotomy between man and nature, causing environmental impacts, giving signs of (in) sustainability. In this context, the nations of the world, starting with the United Nations Conferences on the Human Environment, in 1972, in Stockholm, began to define the directions and practices of this unsustainable society, recognizing Environmental Education as the element critical in combating the environmental crisis in the world. In this sense, the Sala Verde Project of the Ministry of the Environment, as a public policy on Environmental Education, emerges as a possibility for municipal environmental management in order to promote environmental education. In this sense, this research sought to analyze the contribution of the Sala Verde Project in environmental education in Sergipe for the construction of the ecological subject, through the construction of New Green Rooms. We believe that the existence of an articulation through a cooperation agreement between the federal and state government, has contributed to the significant advance of public environmental policies, at the municipal scale of Sergipe, mobilized through dissemination meetings, pedagogical support meeting, course Distance Education and face-to-face moment for the construction of New Green Rooms. Thus, the research brought as a central question the reflection on the efficiency of the Sala Verde Project, as an Environmental Education policy, in the process of raising awareness of the Ecological Subject. The method that guided it was based on dialectical analyzes, the methodological path in the qualitative and quantitative approach, with data collection techniques, based on documentary, bibliographic research, simple observation, semi-structured interviews and guiding questions. The methodology used in the intervention research was Pedagogical Workshops for the continuous training of municipal environmental managers of the New Green Rooms in Sergipe. Thus, in our final considerations, we consider that 30% of the managers of the New Green Rooms are ecological subjects, because they identify with the ecological ideal and that, therefore, they assumed the ecological values in their lives being subjects of socio-environmental action, and believe in possibility of collective, social and planetary changes to a new corporate level. Denoting that they share the critical Environmental Education chain, politicizing the socio-environmental problem in its complexity, understanding that social participation and the exercise of citizenship are inseparable practices of environmental education, seeking autonomy and human freedoms in society, redefining the way we relate to our own. Species, with other species and with the planet. And while environmental educators in their pedagogical practices disseminate, stimulate and raise awareness to build awareness of ecological ideals, precisely contributing to the formation of an ecological attitude and, consequently, to the formation of the ecological subject in Sergipe’s municipalities. And as a final product of this dissertation, an Electronic Environmental Education Primer was prepared for the municipalities, with the proposal of the Sala Verde Project in Sergipe and the other Sergipe municipalities.

Keywords: Environmental Education. Green Room Project. Relationship between Society and Nature. Ecological Subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios aprovados na chamada de Edital 01/2017 - Criação de Novas Salas Verdes do MMA/Sergipe.	29
Figura 2 - Municípios de Sergipe/SE com Novas Salas Verdes inauguradas em 2019.	30
Figura 3 – Oficina 1: realizada com gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes	58
Figura 4 – Oficina 2: realizada com os gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes	59
Figura 5 – Oficina 3: Compartilhamento de experiências do Projeto Quintal Ecológico	60
Figura 6 - Oficina 4: realizada com gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes	61
Figura 7 - Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia – APOP parceira da Sala Verde Pantanal Pacatuba.....	63
Figura 8 - Ciclo de palestras "Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva"	64
Figura 9 - Dinâmica - Pannel da Coleta Seletiva	65
Figura 10 - Vídeo-animação do MMA sobre a reciclagem	66
Figura 11 - Palestra sobre a “Não produção de lixo”	67
Figura 12 - Caminhada Ecológica com recolhimento dos resíduos encontrados na praia	68
Figura 13 - Oficina de reaproveitamento de óleo de cozinha para produção de sabão com o apoio técnico do CONBASF	69
Figura 14 - Infraestrutura das Novas Salas Verdes	76
Figura 15 - Árvore dos Sonhos.....	80
Figura 16 - Muro das lamentações	82
Figura 17 - Periodicidade das ações e práticas das Novas Salas Verdes.....	89
Figura 18 - Personagens da Cartilha "Ana Laura por um Mundo Sustentável".....	108
Figura 19 - 1ª Reunião de divulgação da Chamada de Edital 01/2017 e Projeto Sala Verde	130
Figura 20- Reunião de apoio técnico pedagógico	131
Figura 21 - Encontro Estadual das Novas Salas Verdes – Palestrante Elane Alvarenga	134
Figura 22 - Desfile Cívico – Sustentabilidade em Itabaiana	137
Figura 23 - Sala Verde Kids – Creches de Itabaiana.....	137
Figura 24 – Palestra com a Coordenadora da Sala Verde Pantanal de Pacatuba - Ana Carla Lemos	138

Figura 25 - Inauguração da Sala Verde Pantanal	138
Figura 26 - Feira Cultural do Colégio João Machado	139
Figura 27 - Desfile cívico com o tema da coleta seletiva.....	139
Figura 28 - Oficinas de informática, cinema e redação sobre a Carta da Terra	140
Figura 29 - Excursão de tototó no Rio Sergipe	141
Figura 30 - Excursão de tototó no Rio Sergipe	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização dos procedimentos metodológicos da pesquisa (2019)	322
Quadro 2 - Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica, 2018	34
Quadro 3 - Metodologia das Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica, 2018	35
Quadro 4 - Aspectos gerais das Novas Salas Verdes em Sergipe.	71
Quadro 5 - Depoimentos e relatos dos Coordenadores das 10 Novas Salas Verdes em atuação em Sergipe	77
Quadro 6 - Depoimentos e relatos dos Coordenadores das 10 Novas Salas Verdes em atuação em Sergipe	77
Quadro 7 - Dificuldades das Novas Salas Verdes em realizar parcerias	85
Quadro 8 - Relação entre as problemáticas socioambientais dos municípios e as ações e práticas das Novas Salas Verdes.	86
Quadro 9 - Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre a formação de uma nova consciência ambiental	90
Quadro 10 - Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre as mudanças na forma de se relacionar com a Natureza	91
Quadro 11 - Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação ao direito à preservação e melhoria do Meio Ambiente	93
Quadro 12 - Declaração dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza	94
Quadro 13 - Declaração dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza.....	95
Quadro 14 - Declaração dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza.....	96
Quadro 15 - Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Meio Ambiente e sua importância	97
Quadro 16 - Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Meio Ambiente e sua importância	98
Quadro 17 - Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação a o quê fazem diariamente para preservar a Natureza, o Meio Ambiente e a vida no planeta	99

Quadro 18 - Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação a o quê fazem diariamente para preservar a Natureza, o Meio Ambiente e a vida no planeta	100
Quadro 19 - Ações do Acordo de Cooperação da Gestão Ambiental Estadual (2018).....	12628

LISTA DE SIGLAS

AC – Acordo de Cooperação

ANA – Agência Nacional das Águas

APOP – Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe

CONBASF – Consórcio Público de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco

DEA – Departamento de Educação Ambiental

DESO – Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe

EA – Educação Ambiental

FETASE – Federação dos Trabalhadores Agrícola de Sergipe

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Florestas

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IPAN – Instituto Pangéia

JBRJ – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCATMA – Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros

PNC – Parâmetro Curricular Nacional

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROFCIAMB – Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

SEDURBS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SERHMA – Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

SISMUMA – Sistema Municipal de Meio Ambiente

UC – Unidade de Conservação

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 PROJETO SALA VERDE E OS CAMINHOS DA PESQUISA	244
1.1 Conhecendo a Área de Estudo	277
1.2 Método e Procedimentos da Pesquisa.....	31
1.2.1 Etapas da pesquisa.....	33
2 DICOTOMIA SOCIEDADE-NATUREZA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ECOLÓGICOS.....	377
2.1 A Educação Ambiental na Construção do Sujeito Ecológico.....	444
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (NOVAS SALAS VERDES) NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS.....	Erro! Indicador não definido.5
3.1 A Intervenção mediante Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental Crítica	Erro! Indicador não definido.7
3.2 Acompanhamento das políticas públicas de Educação Ambiental das Novas Salas Verdes em Sergipe	702
3.3 Aplicação das Entrevistas.....	70
3.4 Conclusão das Entrevistas	101
4 PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL “CARTILHA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS”	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A - EXTENSÃO DA PESQUISA	126
APÊNDICE B - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SIMPLES.....	14141
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SALA VERDE.....	14242
APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA DA SALA VERDE.....	14444

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	145
45	
APÊNDICE F – TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA	147
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	148
48	
APÊNDICE H – TERMO DE ANUÊNCIA DA SALA VERDE SEDURBS.....	150
ANEXO I – FOLHA DE ROSTO DA PESQUISA	151
ANEXO II – PORTAL SALAS VERDES.....	152
ANEXO III – REDE SALAS VERDES.....	153
ANEXO IV – NOTÍCIA DA SALA VERDE DA BARRA NA REDE SALAS VERDES	154
15454	
PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL - “CARTILHA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS”	155
CARTILHA - ANA LAURA POR UM MUNDO SUSTENTÁVEL.....	170

INTRODUÇÃO

As problemáticas socioambientais têm sido alvo de amplos debates, discussões e abordagens na mídia, comunidade científica, organizações não governamentais – ONGs e instituições governamentais de diversos países do mundo (VIDAL, 2008). Os impactos ambientais que estamos vivenciando têm se mostrado uma problemática cada vez mais complexa, que evidencia não apenas uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória e do pensamento humano cartesiano dominado por um conhecimento fragmentado. A irracionalidade do sistema capitalista, que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento do meio ambiente, vem afetando a sustentabilidade da vida em nosso planeta. Esse modelo capitalista tem revelado um profundo distanciamento entre as partes da relação sociedade-natureza, visto que a humanidade vem perdendo a compreensão dessa relação no que se refere ao equilíbrio sistêmico do planeta (LEFF, 2016).

Nessa ótica mercadológica, o homem vem dilapidando e exaurindo a natureza e suas riquezas como se fossem inesgotáveis, causando grande degradação ambiental, e muitas vezes, sem se preocupar com as gerações vindouras. Esse processo só fortalece o paradigma de dominação da natureza subjugada ao ser humano, que intenta atender as necessidades de consumo pautadas em contraditórias relações de poder do capital, levando-a a sua insustentabilidade.

É nesse contexto que diversos países, principalmente a partir das Conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 que ocorreu na cidade de Estocolmo, começaram a definir os rumos de políticas ambientais e de desenvolvimento, ao passo que a Educação Ambiental era reconhecida como uma das maneiras de combater a crise ambiental (GUIMARÃES, 2016). Ainda de acordo com o referido autor, nos anos posteriores, cresceu um amplo debate e discussões entre os movimentos ambientalistas internacionais sobre a Educação Ambiental, que assim como o de Estocolmo, se tornaram marcos histórico da Educação Ambiental. Foi o caso da Conferência de Belgrado na Iugoslávia em 1975, onde foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental em que foram definidos os princípios e orientação para o futuro; a Conferência de Tbilisi na Geórgia em 1977, que delimitou as definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental largamente utilizada em todo o mundo; e na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Rio 92, em que foi produzida a Agenda 21 com um plano de ação para o desenvolvimento sustentável e, não oficialmente, foi elaborado pelas organizações da sociedade civil o importante Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (MACHADO, 2013).

No Brasil, foi no contexto histórico da década de 1970 que, timidamente, começaram as discussões e debates sobre as problemáticas socioambientais e, posteriormente, na década de 1980, o movimento ambientalista ganha força com a redemocratização do país e por pressão internacional. É nessa mesma década que ocorre o processo de institucionalização da Educação Ambiental com a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981) e da própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que no Capítulo VI discorre sobre o meio ambiente afirma no Art. 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Contudo, é somente na década de 1990 que são criados o Ministério do Meio Ambiente – MMA e os Núcleos de Educação Ambiental na Superintendência do IBAMA, em 1992. Por consequência da Rio-92 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) em 1994, posteriormente revisado em 2005, que buscou intensificar a implantação da Educação Ambiental no país, bem como, foi sancionada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Lei nº 9.795/99) em 1999, regulamentada através do Decreto Governamental nº 4.281 de 2002, que trás em seus princípios básicos o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, bem como, a dimensão política, social e ética da Educação Ambiental (EA).

Finalmente, a educação ambiental acercar-se da forma institucional à sociedade brasileira através do sistema de ensino formal com iniciativas mais consistentes junto às Secretarias de Educação por meio do próprio Ministério da Educação - MEC com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC). Nos referidos documentos, o meio ambiente e a educação ambiental se tornaram, respectivamente, conteúdo curricular da Educação Fundamental e tema transversal para todo o currículo, a ser tratado de forma articulada pelas diversas áreas do conhecimento de forma a criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (GUIMARÃES, 2016, BRASIL, 1999).

Assim, “a Educação Ambiental (EA) passou a ser apresentada como uma importante estratégia para a formação de indivíduos partícipes, na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” (NEPOMUCENO, 2017, p. 15). Embora se reconheça a Educação Ambiental como importante ação para superação das problemáticas socioambientais e apesar de seu avanço institucional e legal que culminaram em políticas públicas, bem como, crescentes abordagens pedagógicas acerca de temáticas ambientais por parte dos professores nas escolas, sabe-se que nunca se consumiu tanto as riquezas naturais e degradou tanto o meio ambiente. Segundo Jacobi (2003, p. 193) “a Educação Ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente”.

Nesse sentido, entendemos que existem diferentes concepções de Educação Ambiental, desde as conservadoras até as críticas, que refletem diferentes visões de mundo e, que conseqüentemente geram diferentes propostas de Educação Ambiental e de enfrentamento à crise ambiental. De acordo com Guimarães (2016), algumas dessas iniciativas têm a intenção de reformar o atual modelo de desenvolvimento via soluções tecnológicas e pela lógica do mercado, porém, sem alterar a racionalidade econômica que a informa. “Outras trabalham com a perspectiva de mudanças de valores, hábitos e atitudes, individuais e coletivos, de uma nova ética e novas relações de produção e consumo substanciadas em diferentes paradigmas” (GUIMARÃES, 2016, p.15-16).

Ainda segundo Guimarães (2016), as propostas de EA, sobretudo a crítica, que são pautadas na mudança de valores buscam uma transformação social e construção de uma nova sociedade a partir do despertar do sujeito ecológico e da sustentabilidade. Segundo Carvalho (2002), são sujeitos ecológicos as pessoas que se identificam com o ideário ecológico e que, portanto, assumiram os valores ecológicos em suas vidas sendo sujeitos da ação socioambiental, e que com esperança, acreditam na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário.

É nesse contexto, que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou no ano 2000 o Projeto Sala Verde com o objetivo de atender às demandas e inúmeras solicitações de órgãos dos Estados e Municípios, como secretarias de meio ambiente, secretarias de educação e instituições não governamentais - ONGs que buscavam publicações e apoio para subsidiar suas ações de Educação Ambiental. Inicialmente foi concebido como biblioteca verde e, a partir do desenvolvimento e crescimento do projeto passou-se a vislumbrar uma atuação mais ampla do projeto que,

consequentemente, evoluiu para as Salas Verdes como espaços educativos socioambientais com múltiplas potencialidades. O MMA afirma que o projeto Sala Verde vai além da mera disponibilização e democratização do acesso às informações, desenvolvendo atividades diversas de educação ambiental, tais como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões e campanhas (MMA, 2017).

No estado de Sergipe, desde o início do Projeto Sala Verde, apenas 02 (duas) instituições aderiram ao projeto: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE) responsável pela Sala Verde Agroecológica e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pela Sala Verde na UFS. Esta última, por se constituir no âmbito da instituição federal de ensino superior do estado, possui um trabalho consolidado há 10 (dez) anos, atuando na formação continuada dos docentes nos municípios sergipanos, ofertando cursos de Educação Ambiental crítica, que resultaram na publicação de 04(quatro) livros com suas experiências exitosas.

Consideramos que a existência de uma recente articulação por meio de acordo de cooperação entre o governo federal e estadual em 2018, tem contribuído para a implantação do Projeto Sala Verde no Estado e o avanço significativo de políticas públicas ambientais, em escala municipal de Sergipe, mobilizadas através de reuniões de divulgação, reunião de apoio pedagógico, curso de Educação à Distância e momento presencial, para a construção de novas salas verdes (conforme Apêndice A – Extensão da pesquisa). Entretanto, nos questionamos se o Projeto Sala Verde tem cumprido o seu papel conforme afirma o MMA, e se estes avanços significativos para fomentar esses espaços socioambientais de Educação Ambiental têm contribuído na construção de sujeitos ecológicos nos municípios sergipanos.

Destarte, se faz necessário a reflexão e/ou discussão acerca da Educação Ambiental – Projeto Sala Verde – Relação Sociedade e Natureza - Sujeito Ecológico. Nesse sentido, a pesquisa **“Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do Sujeito Ecológico”** tem como objetivo geral analisar a contribuição do projeto sala verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. Assim, a pesquisa possui enquanto questão central a reflexão sobre a eficiência do Projeto Sala Verde, enquanto política de Educação Ambiental, no processo de sensibilização do Sujeito Ecológico. E, com base nessa reflexão, encadeamos algumas questões norteadoras, que vão nos auxiliar na compreensão da problemática em tela, a saber: quais são as políticas de Educação Ambiental implementadas nos municípios sergipanos através do Projeto Sala Verde? Quais os elementos que denotam

a eficiência dos projetos sala verde nos municípios sergipanos?

Nessa direção, nossos objetivos específicos são: Compreender a ambivalência da relação sociedade/natureza na correlação educação ambiental e sujeitos ecológicos; Analisar as políticas de educação ambiental na especificidade do Projeto Salas Verdes; Avaliar a efetividade dos projetos de educação ambiental das Salas Verdes dos municípios sergipanos. Para alcançar tais objetivos e sanar os questionamentos levantados, fizemos uso da pesquisa de intervenção. Nesse sentido, os caminhos metodológicos que nortearam esta pesquisa iniciaram-se por compreendermos que a ciência moderna é marcada pelo conhecimento científico, seus métodos e procedimentos que demonstram os princípios filosóficos de suas metodologias, Araújo (2003, p. 13, *apud* BATISTA, 2015).

A presente pesquisa inicia o caminho metodológico pela demonstração do universo da nossa pesquisa que perfazem as 10 (dez) Novas Salas Verdes, localizadas nos municípios sergipanos de Aracaju, Laranjeiras, Lagarto, Pedrinhas, Carmópolis, Itabaiana, Pacatuba, General Maynard, Rosário do Catete e Barra dos Coqueiros, por serem as únicas, implantadas até o momento da defesa desta dissertação. Elas estão no pleno exercício de suas atividades, ações e práticas, previstas em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Dessa forma, esta dissertação é o resultado do trabalho de investigação dessa importante política pública ambiental que são as Salas Verdes, bem como da nossa contribuição na formação de gestores que irão atuar nesses espaços socioambientais de EA no Estado de Sergipe. Estruturamos nossas discussões ao longo de quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado a contextualizar os caminhos da nossa pesquisa, considerando dentre outras coisas, o atual contexto de implantação das Novas Salas Verdes em Sergipe e os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa. O segundo capítulo é resultado do esforço em compreender as políticas públicas ambientais no âmbito internacional, nacional e local, evidenciando a necessidade de desenvolver uma educação ambiental crítica, respaldada não só pelas produções científicas, mas também por documentos oficiais que balizam os currículos escolares. No capítulo 3, constam os resultados e discussões, descrevendo as ações realizadas no âmbito da pesquisa de intervenção, bem como discutindo os dados das nossas observações e entrevistas. Logo em seguida, no capítulo 4, apresentamos discussões sobre a Cartilha Eletrônica de Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos, nosso principal produto pedagógico. E nas considerações finais trazemos algumas conclusões, que são pontos iniciais de um

largo caminho a ser percorrido por nós educadores ambientais. Por fim, nos apêndices trouxemos a extensão da pesquisa, onde descrevemos nossa experiência enquanto gestora no âmbito estadual, assumindo a Coordenação da Educação Ambiental e a Coordenação da Sala Verde SEMARH na Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental – SQS/SEMARH (atual SEDURBS), durante o processo de implantação das Novas Salas Verdes, desde as primeiras iniciativas de incentivo a participação dos gestores municipais, até a partilha dos frutos colhidos com a inauguração de algumas Salas Verdes no território Sergipano.

1 PROJETO SALA VERDE E OS CAMINHOS DA PESQUISA

O Projeto Sala Verde teve início no ano 2000 com o objetivo de atender às demandas e inúmeras solicitações de órgãos dos Estados e Municípios, como secretarias de Meio Ambiente, secretarias de Educação e instituições não governamentais – ONGs, que buscavam no Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicações e apoio para subsidiar suas ações de Educação Ambiental. Inicialmente, foi concebido como biblioteca verde e, a partir do desenvolvimento e crescimento do projeto passou-se a vislumbrar uma atuação mais ampla do projeto que, conseqüentemente, evoluiu para as Salas Verdes como espaços educativos socioambientais com múltiplas potencialidades. O MMA afirma que o projeto Sala Verde vai além da mera disponibilização e democratização do acesso às informações, desenvolvendo atividades diversas de Educação Ambiental, tais como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões e campanhas (MMA, 2017).

O Projeto Sala Verde está atrelado ao MMA e era coordenado pelos extintos Departamento de Educação Ambiental (DEA) da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Entretanto, com a atual conjuntura política do país, o projeto está sendo coordenado pelo Departamento de Documentação dentro da Secretaria Nacional de Ecoturismo. O Projeto Sala Verde está em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental (MMA, 2017). Assim, Sala Verde é

[...] um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional, voltadas à temática socioambiental e cultural, que visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis (MMA, pg. 03, 2017).

Até o ano de 2017, o projeto possuía 357 salas espalhadas por todo o país. Segundo o MMA, as instituições participantes do projeto estão distribuídas em quase todos estados e no Distrito Federal. Estão localizadas, em sua maioria, em prefeituras municipais, secretarias de Meio Ambiente, secretarias de Educação, Institutos Federais

e Universidades, mas também em conselhos gestores de Unidades de Conservação (UC) e em organizações não governamentais (MMA, 2017).

De acordo com o MMA, as Salas Verdes devem se constituir como um centro de referência na localidade em que são implantadas, onde contribuem para disponibilização de publicações e materiais e democratização do acesso à informação (MMA, 2017). Assim, conforme as diretrizes do projeto, devem se estabelecer como um espaço de encontro, reflexão e construção da ação/prática socioambiental, enquanto espaço educador de múltiplas potencialidades onde devem ser desenvolvidos, por exemplo, cursos, programas de formação continuada, palestras, teatros, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas, exposições e mostras com foco na Educação Ambiental.

A Sala Verde apresenta um grande potencial de delineamento e desenvolvimento de projetos, ações e programas educacionais e, portanto, pode cumprir um papel articulador e integrador nas localidades onde se encontra, de modo a estar conectada com o que se pensa e se faz no município, sendo um espaço de promoção de sinergias entre instituições, pessoas, projetos, programas e ações, não só ambientais, mas também culturais, educacionais, e de ampliação da cidadania (MMA, pg. 04, 2017).

É um projeto que possibilita uma fácil inserção, pois cada Sala Verde é única, não havendo um padrão pré-definido ou um modelo pré-estabelecido pelo MMA. Cada instituição pode e deve configurá-la à sua maneira, dando a sua “cara”, sempre levando em consideração a identidade institucional e o público a ser trabalhado. Faz-se importante, nessas iniciativas, o diálogo com as potencialidades e particularidades locais e regionais para então, posteriormente, pensar o meio ambiente de maneira global. As suas ações, práticas e projetos devem ser orientados através de um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Político Pedagógico, que deve explicitar questões sobre as motivações para a criação de uma Sala Verde, como, quando, onde e o quanto custará cada projeto (MMA, 2017).

No estado de Sergipe, o Projeto Sala Verde iniciou no ano de 2000, desde então, apenas 02 (duas) instituições aderiram ao projeto: a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE), responsáveis pela Sala Verde na UFS e a Sala Verde Agroecológica, respectivamente.

Mais recentemente, em 11 de dezembro de 2017, o MMA, por meio do então Departamento de Educação Ambiental da Secretaria Nacional de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, tornou pública a chamada de Edital nº 01/2017 – “Criação de Novas Salas Verdes”, para seleção de instituições interessadas em atuarem nas atividades e projetos de educação ambiental não formal. Nesse período, ainda existia um Acordo de Cooperação Técnica (AC) entre a também extinta Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH atual SEDURBS) e o MMA, que se encontrava em vigência, no qual está inserido em seu Plano de Trabalho o Projeto Sala Verde. Valendo-se dessa parceria, a SEMARH realizou, por meio da Coordenação de Educação Ambiental da Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (SQS), duas reuniões para ampliar a divulgação do referido Edital e do Projeto Sala Verde para os 75 municípios do Estado de Sergipe. Além destas duas, foi realizada mais uma reunião de apoio técnico pedagógico para orientar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de novos projetos de Sala Verde, primordial para que os municípios interessados pudessem se inscrever e concorrer ao edital do MMA. Foi ofertado também um Curso de capacitação na modalidade à distância intitulado “*Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para Espaços Educadores*” por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do MMA e o Encontro presencial para os gestores ambientais e equipes das Novas Salas Verdes, (conforme Apêndice A – Extensão da pesquisa).

Esperamos que as Novas Salas Verdes possam atingir sua proposta e finalidade de serem espaços com múltiplas potencialidades, verdadeiros centros de informação e formação ambiental, cumprindo o seu papel de espaço articulador e integrador no desenvolvimento de projetos, ações e programas de educação ambiental nos municípios sergipanos. Acreditamos que esses espaços são capazes de estimular a discussão crítica e a formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis, ou seja, que contribuam para o despertar do sujeito ecológico (MMA, 2017).

Dessa forma, consideramos que através da Educação Ambiental crítica é possível criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (GUIMARÃES, 2016). Ademais, a EA já se consolida como um importante instrumento de transformação socioambiental, fazendo parte do conteúdo curricular da Educação Fundamental e como tema transversal para todo o currículo formal abordado de forma articulada pelas diversas áreas do conhecimento numa proposta inter, multi e

transdisciplinar, em acordo com a LDB, PNC e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal 9.795/1999).

Inserido nesse contexto de implementação de Novas Salas Verdes, desenvolvemos uma pesquisa de intervenção através de Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental Crítica e acompanhamento de suas ações para sensibilização e contribuição na formação do sujeito ecológico dos gestores e público alvo das novas Salas Verdes em Sergipe.

1.1 Conhecendo a Área de Estudo

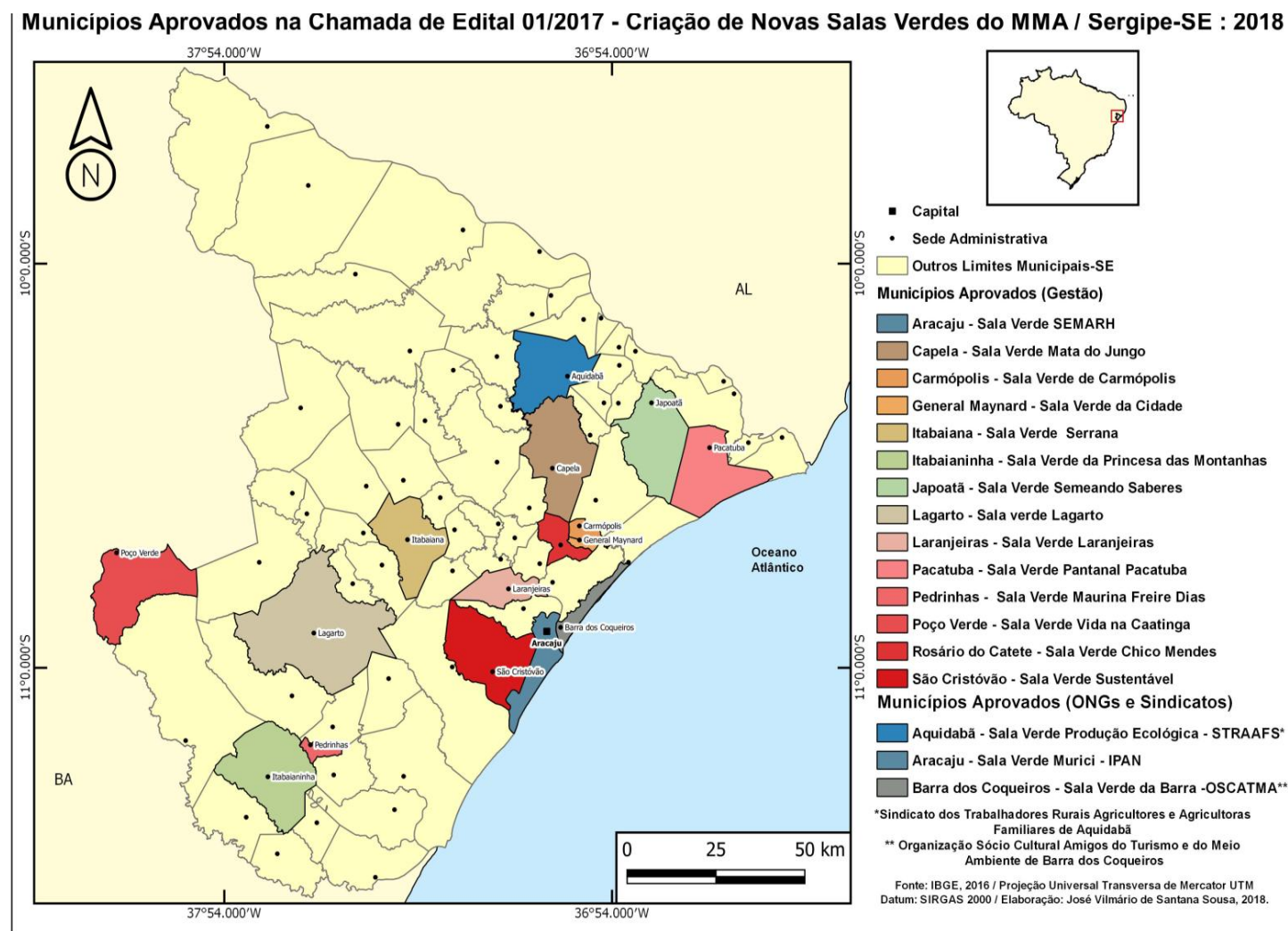
No mapa a seguir (Figura 1), observamos os municípios aprovados na última chamada de Edital 01/2017 – Criação de Novas Salas Verdes do MMA e perceber essa ampliação do Projeto Sala Verde em Sergipe, entre instituições da gestão ambiental municipal nas secretarias de meio ambiente e educação, e não governamentais como ONGs e sindicatos.

Dentre os municípios sergipanos incluídos no Projeto Sala Verde, estão: Aracaju (02 inscrições), Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Capela, Carmópolis, General Maynard, Itabaiana, Itabaianinha, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Pacatuba, Pedrinhas, Poço Verde, Rosário do Catete, e São Cristóvão, totalizando 17 Novas Salas Verdes, como podemos observar na Figura 1.

Logo em seguida, ilustramos na Figura 2 o mapa de Sergipe, em que poderemos compreender melhor a área de estudo da pesquisa com os municípios com as Novas Salas Verdes inauguradas até 2019. Entre as Novas Salas Verdes, 10 (dez) foram inauguradas nos municípios sergipanos até o presente momento, são elas: Sala Verde de Carmópolis, Sala Verde Lagarto, Sala Verde Laranjeiras, Sala Verde Serrana do município de Itabaiana, Sala Verde Pantanal Pacatuba, Sala Verde da Cidade do município de General Maynard, a Sala Verde Chico Mendes do município de Rosário do Catete, Sala Verde Maurina Freire Dias do município de Pedrinhas. Destas dez, 08 (oito) atuam junto a gestão de instituições municipais, e 2 (duas) estão atreladas a atuação no âmbito da sociedade civil por meio de ONGs, como é o caso da Sala Verde da Barra da ONG Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente

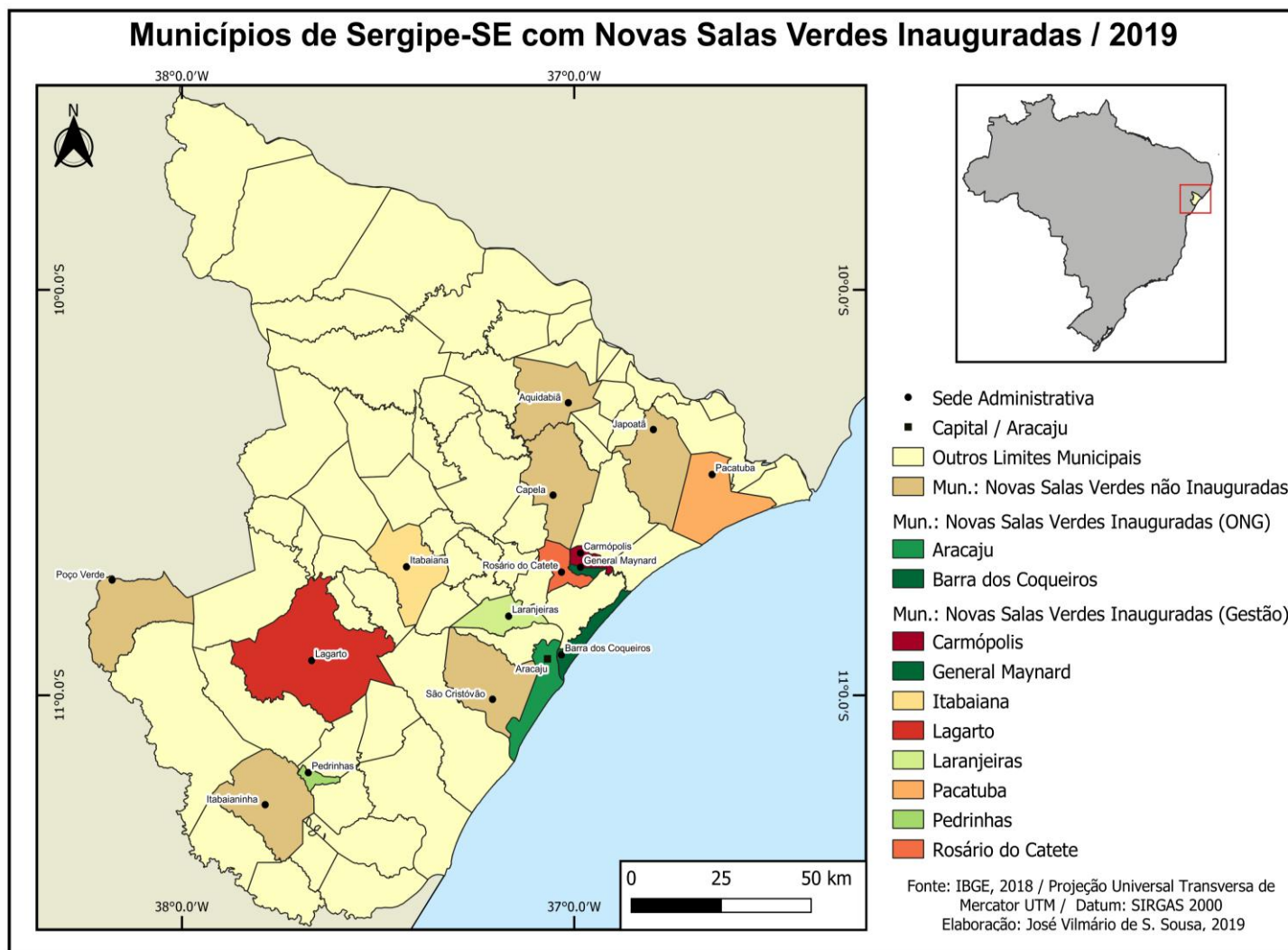
de Barra dos Coqueiros (OSCATMA) e da Sala Verde Murici do Instituto Pangéia (IPAN) em Aracaju.

Figura 1 - Municípios aprovados na chamada de Edital 01/2017 - Criação de Novas Salas Verdes do MMA/Sergipe.



Fonte: IBGE (2016) adaptado por José Vilmário de Santana Souza (2018)

Figura 2 - Municípios de Sergipe/SE com Novas Salas Verdes inauguradas em 2019.



Fonte: IBGE (2016) adaptado por José Vilmário de Santana Souza (2019)

1.2 Método e Procedimentos da Pesquisa

Com relação ao método da pesquisa, nos fundamentamos no pensamento dialético, estabelecido na Grécia Antiga. De acordo com Platão, a dialética era a própria definição do pensamento científico, com a investigação racional de conceitos, numa forma de analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses e/ou teorias. Nessa dimensão, a dialética é a investigação de um fenômeno através da contraposição de teorias e/ou elementos conflitantes na compreensão do papel desses elementos. Na dialética, o objeto de estudo é analisado de forma contextualizada na dinâmica histórica, cultural e social. Assim, o pesquisador deve confrontar o conceito supostamente tido como “verdade” com outras realidades e teorias para se chegar a uma nova conclusão, uma nova teoria.

Friedrich Hegel, pensador da filosofia clássica alemã, sistematizou e identificou três momentos básicos no método dialético: a tese (uma ideia supostamente verdadeira), a antítese (a contradição ou negação da tese) e a síntese (o resultado da confrontação entre ambas as ideias, a tese e a antítese). A síntese é uma nova conclusão, se torna uma nova tese e o ciclo dialético recomeça (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Quanto à classificação dos procedimentos metodológicos, trata-se de uma Pesquisa de Intervenção. Esta tem sua base entre pesquisa e ação, tendo como função a transformação da realidade com estreita relação entre teoria/prática e amplo envolvimento dos sujeitos da pesquisa. Esse tipo de pesquisa é bastante significativa no campo educacional, pois leva o educador a pesquisar sua prática, produzindo novos conhecimentos sobre a mesma, resignificando-a o que resulta numa prática pedagógica mais crítica e comprometida com a realidade em que atua.

Utilizamos a observação simples, adequada aos estudos qualitativos de caráter exploratório, em que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos, seguido por processo de análise e interpretação. As observações simples conferem sistematização e certo controle exigido pelos procedimentos científicos, com o registro das observações por meio de diário ou caderno de notas, bem como das questões norteadoras próprias das ciências humanas e sociais com abordagem qualitativa, pois são interrogativas sobre o fenômeno a ser estudado. Quanto à análise dos dados foi utilizada a análise dialética (BATISTA, 2015; GIL, 1999).

Com relação a sua natureza da pesquisa, utilizamos a orientação quali-quantitativa, ou seja, a pesquisa não faz uso obrigatório da matemática para análise dos dados, trabalhando com a compreensão e interpretações das pessoas, além de procurar extrair novos conhecimentos (BATISTA, 2015). Acerca das técnicas de coleta dos dados, a pesquisa utilizou-se da pesquisa documental em que são utilizados documentos de fontes primárias que não receberam qualquer tratamento analítico, podendo ser do próprio pesquisador ou documentos de órgãos como documentos oficiais, contratos, reportagens de jornais, cartas, filmes, fotografias, dentre outros. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, utiliza de fontes secundárias das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 1999).

Ainda em relação às técnicas de coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para Gil (1999, p. 119), sem dúvidas “a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coletas de dados de que dispõem as ciências sociais”. Esta é por excelência a técnica de coleta de dados mais apropriada para as investigações sociais, sendo realizada por meio da interação social, visto que o entrevistador se coloca frente ao entrevistado e lhe faz perguntas pertinentes à investigação para obtenção dos dados, e quanto ao seu nível de estruturação. Para melhor elucidar a metodologia da pesquisa, foi elaborado um quadro explicativo onde descrevemos os procedimentos metodológicos e os instrumentos utilizados (Quadro 1).

Quadro 1 - Organização dos procedimentos metodológicos da pesquisa (2019)

OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Compreender a ambivalência da relação sociedade/natureza na correlação educação ambiental e sujeitos ecológicos.	Pesquisa Documental; Pesquisa Bibliográfica.
Analisar as políticas de educação ambiental na especificidade do Projeto Salas Verdes.	Entrevistas semiestruturadas com 04 Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica: Oficina 1 – Natureza e Meio Ambiente: A busca por soluções para as problemáticas socioambientais. Oficina 2 – A Educação Ambiental que queremos através do Projeto Sala Verde em Sergipe. Oficina 3 – Água: Corpo hídrico e riqueza natural de todos. Oficina 4 – Resíduos Sólidos: De onde vem e pra onde vai tanto lixo?
Avaliar a efetividade dos projetos de educação ambiental das Salas Verdes dos	Observação simples com o público-alvo dessas políticas públicas de EA das

municípios sergipanos.	Novas Salas Verdes: Ciclo de Palestras “ <i>Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva</i> ” e a Caminhada Ecológica, realizado pela Sala Verde Pantanal e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pacatuba.
------------------------	---

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

1.2.1 Etapas da pesquisa

Para compreender a ambivalência da relação sociedade/natureza na correlação Educação Ambiental e sujeitos ecológicos, foi percorrido o caminho metodológico da pesquisa bibliográfica por meio da revisão de textos, artigos e livros científicos de autores consagrados nas discussões e reflexões acerca das problemáticas socioambientais e da Educação Ambiental, tais como Leff, Guimarães, Carvalho, Rodrigues, Penteado, Morin, Loureiro e Layrargues, Gil, Batista, entre outros. Tais leituras nos deram subsídio a nossa fundamentação teórica, em sua maioria abordada nas disciplinas da Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais/ PROFCIAMB.

A pesquisa utilizou-se também da pesquisa documental em que foram analisados documentos de fontes primárias, documentos oficiais do órgão ambiental estadual (SEMARH atual SEDURBS) como o Acordo de Cooperação Técnica (AC) firmado entre este e o MMA, os Relatórios de gestão (2018 e 2019) - Implantação do Projeto Sala Verde em Sergipe, fotografias, bem como a chamada pública de Edital nº 01/2017 – “Criação de Novas Salas Verdes” disponível no site do MMA, para seleção de instituições interessadas em participarem do Projeto Sala Verde.

No intuito de analisar as políticas de educação ambiental na especificidade do Projeto Salas Verdes, bem como avaliar a efetividade dos projetos Salas Verdes dos municípios sergipanos, foram elaborados roteiros para a realização de entrevistas semiestruturadas com os Gestores ambientais municipais (Secretários ou Diretores de Meio Ambiente) e Coordenadores das Novas Salas Verdes, bem como um roteiro para observação simples utilizado no acompanhamento das ações com o público alvo das Novas Salas Verdes. Dessa forma, realizamos a observação simples do Ciclo de Palestras com o título “*Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva*” e a Caminhada Ecológica, realizado pela Sala Verde Pantanal e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente nas Escolas Municipais de Pacatuba, nos dias 22 a 25 de abril de 2019.

Nossa intervenção, por sua vez, foi através de Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica ofertada aos Gestores ambientais municipais, Secretários ou Diretores de Meio Ambiente, Coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes. Realizamos 04 (quatro) Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica emancipatória e transformadora, nos dias 04 e 09 de julho de 2018, nos turnos matutino e vespertino, com carga horária total de 16 horas, na Sala de reuniões da SEMARH (atual SEDURBS) onde será a Sala Verde SEMARH, e tiveram as seguintes temáticas:

Quadro 2 - Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica, 2018.

DATA/HORÁRIO/LOCAL	OFICINAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA
04/07/2018 – 8h às 12h - Sala Verde SEMARH	Oficina 1 – Natureza e Meio Ambiente: A busca por soluções para as problemáticas socioambientais.
04/07/2018 – 13:30h às 17:30h - Sala Verde SEMARH	Oficina 2 – A Educação Ambiental que queremos através do Projeto Sala Verde em Sergipe.
09/07/2018 - 8h às 12h - Sala Verde SEMARH	Oficina 3 – Água: Corpo hídrico e riqueza natural de todos.
09/07/2018 - 13:30h às 17:30h - Sala Verde SEMARH	Oficina 4 – Resíduos Sólidos: De onde vem e pra onde vai tanto lixo?

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

O objetivo dessas oficinas foi possibilitar uma formação continuada para sensibilizar os gestores das Salas Verdes, Secretários ou Diretores de Meio Ambiente, Coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, através da Educação Ambiental crítica e ações/teoria-prática interdisciplinar para novos paradigmas, novos modos de ser, pensar, viver, habitar e se relacionar com o meio ambiente. Objetivamos assim, prepará-los para atuarem nas Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos, visando formar não apenas cidadãos, mas um novo sujeito ecológico com novos saberes e ética ambiental, reconectando o homem à natureza que partilha de uma racionalidade ambiental pautada na sustentabilidade.

As atividades que foram desenvolvidas durante as Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica foram pensadas e propostas de modo que pudéssemos partir daquilo que os gestores e coordenadores sabiam sobre as temáticas relacionadas à educação ambiental numa perspectiva interdisciplinar. As atividades foram realizadas

de forma lúdica, estimulando a participação dos sujeitos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e sensibilização no desenvolvimento do sujeito ecológico e de uma sociedade sustentável.

Nesse sentido, a metodologia utilizada nas oficinas foram variadas, como podemos observar no quadro 3:

Quadro 3 – Metodologia das Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica, 2018.

METODOLOGIA DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS	
Rodas de conversa	Diálogos, Reflexões, Discussões críticas e Troca de experiências.
Aulas expositivas e Palestra	Palestra da Sala Verde na UFS – compartilhamento de sua experiência exitosa na formação de professores em Educação Ambiental crítica nos municípios sergipanos.
Árvore dos sonhos	Foi confeccionada uma árvore símbolo do Projeto Sala Verde com material de felpo, nessa dinâmica os participantes escreviam no papel os seus sonhos almejados com a inserção no projeto e grudavam na árvore, ao final eram lidos os bilhetes e abriu-se a conversação.
Projeto Quintal Ecológico	Projeto de Educação Ambiental da Escola Estadual Barão de Mauá em que professor e alunos compartilharam suas experiências exitosas como horta, minhocultura e aquaponia na escola.
Vídeo-documentários	“No Rio-no Mar”, “A História das Coisas” e “Mares limpos: De onde vêm tanto lixo?”.
Vídeo-animação da ANA e Circuito Tela Verde do MMA	“O Ciclo da Água” e “Uso racional da Água”; “Lixúvio”, “Reciclo” e “Solução Vital”.
Música	“Samba da Natureza”

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

Para nos auxiliar na execução das oficinas os seguintes recursos didáticos foram utilizados: computador, datashow, som, vídeo-documentários e vídeo-animação, música. E foram doados para cada Sala Verde participante das Oficinas o livro “Escolas Sustentáveis” dos autores Juscelino Dourado, Fernanda Belizário e Alciana Paulino, e o livro “Reflexão e Práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos”, organização de Juscelino Dourado, Fernanda Belizário.

Como produto final desta dissertação, foi elaborada uma *Cartilha eletrônica* de Educação Ambiental, o referido material pedagógico aborda a temática socioambiental dos resíduos sólidos de forma lúdica, podendo, assim, se constituir enquanto material de apoio didático para as Salas Verdes de Sergipe.

2 DICOTOMIA SOCIEDADE-NATUREZA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ECOLÓGICOS

Os graves impactos ambientais que vivenciamos nos tempos atuais têm mostrado uma problemática cada vez mais complexa. Existe uma preocupação com as problemáticas socioambientais que evidenciam uma crise ambiental e paradigmática, na qual o conhecimento se encontra fragmentado, fundamentado numa racionalidade econômica, que prima pelo desenvolvimento econômico em relação ao meio ambiente, afetando a sustentabilidade da vida em nosso planeta. Essa perspectiva vem revelando um profundo distanciamento entre a sociedade e a natureza, em que a humanidade perde a compreensão de natureza, se desnaturalizando e não mais se enxergando como parte dela, perdendo sua conexão enquanto sujeito ecológico (LEFF, 2016).

Esse sujeito ecológico, de acordo com Carvalho (2012), tem sua origem no ecologismo que critica o progresso ilimitado em detrimento da qualidade da existência humana socioambiental. O sujeito ecológico é resultado do modo ideal de ser e viver, orientado pelos princípios do ideário ecológico, com a utopia de uma existência ecológica plena, com determinados valores e crenças que pressupõem uma postura ética e crítica da ordem social vigente, que se caracteriza pela ordem material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, na manutenção das desigualdades e da exclusão social e ambiental (CARVALHO, 2012).

Vivemos numa sociedade caracterizada pela separação entre seres humanos e a natureza, com o homem no centro do universo muitas vezes, alheio a sua condição natural sem se perceber enquanto natureza. Esta, por sua vez, pode ser entendida enquanto equilíbrio de tudo o que existe, ou seja, o mundo material com todos os seus elementos bióticos e abióticos. Essa relação dicotômica entre homem-natureza, muitas vezes, é vista enquanto uma percepção naturalista, intocada, estritamente biológica, autônoma e preservacionista contrária ao mundo humano (CARVALHO, 2012; RIBEIRO; CAVASSAN, 2013).

Contudo, ainda que por muitas décadas essa visão da natureza tenha sido predominante, devemos ampliar nossa percepção, buscando compreender a questão ambiental por outros ângulos numa perspectiva socioambiental.

Nesse ponto de vista, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e

copertença, formando um único mundo. Essa lente vai-nos possibilitar, entre outras coisas, repensar a ideia de evolução, percebendo-a como interação entre a natureza e a ação das espécies que vão surgindo, particularmente a humana. A esse processo interativo os ecologistas chamam coevolução. Assim, observa-se que em muitos dos ambientes naturais considerados “íntactos”, é possível reconhecer vestígios das trocas e transformações geradas pela presença humana, a qual com suas interferências podem ter aumentado o nível de troca e a biodiversidade (CARVALHO, 2012, p. 36).

É no contexto de predominância de uma visão naturalista que surge a educação ambiental como proposta para mediar a dicotomia entre sociedade e natureza. Sua missão é superar o paradigma científico moderno por meio de uma visão socioambiental que permita compreender as relações de interação existentes na vida.

A educação ambiental considera a natureza e o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, em suas relações sociais, culturais e naturais, pode ser benéfica, pois, se trata de uma racionalidade complexa e interdisciplinar que amplia as lentes dessas relações que não devem mais ser pensadas enquanto antagônica, mas simbiótica (CARVALHO, 2012). Entretanto, pensava-se que a natureza existia em si mesma, independente da existência dos seres humanos, já o meio ambiente se referia ao mundo externo, adequado, acomodado, circundante de cada espécie ou indivíduo. De acordo com Ribeiro e Cavassan (2013) é preciso perceber o campo das relações entre humanidade e natureza como um espaço relacional no qual o indivíduo está inserido e age sobre todo um sistema social, político e econômico, pois é capaz de percebê-lo.

Segundo Vidal (2008), os seres humanos são seres privilegiados, pois entre todos os seres da natureza são os únicos que dispõem da razão, que lhes dá condição diferenciada de interpretar e agir com inteligência em relação ao meio ambiente do qual depende sua qualidade de vida, além de seu instinto natural de sobrevivência. Compreendemos o meio ambiente enquanto o conjunto dos seres vivos e inanimados que compõem o planeta Terra ou o habitam, incluindo os seres humanos com seus aspectos culturais, a arte, a ciência, a tecnologia, a própria filosofia e religião.

As discussões acerca do agravamento dos impactos ambientais fazem parte da história da humanidade e são resultantes do desenvolvimento de uma sociedade de consumo, regida pelo sistema econômico capitalista de produção, principalmente a partir da segunda fase do capitalismo industrial no século XVIII, com o intenso desenvolvimento econômico dos países ricos do norte, determinando discursos

desenvolvimentistas onde a natureza passou a ser vista e pensada enquanto recurso natural e não mais como riqueza natural (RODRIGUES, 2009).

Nesta ótica mercadológica, os seres humanos vêm exaurindo a natureza e suas riquezas naturais, como se fossem inesgotáveis, causando grande degradação ambiental, quase sempre sem se preocupar com as futuras gerações. Fortalece-se o paradigma de dominação, no qual a natureza está à disposição dos seres humanos para atender aos seus anseios e necessidades, ficando à mercê de suas contraditórias relações de poder econômico, político e social, que em busca do tão almejado desenvolvimento econômico, vem dando sinais de insustentabilidade (RODRIGUES, 2009).

Esse cenário se instaura, sobretudo, após a Revolução Industrial, período de grandes transformações na economia, nas técnicas e no modo de produção, nas relações sociais e na paisagem geográfica. Suas principais características foram o surgimento das fábricas, onde as máquinas passaram a ser utilizadas em larga escala através da produção em série e com ampla utilização do trabalho assalariado, tornando ultrapassados os métodos de produção de caráter artesanal. Esses avanços científicos e tecnológicos proporcionaram maior domínio da natureza e alterou o ritmo da exploração/ocupação destrutiva, acelerando o tempo de produção e exploração do espaço causando, conseqüentemente, um processo de “esgotamento” e/ou “poluição” das riquezas naturais para a geração de mercadorias e de supérfluos em uma correlação de produção e destruição (RODRIGUES, 2009).

Segundo essa visão de natureza, percebida apenas enquanto recurso natural para atender ao mercado, todos os setores de atividades socioeconômicas estão numa relação de produção/ocupação destrutiva causando grande exploração da natureza (RODRIGUES, 2009). Dessa forma, as riquezas naturais segundo a lógica do capital e do sistema capitalista se transformam em recurso natural ou mercadoria atrelada ao modo de produção material, que se materializa no próprio espaço geográfico.

Entre os debates e/ou discussões a respeito das possíveis soluções das problemáticas socioambientais ocasionadas pela transformação das riquezas naturais em recursos naturais e em mercadoria na lógica capitalista, surgem novas matrizes ideológicas, como o discurso acerca do Desenvolvimento Sustentável, embasado na corrente filosófica Conservacionista. Assim, os “desvios” desse sistema econômico e todas as questões ambientais seriam resolvidos no século XXI por meio de acordos e tratados internacionais, a exemplo da Agenda Internacional e a Agenda 21, desde que haja investimento dos próprios países centrais do sistema capitalista.

A partir dessa percepção do agravamento da crise ambiental em todo o mundo e questionamentos acerca da não sustentabilidade do crescimento econômico vivenciado no modo de produção capitalista selvagem, em que prevalece o conflito entre os interesses privados e coletivos na sociedade em detrimento da natureza, se apresenta como alternativa o discurso do desenvolvimento sustentável, definido “como um desenvolvimento econômico preocupado com a preservação ambiental para garantir a sobrevivência das gerações futuras” (GUIMARÃES, 2016, p. 18).

A definição de desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar o crescimento econômico e a conservação ambiental. Este conceito reconhece que os recursos naturais são finitos e propõe uma nova forma de desenvolvimento econômico, levando em conta o meio ambiente. Dessa forma, a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável refere-se àquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer/esgotar os recursos que atenderão as necessidades das futuras gerações. É, sobretudo, um modelo de desenvolvimento que não esgota os recursos naturais para o futuro, dos quais dependem não só a existência humana e diversidade da vida em nosso planeta, mas também o próprio desenvolvimento econômico. Sugerem-se, dentro da lógica de mercado, alternativas tecnológicas como a redução do uso de matérias-primas e produtos, primando pela qualidade em vez de quantidade com consequente aumento da reutilização e da reciclagem.

Entretanto, este discurso apenas tenta mascarar sua ligação íntima com as classes sociais dominantes da sociedade que tem grandes interesses econômicos de manutenção do sistema capitalista e seu *status quo*. De acordo com Penteado (2003) a expressão desenvolvimento sustentável foi apresentada como forte argumento para o enfrentamento desse paradoxo “desenvolvimento\destruição” ocasionado pelo processo industrial. Sendo compreendido enquanto aquele que atende as necessidades humanas da geração atual sem comprometer e/ou esgotar os recursos que atenderão as necessidades das futuras gerações que irão habitar a Terra. Porém, esse conceito é limitado, pois transmite melhor o entendimento da palavra “sustentável”, visto que não faz uma análise crítica sobre a palavra “desenvolvimento”, muitas vezes confundida com progresso e a quantidade de riquezas produzidas por um país, sem considerar os efeitos nocivos ambientais e sociais.

Rodrigues (2009) ressalta que com a reflexão da ideia de desenvolvimento sustentável surge uma nova forma de continuidade de “desenvolvimento”, “[...] cria-se e/ou recria-se uma cortina de fumaça sobre a dilapidação do ambiente, as contradições e os conflitos de classes e de apropriação do território” (RODRIGUES, 2009, p. 188). Disseminou-se a ideia de que esses problemas foram gerados por conflitos de gerações e que devem ser corrigidos por todos no presente século, pois as riquezas naturais seriam um bem comum da humanidade. Essa concepção mascara a apropriação privada dos recursos naturais de forma injusta e desigual na divisão internacional do trabalho, com ideologias de sustentabilidade da produção, camuflados com o discurso de progresso e prosperidade.

Segundo Jacobi (2003), ao contrário do desenvolvimento sustentável, a ideia de sustentabilidade implica na premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. “Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob a pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento” (JACOBI, 2003, p. 195).

É nesse contexto, que os países da ONU nas Conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, na cidade de Estocolmo, começaram a definir os rumos e “reconheceu-se a Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo” (GUIMARÃES, 2016, p.12). Ainda de acordo com o autor supracitado, nos anos posteriores, cresceu um amplo debate e discussões entre os movimentos ambientalistas internacionais sobre a Educação Ambiental. Assim como o de Estocolmo outras conferências se tornaram marcos histórico da Educação Ambiental, como a Conferência de Belgrado na Iugoslávia em 1975, onde foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental e foram definidos os princípios e orientação para o futuro, ou ainda a Conferência de Tbilisi na Geórgia em 1977, em que saíram as definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental usadas em todo o mundo.

Outro importante evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Rio 92, onde

cerca de 100 países concordaram com a promoção do desenvolvimento sustentável, com foco nos seres humanos e na proteção do meio ambiente. Como resultado desse acordo foram produzidas a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e a Agenda 21 com um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira carta de intenções para promover em escala planetária um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI e, não oficialmente, no Fórum Global foi elaborado pelas organizações da sociedade civil o importante Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, cujo importante legado foi definir o marco político para o projeto pedagógico da Educação Ambiental (GUIMARÃES, 2016, CARVALHO, 2012).

Ainda na década de 90, a partir das discussões de cúpulas multilaterais formadas por especialistas renomados, emergiu a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com foco principal na redução da extrema pobreza. Estes objetivos foram adotados pelos Estados-membros da ONU em 2000 e contribuíram para o enfrentamento dos principais desafios sociais no início do século XXI, reconhecendo a urgência do combate à pobreza e suas consequências, tornando o tema uma prioridade na agenda internacional de desenvolvimento.

Em 2010, a ONU realizou um processo de consultas com várias partes interessadas e/ou impactadas para discutir uma nova agenda de desenvolvimento após 2015. Os resultados das consultas foram sintetizados e apresentados no primeiro relatório dedicado à futura agenda, intitulada “*Uma Vida Digna para Todos*”. Dois anos após, em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência Rio+20 com 193 delegações e representantes da sociedade civil com o objetivo de renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso obtido e delimitar os novos desafios. O foco principal das discussões na época foi a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, assim como o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Como resultado da Conferência Rio+20, foi criado o documento “*O Futuro que Queremos*”, que reconheceu a necessidade de formulação de metas para o lançamento de uma ação global focada no desenvolvimento sustentável, através de um processo intergovernamental abrangente e transparente com todas as partes interessadas envolvidas. Esse documento acabou servindo para nortear as ações da comunidade internacional nos três anos seguintes e deu início ao processo de consulta global para a

construção de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável para além de 2015.

Nessa mesma direção, em setembro de 2015, retoma-se o debate acerca da sustentabilidade para mitigar alguns problemas socioambientais complexos que nossa sociedade vivencia. Representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York para uma ampla discussão que culminou no reconhecimento da urgência da erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Compreendendo que este é o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, os países participantes comprometeram-se em alcançar tais objetivos nos próximos 15 anos. Assim, criou-se um documento na Assembleia Geral da ONU em 2015, “*Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”.

Dessa forma, surge a Agenda 2030, como uma declaração, um guia, um plano de ações para a comunidade internacional, para todas as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Construída coletivamente para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030, através de parcerias globais. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, que de forma equilibrada, envolvem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, com o objetivo de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Os ODS são como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para alcançarmos um 2030 sustentável. Destarte, todos os países num espírito de parceria global devem adotar a Agenda 2030 para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro, apoiando ações em áreas de importância crucial para a humanidade, a saber: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Ao combinar os processos consultivos da sociedade dos Objetivos do Milênio e os processos resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS inauguram uma nova fase para o desenvolvimento dos países, buscando não apenas integrar todos os componentes do desenvolvimento sustentável, mas priorizando a problemática socioambiental e humanitária da erradicação da pobreza diferentemente das Agendas anteriores. Através de um processo de construção consultivo e participativo, e não apenas com os chefes de Estado, com todos os segmentos da sociedade envolvidos e engajamento de todos os países na construção do futuro que queremos. Assim, a Educação para a sustentabilidade passou a ser compreendida

[...] como um processo dinâmico em permanente construção cidadã. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a autotransformação das pessoas e da realidade social. Reconhece que a Educação Ambiental para a sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida (GUIMARÃES, 2009, p. 12).

Uma educação embasada pelos princípios da sustentabilidade se torna um marco civilizatório da humanidade, alertando acerca da necessidade de se impor limites ao crescimento econômico em detrimento da natureza e dos próprios seres humanos. Santos (1997) compreende que a sustentabilidade implica na defesa do meio ambiente para que as próximas gerações possam sobreviver e inclusive incrementar sua qualidade de vida. Dessa forma, o desenvolvimento da educação ambiental constitui-se como critério imprescindível para o questionamento e a reconstrução da ordem econômica e suas antigas bases de produção, pois só existe desenvolvimento quando há o respeito e “[...] reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção” (LEFF, 2016, p. 15). Busca-se focar na diminuição das desigualdades entre as classes sociais, respeitando a diversidade dos povos do mundo e suas diferenças étnicas e culturais, além da qualidade ambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos seres humanos. Assim, a sustentabilidade implica também a eliminação da pobreza e das terríveis desigualdades entre as classes sociais, os povos e as regiões do globo para assegurar um desenvolvimento para todos.

2.1 A Educação Ambiental na Construção do Sujeito Ecológico

No Brasil, foi no contexto histórico da década de 1970, que timidamente começaram as discussões e debates sobre as problemáticas socioambientais e, posteriormente, na década de 1980, os movimentos ambientalistas ganharam força com a redemocratização do país e por pressão internacional, quando ocorre o processo de institucionalização da Gestão e Educação Ambiental com a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente/PNMA (Lei nº 6.938/81) (BRASIL, 1981).

Na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI sobre o meio ambiente, diz em seu art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Contudo, é somente na década de 1990 que são criados o Ministério do Meio Ambiente e os Núcleos de Educação Ambiental na Superintendência do IBAMA, em 1992. Por consequência da Rio-92 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental em 1994, posteriormente revisado em 2005 e mais recentemente em 2018, que busca intensificar a implantação da Educação Ambiental no país, bem como, foi sancionada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99) em 1999, regulamentada através do Decreto Governamental nº 4.281 de 2002, que traz em seus princípios básicos o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, bem como, a dimensão política, social e ética da EA. A PNEA em seu primeiro artigo a define enquanto:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A PNEA enfatiza o caráter essencial e permanente da educação ambiental na educação nacional, afirmando que ela deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, de forma articulada nos âmbitos formal e não formal. Destaca ainda que a EA é direito e obrigação de toda a sociedade, assim como regulamenta entre as atribuições e deveres do Estado a promoção da EA enquanto política pública.

Incumbindo ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Nessa dimensão, a educação ambiental chega de forma institucional à sociedade brasileira passando a fazer parte do campo educacional e suas políticas públicas através do sistema de ensino formal com iniciativas mais consistentes, junto às Secretarias de Educação por meio do próprio Ministério da Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais em que o meio ambiente e a educação ambiental tornam-se, respectivamente, conteúdo curricular da Educação Fundamental e tema transversal para todo o currículo, a ser tratado de forma articulada pelas diversas áreas do conhecimento de forma a criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (GUIMARÃES, 2016; BRASIL, 1999).

Esse breve histórico da EA no Brasil nos indica que esta nasceu a partir da consciência da crescente crise ambiental e foi concebida a partir de uma nova concepção de educação e uma nova proposta pedagógica:

No Brasil, a EA que se orienta pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis tem buscado construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e intervir nelas, acionando diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes – e valorizando a diversidade das culturas e dos modos de compreensão e manejo do ambiente. No plano pedagógico, a EA tem se caracterizado pela crítica à compartimentalização do conhecimento em disciplinas. É, nesse sentido, uma prática educativa impertinente, pois questiona as pertencas disciplinares e os territórios de saber/poder já estabilizados, provocando com isso mudanças profundas no horizonte das concepções pedagógicas (CARVALHO, 2012 p. 54 e 55).

A Educação Ambiental “[...] passou a ser apresentada como uma importante estratégia para a formação de indivíduos partícipes, na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” (NEPOMUCENO, 2017, p. 15). Assim, a Educação Ambiental é uma importante estratégia para o enfrentamento da crise ambiental, a qual tenta contribuir para a formação de uma atitude ecológica de forma crítica, que articulada aos movimentos de justiça ambiental e ecologia política, atua politicamente se contrapondo e buscando elucidar o discurso ideológico hegemônico acerca do fenômeno socioambiental e da questão ambiental para superação das relações sociais alienadas destrutivas da natureza e para uma transformação social (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Nesse sentido, e concordando com os autores acima mencionados, para que haja a superação das problemáticas socioambientais e a construção de uma sociedade sustentável, se faz necessário debater, pensar, refletir acerca da formação dos educadores ambientais e o aprimoramento de suas práticas pedagógicas dentro de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental, voltada para a transformação da realidade socioambiental, rompendo velhos paradigmas de um discurso hegemônico dominante da sociedade moderna.

Segundo Morin (1997), os paradigmas ainda que inconscientemente, determinam o nosso discurso e consequentemente regem nossas ações, pois se tratam de estruturas do nosso pensamento. Faz-se necessário que o educador se liberte das velhas concepções pedagógicas tradicionais, simplistas, fragmentadas e reducionistas da realidade que só dificulta o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e que

produz uma compreensão limitada da complexidade da problemática ambiental, servindo apenas para a manutenção de um discurso hegemônico ideológico alienante (GUIMARÃES, 2016).

Portanto, é imprescindível a formação crítica do educador para que este, enquanto sujeito de sua reflexão/ação/reflexão, possa na sua práxis pedagógica unir de forma indissociável teoria e prática, reflexão e ação, razão e emoção, indivíduo e coletivo, escola e comunidade, local e global. Estes devem ser “ambientes educativos resultantes de projetos pedagógicos que vivenciem o saber fazer criticamente consciente de intervenção na realidade, por práticas refletidas, problematizadoras e diferenciadoras, que se fazem politicamente influentes no exercício da cidadania” (GUIMARÃES, 2016, p. 22).

Para a formação da consciência ambiental e desenvolvimento do exercício de sua cidadania é preciso que a escola passe por transformações no seu ensino, que passe de uma escola informadora para uma escola formadora, que compreende a importância do diálogo entre os saberes, da interdisciplinaridade e transforma o conhecimento do senso comum, comumente imediatista e não questionador, num conhecimento questionador, reflexivo e mais elaborado (PENTEADO, 2003). E o próprio professor nesse processo de ensino-aprendizagem propicia e garante às pessoas um processo de comunicação entre os saberes, contribuindo para a formação não apenas de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, mas de um verdadeiro sujeito ecológico e a construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável. Assim, educadores ambientais possuem a capacidade de criar e oportunizar espaços democráticos de participação nas tomadas de decisão e na busca por soluções dos problemas socioambientais.

Historicamente, ainda na década de 1970, as primeiras experiências em Educação Ambiental começaram a esboçar e a definir duas principais linhas com correntes político-pedagógicas que iriam disputar a hegemonia no campo teórico e entre os educadores ambientais. Estas acabaram formando dois eixos que se destacaram na EA pelo debate e discussões entre os ambientalistas, influenciando inclusive na definição da política nacional.

O primeiro bloco denominado conservador ou compartimentalista tem como principal característica a compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental, com foco na redução do consumo de bens naturais sem fazer uma correlação com o modo de produção e a ausência de um entendimento dialético da relação sociedade-

natureza. Logo, essa perspectiva de educação ambiental é baseada em vivências práticas numa dimensão individual, despolitizando o fazer educativo com pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico, com baixa problematização da realidade e pouca ênfase nos processos históricos. É comum a responsabilização do homem pela degradação ambiental descontextualizado da História social e política. Dessa forma, essa vertente de EA é influenciada “[...] pela Teoria dos Sistemas Vivos, pela Teoria Geral dos Sistemas, pela visão holística, pela cibernética e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de “alfabetização ambiental” norte-americana” (LOUREIRO, 2005, p. 1476).

O segundo bloco denominado de crítico, emancipatório ou transformador tem como principal característica a politização da problemática ambiental em sua complexidade, entendendo que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental. Essa vertente busca a autonomia e liberdade humana em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com os demais seres vivos e com o planeta. Dessa forma, a EA crítica estimula o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes, sem dissociar a correlação dos processos de produção e consumo, interesses privados e públicos, ética, tecnologia e contexto sócio-histórico, buscando a transformação de valores e a ruptura com práticas sociais que sejam contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade. Este segundo bloco é profundamente influenciado pelos “[...] debates clássicos do campo da educação propriamente dita, pela dialética em suas diferentes formulações de orientação marxista ou em diálogo direto com esta” (LOUREIRO, 2005, p. 1476).

Porém, segundo Sauv   (2005), ao longo do processo histórico de construção e definição e até mesmo de maturac  o da EA no Brasil e no mundo, surgiram várias concepções e correntes de EA algumas de longa tradição e outras mais recentes. Entre as mais tradicionais estão:

A Corrente Naturalista está associada ao movimento “educação para o meio natural” e “educação ao ar livre”. Natureza para além dos recursos com enfoque preservacionista e com abordagem sensualista, espiritualista e a dimensão simbólica, pois entende que somos parte integrante dela. A corrente Conservacionista ou Recursista se concentra na “conservação” da natureza, da biodiversidade, dos recursos quanto a sua qualidade e quantidade, “educação para a conservação”. A corrente Resolutiva, por sua vez, é centrada nos estudos das problemáticas ambientais e soluções

dos problemas, considerando que as mudanças comportamentais são a chave para a resolução das questões ambientais. A corrente Sistêmica partilha da visão de conjunto e totalidade do sistema ambiental, sua compreensão se volta para a percepção da dinâmica natural, assim como os pontos de ruptura e as vias de evolução. A corrente Científica dá ênfase ao processo científico, com o objetivo de abordar com rigor as realidades e problemáticas ambientais, identificando as relações de causa e efeito. Já a corrente Humanista dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente, o “patrimônio” não é somente natural, é igualmente cultural em suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, estéticas. Não pode ser abordada sem se levar em conta sua significação, seu valor simbólico. Entretanto, não se observa uma análise mais profunda e crítica da dicotomia Homem e Natureza, apenas de sua interação. E, por fim, a corrente Moral/Ética considera que o fundamento da relação com o meio ambiente é de ordem ética, propõe o eco civismo para desenvolver uma verdadeira competência ética, e de construir seu próprio sistema de valores (SAUVÉ, 2005).

Ainda de acordo com Sauv  (2005), existem correntes de educação ambiental mais recente como a corrente Holística que leva em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais como também das diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu ser no mundo. Possui uma abordagem pouco realista, pois nem todos tem essa conexão com a natureza para ter significado/sentido. Já a corrente Biorregionalista se inspira numa  tica ecocêntrica e centra a educação ambiental no desenvolvimento de uma relação com o meio local ou regional, no desenvolvimento de um sentimento de pertenc a a este último e no compromisso em favor da valorização deste meio, entretanto, sem uma abordagem global. Existe ainda a corrente Prática, que d  ênfase a aprendizagem da ação, pela ação e para melhoria desta. O processo da corrente prática é, por excelência, o da pesquisa-ação, cujo objetivo essencial é o de operar uma mudança num meio (nas pessoas e no meio ambiente) e cuja dinâmica   participativa, envolvendo os diferentes atores de uma situação por transformar (SAUVÉ, 2005).

Sauv  (2005) considera ainda, entre as correntes de educação ambiental mais recente a corrente Feminista, que compreende a ligação estreita estabelecida entre a dominação das mulheres e da natureza. Sob essa perspectiva, trabalhar para restabelecer relações harm nicas com a natureza   indissociável de um projeto social que aponta para a harmonização das relações entre os seres humanos e conseqüentemente entre

homens e mulheres. Ancorado na ética da responsabilidade, entretanto, essa abordagem não analisa na esfera global e não apresenta projetos educacionais interdisciplinares. A corrente Etnográfica vai enfatizar o caráter cultural da relação com o meio ambiente. Esta vertente propõe não somente adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, como se inspirar nas pedagogias de diversas culturas para desenvolver a EA. Dá ênfase apenas no caráter cultural, sem fazer uma análise de todos os outros fatores, perdendo a dimensão global. Já a corrente de EA Sustentabilidade corresponde à ideologia do desenvolvimento sustentável que penetrou no movimento da educação ambiental e se impôs como uma perspectiva dominante. Tratava-se de instaurar uma “nova” educação e foi produzido um documento intitulado Reforma da educação para o desenvolvimento sustentável, publicado e difundido pela UNESCO. Nessa corrente Conservacionista que vê a natureza como recurso, a educação ambiental é uma ferramenta a serviço do desenvolvimento sustentável e não faz uma análise crítica, política, econômica e social dos problemas ambientais (SAUVÉ, 2005).

Por fim, a corrente de EA Crítica muitas vezes associada à da crítica social. Esta última se inspira no campo da “teoria crítica” e foi inicialmente desenvolvida nas ciências sociais e que integrou o campo da educação, para finalmente se encontrar com o da educação ambiental nos anos 1980. Esta corrente insiste na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações dos diferentes protagonistas de uma situação (SAUVÉ, 2005). Nesse sentido,

Longe de defendermos uma educação ambiental única em seu entendimento de mundo e forma de agir, partimos do pressuposto de que sua natureza conflitiva, na diversidade e na disputa de concepções e espaços na sociedade, fortalece-a e a legitima nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p.54 e 55).

Compreendemos dessa forma, que a Educação Ambiental e a formação do sujeito ecológico têm sua origem no ecologismo que critica o progresso ilimitado em detrimento da qualidade da existência humana socioambiental e não na ciência ecológica (CARVALHO, 2012, p. 40-41). Ainda segundo Carvalho (2012), o sujeito ecológico é resultado do modo ideal de ser e viver, orientado pelos princípios do ideário ecológico, com a utopia de uma existência ecológica plena, com determinados valores e crenças que pressupõem uma postura ética e crítica da ordem social vigente, que se

caracteriza pela ordem material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, na manutenção das desigualdades e da exclusão social e ambiental.

Numa versão política, o sujeito ecológico é protagonista de um novo paradigma político-existencial, numa versão de “nova era” é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário e holístico. Enquanto gestor social, este sujeito tem uma compreensão política e técnica da crise socioambiental, adota procedimentos e instrumentos legais para o seu enfrentamento e está preparado para mediar conflitos e planejar ações. De acordo com Carvalho (2012), são sujeitos ecológicos todas as pessoas que se identificam com o ideário ecológico e, portanto, assumem os valores ecológicos em suas vidas, assumindo a ação ambiental, nutrindo a esperança e crença na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário. Esses sujeitos possuem um perfil que se diferencia por uma:

[...] postura ética de crítica à ordem vigente que se caracteriza pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, bem como na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental. O mundo contra o qual a crítica ecológica se levanta é aquele organizado sobre a acumulação de bens materiais, no qual vale mais ter do que ser, no qual a crença na aceleração, na velocidade e na competitividade sem limites tem sido o preço da infelicidade humana, da desqualificação e do abandono de milhões de pessoas, grupos e sociedades que não satisfazem esse modelo de eficácia. A tal modelo de exploração humana corresponde um modo de apropriar-se das forças da natureza e dos ambientes de vida e explorá-los. O ecologismo nasceu criticando a aposta no progresso ilimitado tanto do ponto de vista da duração e da qualidade da existência humana quanto a permanência dos bens ambientais e da natureza em que convivemos (CARVALHO, 2012, p. 67-68).

Assim, a existência do sujeito ecológico vai além da transformação de um modo de vida individual, mas consiste na esperança, na possibilidade de um mundo transformado, compatível com esse ideal de uma vida melhor, de felicidade, de justiça e de bem-estar. O principal objetivo da EA e dos educadores ambientais é disseminar, estimular e sensibilizar para a construção de uma conscientização acerca dos ideais ecológicos, contribuindo para a formação de uma atitude ecológica e, consequentemente, para a formação do sujeito ecológico. Para Carvalho (2012), a EA é importantíssima nesse processo, pois faz com que esse ideal de sujeito ecológico se transforme

[...] em experiências concretas de identificação e subjetivação de indivíduos e coletividades. Dessa maneira, a EA está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover

conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos (CARVALHO, 2012, p. 69).

Nesse mesmo direcionamento, Loureiro e Layrargues (2013) trazem como base os fundamentos para uma EA crítica que trabalha com a formação do sujeito ecológico, sendo central a discussão sobre a ecologia política que “[...] focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 56).

Para a ecologia política a natureza é algo que nos antecede e independe do homem e que deve ser respeitada em sua dinâmica ou ciclo ecológico, não devendo ser vista somente como fonte de recursos, ao contrário, pois dela depende a existência humana. Foi a ecologia política que trouxe à tona as grandes contradições da sociedade de classes, que com a exploração intensa e abusiva da natureza, sustenta um adequado padrão de vida para uma minoria privilegiada em detrimento do péssimo padrão de vida para uma grande maioria excluída. Esse fato demonstra uma grande injustiça ambiental e um modelo de classe pautado em valores de um materialismo que é insustentável para o nosso planeta. Essa posição da ecologia política se expressa no debate dos movimentos sociais de teor classista, no movimento de justiça ambiental e na abordagem crítica da educação ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Assim, em tempos difíceis e de desesperança com os sistemas políticos e institucionais, as discussões acerca da questão ambiental e da EA para a formação do sujeito ecológico levanta a esperança na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário (CARVALHO, 2012). Nessa linha de pensamento, a ecologia política crítica se faz necessária e importante para as ações em educação ambiental, pois busca evitar que caiamos no discurso ambientalista conservador ou pragmático que coloca toda a responsabilidade na espécie humana, culpabilizando os comportamentos individuais, como se os indivíduos não fizessem parte de uma sociedade de classe e suas relações contraditórias, produzida por esses indivíduos e coletivamente, ao mesmo tempo com “a unidade (o indenitário) e a diversidade (o diferente)” ou, ainda, buscando soluções apenas no âmbito administrativo ou tecnológico (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Nesse processo, os educadores e, em especial, os educadores ambientais têm um importante papel ao cultivar as ideias e sensibilidades ecológicas em suas práticas educativas, que vão além da mera reprodução de conteúdos e informações, para a formação do sujeito ecológico, do sujeito humano, com novos modos de ser, pensar, viver no mundo e se posicionar diante do outro, de si mesmo e dos problemas socioambientais que enfrentamos nos tempos atuais (CARVALHO, 2012). Nesse mesmo entendimento, os autores Loureiro e Layrargues (2013), trazem a discussão sobre a educação ambiental crítica.

Para a macrotendência *crítica*, não basta lutar por uma nova cultura na relação entre o ser humano e a natureza; é preciso lutar ao mesmo tempo por uma nova sociedade. Não se trata de promover apenas reformas setoriais, mas uma renovação multidimensional capaz de transformar o conhecimento, as instituições, as relações sociais e políticas, e os valores culturais e éticos. Trata-se de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social e o entendimento de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas. Essa tendência traz então uma abordagem pedagógica que problematiza os contextos societários em sua interface com a natureza. Por essa perspectiva, definitivamente não é possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. A causa constituinte da questão ambiental tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 67-68 grifos dos autores).

Nesse sentido, vivenciamos nos tempos atuais uma crescente degradação e sérios impactos sobre a natureza e o meio ambiente que revelam uma grave e complexa crise socioambiental, resultantes de uma relação dicotômica entre seres humanos e natureza, sociedade e meio ambiente. Os seres humanos perderam a compreensão de natureza e não se percebem mais enquanto parte dela, pois, vivemos numa sociedade moderna regida pela lógica do sistema capitalista com suas contraditórias relações de poder econômico, político e social. Sob a égide desse modelo, as riquezas naturais vêm se exaurindo, pois são transformadas em recursos naturais segundo a ótica mercadológica para promover o desenvolvimento econômico a qualquer preço, numa correlação produção/destruição das riquezas naturais para produção de supérfluos.

É nesse contexto que surge a Educação Ambiental como importante estratégia de enfrentamento à crise socioambiental, nos alertando acerca da necessidade de se impor limites ao crescimento econômico e a construção de sociedades mais

sustentáveis. Considerando o exposto, a EA crítica e os educadores ambientais em suas práticas pedagógicas têm como principal objetivo a formação de indivíduos partícipes para construção de uma sociedade socialmente e ecologicamente equilibrada e equitativa.

Objetiva-se assim, a sensibilização para a construção de uma nova consciência, formas de pensar, agir e ser com base nos ideais e atitudes ecológicas para a formação de sujeitos ecológicos, humanos promotores da ação ambiental e que possuem uma postura ética de crítica à ordem vigente baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, na desigualdade e exclusão social e ambiental. A perspectiva da EA crítica vai além da transformação de um modo de vida individual, mas deposita suas esperanças na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (NOVAS SALAS VERDES) NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS

Como exposto anteriormente, a política pública que é o Projeto Sala Verde busca fomentar espaços socioambientais de EA para o desenvolvimento de sujeitos ecológicos nos municípios sergipanos. Dessa forma, se observa o amplo avanço de Projetos Sala Verde no estado de Sergipe, mediante um trabalho articulado entre as instituições da gestão ambiental nos âmbitos federal e estadual e acordos de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a extinta Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH (Atual SEDURBS). Esse avanço se deu a partir da mobilização nos municípios, com reuniões de divulgação, de apoio técnico pedagógico, curso de educação à distância e momentos presenciais do curso, além do Encontro Estadual das Novas Salas Verdes (Apêndice A – Extensão da Pesquisa).

No universo de 75 municípios sergipanos, foi alcançado um total de 20 (vinte) instituições ou municípios inscritos no último edital do MMA, um número expressivo de inscrições, sendo 17 (dezesete) aprovados no processo seletivo, passando de apenas 02 (duas) Salas Verdes em todo o Estado, as Salas Verdes na UFS e FETASE, para 19 (dezenove) Salas Verdes colocando Sergipe entre os 10 Estados com maior número de Salas Verdes no país.

Entretanto, os desafios são abissais e complexos, pois o Projeto Sala Verde é uma política pública de EA que era coordenada pelo extinto Departamento de Educação Ambiental/DEA, este, por sua vez, integrava a também extinta Secretaria Nacional de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/SAIC do Ministério do Meio Ambiente. O projeto que nasceu nos anos 2000, hoje possui mais de 600 (seiscentas) Salas Verdes espalhadas em todo o país. No entanto, atualmente essa importante política pública passa por períodos de instabilidade e incertezas em sua continuidade, pois estamos vivemos momentos de transição política no âmbito do Governo Federal, o que ocasionou diversos cortes de ministérios. Com a iminência pela qual o próprio MMA esteve ameaçado de extinção e/ou integrar o Ministério da Agricultura, este importante órgão de defesa ambiental vem resistindo, mas submergindo sua força de atuação.

Ademais, no dia 02 de janeiro de 2019 foi publicada uma portaria no diário oficial da união que delimitou a nova estrutura do MMA. Nessa reestruturação o DEA e

o SAIC, com uma história de mais de 30 anos de atuação nas políticas públicas de EA em nosso país, foram extintos e com isso, muitos programas e projetos como o Projeto Sala Verdes, encontraram-se sem definição quanto a sua permanência e continuidade. Assim, as dúvidas só aumentaram pelo desmonte institucional do MMA pelo Estado, o que nos leva a temer pelo fim do Projeto Sala Verde, embora este venha sobrevivendo e venha sendo coordenado pelo Departamento de Documentação da Secretaria Nacional de Ecoturismo.

Dentro dessa realidade, foi lançado por meio do Ofício Circular nº 5 do MMA em 14 de Janeiro de 2019 o levantamento de todos os desembolsos de 2018 efetuados pelos Fundos do MMA, a saber, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Fundo Amazônia, tendo como beneficiários os organismos do terceiro setor (ONGs).

Como a suspensão da execução de todos os convênios e parcerias, têm-se de colaboração em termos de fomento com ONGs pactuados pelos fundos administrativos pelo MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Florestas (ICMBio) e o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Além disso, todos os convênios, acordos de cooperação, atos e projetos do Ibama, do ICMBio e do JBRJ foram notabilizados com o terceiro setor.

Entendemos que essa é uma atitude temerária, ainda que o Projeto Sala Verde não tenha repasse financeiro por parte do MMA, pois existem outros diversos projetos e ações de fundamental importância socioambiental em todo território nacional sendo realizado através do terceiro setor com a ajuda desses fundos, inclusive, o próprio Projeto Sala Verde foi implantado por meio de acordo de cooperação com a SEMARH e também pode ser implantado por ONGs, como é o caso da OSCATMA em Barra dos Coqueiros/SE e o Instituto Pangéia (IPAN) em Aracaju.

Em Sergipe, semelhante ao contexto nacional, tivemos um enorme retrocesso com a extinção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), agora reduzida a Superintendência de Recursos Hídrico e Meio Ambiente (SERHMA) atrelada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS). Tais mudanças foram publicadas no diário oficial dia 02 de janeiro de 2019, e atualmente, encontra-se em processo de transição com redução significativa de seu corpo técnico, em sua maioria formado por cargos comissionados, e sem nenhuma definição quanto à continuidade dos convênios, acordos de cooperação,

programas, projetos e políticas públicas ambientais em nosso Estado, tais como o Projeto Sala Verde e da Sala Verde SEMARH, que mesmo não tendo espaço próprio inaugurado e aberto ao público vem desempenhando um papel importante na coordenação das Novas Salas Verdes no Estado.

Diante do caos político instaurado e da descontinuidade das políticas públicas ambientais por ocasião das mudanças governamentais nos âmbitos estadual e federal, compreendemos que se faz imprescindível dar continuidade às Salas Verdes. Esses espaços de promoção de educação socioambiental, de reflexão/ação/reflexão das práticas pedagógicas para o despertar do sujeito ecológico e a construção da verdadeira cidadania, vêm se fazendo resistência através do fortalecimento de uma rede no Estado e no país, com o papel de fomentar uma educação ambiental crítica nos municípios sergipanos.

3.1 A Intervenção mediante Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental Crítica

Em 2018, como forma de apoiar as 17 (dezessete) Novas Salas Verdes das instituições ou municípios inscritos e aprovados no processo seletivo do último edital do MMA, resultante do processo de implantação do Projeto Sala Verde em Sergipe, realizamos a intervenção da pesquisa através de (04) quatro Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental crítica, com carga horária total de 16 horas, para sensibilizar os gestores (Secretários Municipais ou Diretores de Meio Ambiente), Coordenadores e equipes das Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos.

A metodologia utilizada foi diversificada e contou com rodas de conversa, árvore dos sonhos, explanação com palestras, ação-comunicação, diálogos, reflexões e discussões críticas, trocas de experiências, vídeo-documentários, vídeo-animação, música, ou seja, ações/teoria-prática interdisciplinar para construção de novos paradigmas, novos modos de ser, pensar, viver, habitar e se relacionar com o meio ambiente. A intensão é reconectar o homem à natureza, compreendendo que somos parte dela. Almeja-se então, formar não apenas cidadãos, mas um novo sujeito ecológico com um novo saber e ética ambiental, dentro de uma racionalidade ambiental pautada na sustentabilidade.

Os recursos utilizados nas oficinas foram o computador e datashow, som, vídeo-documentários e vídeo-animação, música e livros. O produto final das oficinas

realizadas foram os Projetos Políticos Pedagógicos das Novas Salas Verdes re-pensados e revisados. A seguir iremos descrever cada uma dessas oficinas.

A primeira oficina intitulada “Natureza e Meio Ambiente: A busca por soluções para as problemáticas socioambientais” foi realizada em 04 de julho de 2018, e teve início com questionamentos sobre o que é natureza, ambiente e sobre as problemáticas ambientais locais, regionais e globais que estamos vivendo, de forma decolonial partindo dos saberes dos gestores. No segundo momento, através da dinâmica do Muro das Lamentações, os gestores puderam expor suas dificuldades, entraves e desafios nos seus municípios em relação às soluções para as questões ambientais locais. Além de uma troca de experiências, em que os gestores expuseram suas ações/práticas relacionadas à educação ambiental em diversas temáticas, tais como resíduos sólidos urbanos, água, desmatamento e preservação ambiental etc.

No terceiro momento, através da dinâmica da Árvore dos Sonhos, questionamos o porquê do interesse de atuar no Projeto Sala Verde e quais os seus sonhos almejados com a implantação do projeto e a Sala Verde no seu município ou instituição. Por fim, propomos o retorno, análise e revisão dos seus Projetos Políticos Pedagógicos. Na figura 10, observamos o momento da intervenção da pesquisa através das Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental Crítica com as Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos e instituições.

Figura 3 – Oficina1: realizada com gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes



Fonte: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

A Oficina 2 intitulada “A Educação Ambiental que queremos através do Projeto Sala Verde em Sergipe” foi realizada em 04 de julho de 2018 no turno da tarde e se iniciou com uma roda de conversa para o diálogo e reflexão crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9795/99), discutindo seus princípios e objetivos pautados na ideologia do desenvolvimento sustentável. No segundo momento assistimos ao vídeo-documentário “*No Rio-no Mar*” que possibilitou a reflexão crítica e questionamentos sobre que tipo de desenvolvimento econômico é esse que vêm degradando a natureza e tirando a subsistência e possibilidade de sobrevivência dos povos tradicionais.

No terceiro momento (Figura 11), ocorreu uma palestra da coordenadora da Sala Verde na UFS, Professora Dra. Aline Napumoceno, que compartilhou sua experiência com os dez anos do Projeto Salas Verdes na formação continuada em educação ambiental crítica nos municípios sergipanos. Nesse momento, os gestores perceberam que cada Sala Verde é um espaço único e que elas podem ter as características de sua instituição. Na ocasião, a professora Aline também sorteou dois livros, resultado do trabalho da Sala Verde na UFS durante esses 10 anos de atuação. Por último, abrimos um debate reflexivo sobre que tipo de Educação Ambiental queremos: uma EA pontual, conservadora e alienante ou uma EA crítica emancipatória e transformadora?. Na figura 11, observamos o momento da intervenção da pesquisa.

Figura 4 – Oficina 2: realizada com os gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes.



Fonte: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

A Oficina 3 intitulada “Água: Corpo hídrico e riqueza natural de todos” , aconteceu no dia 09 de julho de 2018. No primeiro momento da oficina, assistimos dois vídeos-animação, “*O ciclo da água*” e “*Uso racional da Água*” da Agência Nacional das Águas (ANA), e posteriormente, fizemos uma reflexão crítica com os gestores questionando-os sobre a água ser um recurso ou uma riqueza natural. Nessa oportunidade discutimos sobre a gestão dos recursos hídricos, a crise hídrica, o uso racional da água, a água virtual e a poluição das águas para que os gestores a percebessem enquanto “corpo d’água” e bem da humanidade.

Num segundo momento, assistimos ao vídeo-documentário “*A história das Coisas*” que auxiliou na reflexão sobre a insustentabilidade desse modelo de sociedade moderna capitalista, onde tudo vira mercadoria ou recurso, trazendo para a discussão a necessidade de uma nova racionalidade e ética ambiental para o despertar do sujeito ecológico. No terceiro momento da oficina trouxemos o professor Sergio Andrade, da Escola Estadual Barão de Mauá, que encabeça o Projeto Quintal Ecológico (Figura 12). O professor, seus alunos e colaboradores compartilharam a experiência com Agroecologia e Produção Sustentável por meio da Aquaponia na criação de peixes e hortaliças, tais experiências serviram para que os gestores conheçam e levem essas ideias para seus municípios. Na figura 12, podemos observar o professor e os alunos da Escola Estadual Barão de Mauá.

Figura 5 – Oficina 3: Compartilhamento de experiências do Projeto Quintal Ecológico



Fonte: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

A Oficina 4 intitulada “Resíduos Sólidos: De onde vem e pra onde vai tanto lixo?”, que ocorreu no turno da tarde do dia 09 de julho de 2018, teve início com uma

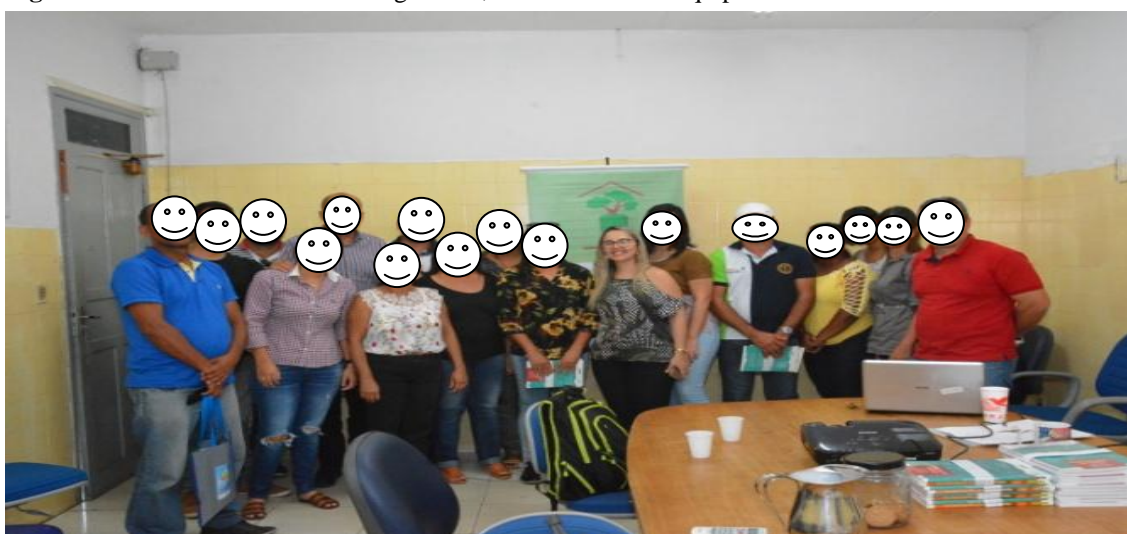
Palestra sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Foi abordado o método dos 5Rs (reduzir, reutilizar, reciclar, repensar e recusar), o descarte adequado dos resíduos e coleta seletiva, a importância das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e a diferença entre os aterros sanitários, aterro controlado e lixão.

No segundo momento, assistimos ao vídeo-documentário sobre os “*Mares limpos: De onde vêm tanto lixo?*” e os vídeos-animação do Circuito Tela Verde sobre a temática dos resíduos. Em seguida, foi realizada uma roda de conversa, na qual abrimos o diálogo reflexivo sobre a geração dos resíduos e a problemática dos lixões nos municípios sergipanos, discutindo e questionando sobre “*Como solucionar a questão dos resíduos sólidos?*”.

Já no terceiro momento, foram observadas a experiência da Compostagem, minhocultura e a criação de adubo natural (húmus) do “*Projeto Quintal Ecológico*”, e posteriormente, abrimos uma discussão crítica sobre consumo e consumismo, o cinismo da reciclagem e mostramos experiências reais de não produção de resíduos.

A quarta e última oficina foi finalizada com a música “*Samba da Natureza*” e a reflexão crítica sobre a irracionalidade do homem moderno que se separou da natureza e da necessidade de voltar às suas origens, voltar a compreender e ser um sujeito ecológico. Foram entregues os livros “*Escolas Sustentáveis*” e “*Reflexão e Práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e geração de resíduos*” de Juscelino Dourado, para cada Sala Verde participante das oficinas.

Figura 6 - Oficina 4: realizada com gestores, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes



Fonte: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

3.2 Acompanhamento das políticas públicas de Educação Ambiental das Novas Salas Verdes em Sergipe

Visando alcançar de analisar as Políticas Públicas de Educação Ambiental na especificidade do Projeto Salas Verdes, bem como avaliar a efetividade dessas políticas das Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos e/ou instituições inseridos no Projeto Salas Verdes, realizamos entrevistas semiestruturadas com os gestores ambientais municipais (Secretários ou Diretores de Meio Ambiente) e Coordenadores das Novas Salas Verdes. E a observação simples e diálogo no acompanhamento/apoio de ações/práticas e projetos das políticas públicas de Educação Ambiental com o público alvo em Sergipe das Novas Salas Verdes inauguradas.

Dessa forma, realizamos a observação simples do Ciclo de Palestras com o título “*Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva*” e a Caminhada Ecológica, realizado pela Sala Verde Pantanal e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente nas Escolas Municipais de Pacatuba, nos dias 22 a 25 de abril de 2019.

O público alvo do Ciclo de Palestras “*Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva*” e Caminhada Ecológica, escolhidos pela Coordenação da Sala Verde Pantanal de Pacatuba, foram os alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental menor das escolas municipais de Pacatuba por entenderem que estes são mais receptivos, participativos e sensíveis para as mudanças de comportamento na relação Sociedade-Natureza. O Ciclo de Palestras correu no período da manhã das 8:30 às 11:30, oportunidade na qual todas as escolas receberam o convite prévio para participar do projeto e trabalhar a temática com seus alunos. Essas ações tiveram como objetivo principal conscientizar os alunos sobre a importância da separação dos resíduos em seus respectivos coletores.

A Sala Verde Pantanal, localizada em Pacatuba, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a realização do Ciclo de Palestras com o título “*Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva*” e a Caminhada Ecológica, tiveram o apoio e importantes parcerias como as Secretarias Municipais de Educação e Turismo de Pacatuba, além do Consórcio de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco/CONBASF, Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia (APOP), Projeto Tamar, ICMBIO. Estivemos acompanhando e apoiando, enquanto educadora e pesquisadora, mas também enquanto gestora e coordenadora da Sala Verde SEMARH representando a Coordenação de Educação Ambiental da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (extinta SEMARH).

Entre importantes parceiros da Nova Sala Verde Pantanal de Pacatuba, está a Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia (APOP), que a partir de 2018, tem recebido apoio e incentivo do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Agricultura pelo Programa Dom Távora, que visa à redução da pobreza rural contribuindo com a geração de trabalho e renda para os beneficiários. Com esse objetivo vem fornecendo consultoria, cursos de capacitação e intercâmbios na área de produção de mudas com Engenheiro florestal da Universidade Federal de Sergipe e liberação de recurso financeiro para melhor estruturação do viveiro e compra de equipamentos financiados pelo programa. Abaixo podemos observar a foto da APOP:

Figura 7 - Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia – APOP parceira da Sala Verde Pantanal Pacatuba



Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

No dia 22 de abril de 2019, o Ciclo de Palestras foi realizado na Sala Verde Pantanal Pacatuba com os alunos da Escola Municipal João Machado Rollemberg (Figura 4). A programação teve início com uma dinâmica intitulada de Pannel da Coleta Seletiva. De forma lúdica, os alunos eram chamados a aprender na prática a fazer a separação de alguns resíduos, expondo se já tinham feito isso antes (sim, não ou nunca ouviram a respeito) e puderam falar se já tinham conhecimento sobre o assunto. Logo após foi exibido um vídeo-animação do MMA sobre a importância da Coleta Seletiva, seguida de explicação sobre os produtos recicláveis, reforçando a importância da Coleta Seletiva e dos 5 Rs (Reciclar, Reutilizar, Reduzir, Repensar e Recusar), foi informado

também sobre os diferentes tipos de resíduos e quais deles poderiam ser reciclados, ressaltando o papel dos catadores e coletores destes materiais recicláveis. Nesse momento, uma aluna da escola de apenas 10 anos e filha de catadora, pôde compartilhar com seus colegas como era o trabalho de sua mãe. Por fim, os alunos participaram de brincadeiras onde faziam a separação correta dos resíduos reforçando o que aprenderam neste dia. Na foto abaixo, podemos observar os alunos da Escola Municipal João Machado Rollemberg participantes do Ciclo de palestras na Sala Verde Pantanal de Pacatuba (Figura 4).

Figura 8 - Ciclo de palestras "Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva"

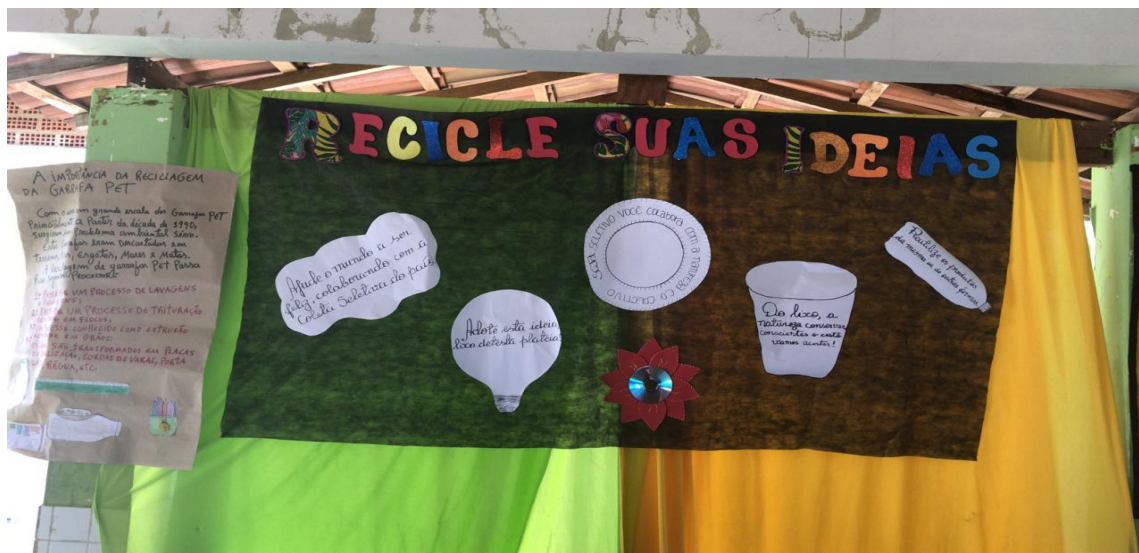


Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

No dia 23 de abril de 2019, o Ciclo de Palestras foi realizado na Escola Municipal João Camilo Melo e sua programação foi semelhante à realizada no dia anterior com dinâmica do Painel da Coleta Seletiva (Figura 5), Vídeo-animação do MMA (Figura 6), explicação sobre os produtos recicláveis e a brincadeira da separação dos resíduos. Além destas atividades seria realizada também a “*Corrida da Coleta Seletiva*”, porém esta atividade precisou se cancelada por conta da chuva. Para finalizar essa manhã, realizamos uma visita com os alunos à Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia (APOP). A referida associação executa um projeto de sustentabilidade e preservação do meio ambiente desenvolvendo um trabalho com o cultivo e plantação de mudas orgânicas, hortaliças, frutíferas, compostagem, visando à conservação de plantas nativas da região, geração de renda com diminuição da pobreza rural e despertar o interesse dos jovens do município em permanecer no campo e não

migrar para a capital. Na ocasião os alunos puderam conhecer um projeto local de não agressão, preservação e respeito ao meio ambiente, ressaltando que a mesma tem sido parceira em várias ações da Sala Verde Pantanal Pacatuba. Abaixo podemos observar o painel da coleta seletiva utilizado no Ciclo de Palestras:

Figura 9 - Dinâmica - Painel da Coleta Seletiva



Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

No dia 24 de abril de 2019 o Ciclo de Palestras foi realizado na Escola Municipal Nossa Senhora Santana e sua programação foi diferenciada, pois como a Sala Verde Pantanal Pacatuba e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente enviaram antecipadamente o convite para participarem do projeto do Ciclo de Palestras, o corpo diretivo e docentes da escola, que já trabalham em seu currículo a Educação Ambiental como tema transversal. Na quinzena anterior, realizaram em todas as turmas da escola um trabalho de forma interdisciplinar abordando a temática do Ciclo de palestras, com elementos de teoria e prática, desenvolvendo em suas aulas trabalhos com os alunos e uma atividade de campo coletando os resíduos descartados no Rio Poxim que passa pelo povoado. Dessa forma, esse dia acabou sendo a culminância do Projeto do Ciclo de Palestras junto com as atividades que corpo diretivo, professores e alunos desenvolveram. Os mesmos estavam ansiosos para apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos na escola para a equipe da Sala Verde Pantanal Pacatuba, os Técnicos do Conbasf e para esta pesquisadora, que também é gestora/coordenadora da Sala Verde da SEDURBS. Abaixo podemos observar os alunos assistindo o vídeo - animação do MMA sobre a reciclagem no Ciclo de Palestras:

Figura 10 - Vídeo-animação do MMA sobre a reciclagem



Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

Nesse encontro, os alunos apresentaram os vários resultados de seus trabalhos. Uma das turmas apresentou uma peça teatral intitulada a “*Coleta Seletiva*” ressaltando sua importância. Outra turma apresentou uma dança com uma música abordando o tema, enquanto que outros alunos fizeram e cantaram uma paródia com a temática ambiental. Outra turma optou por recitar uma poesia de autoria deles, houve também a exposição de artesanatos com peças confeccionadas por outra turma a partir da reutilização de materiais recicláveis. Alguns alunos de uma turma fizeram a Árvore da Mãe Natureza com todo tipo de resíduos em seus galhos e vaso, eles realizaram também uma dinâmica explicando que a árvore simbolizava a Mãe Natureza que estava agonizando com a quantidade de resíduos e poluição, informando que a Mãe Terra está precisando da nossa ajuda para sobreviver. Eles ressaltaram a importância da conscientização para não jogar mais o “lixo” resíduo na natureza, ao mesmo tempo que iam retirando os resíduos e separando nos lixeiros adequados aos resíduos secos, úmidos e rejeitos.

Posteriormente ao momento de apresentação das turmas, as merendeiras e funcionários da escola também apresentaram como é o processo de fabricação caseira do sabão produzido a partir do aproveitamento de óleo de cozinha utilizado na escola. Essa contribuição dos funcionários foi fruto da participação deles em uma oficina realizada pela Sala Verde Pantanal Pacatuba anteriormente. Por fim, nos explicaram que na atividade de campo para coletar o resíduo descartado indevidamente no meio ambiente, tentaram de forma prática conscientizar a comunidade escolar sobre não descartar os resíduos na natureza. Nessa ocasião, nos mostraram o resultado da coleta

realizada pelos alunos: uma grande quantidade de resíduos retirados das margens do Rio Poxim que passa pela região.

Finalizada as apresentações dos alunos, fomos convidados a palestrar sobre a Coleta Seletiva, enquanto gestora coordenadora da Sala Verde da SEDURBS. Contudo, enquanto mestrande e pesquisadora fiz minha exposição de intervenção sobre a “*Não produção de Lixo*” com foco na discussão sobre o que é natureza (Figura 7). Destacamos que somos parte da natureza, alertando para a necessidade de se pensar o nosso modo de vida dentro desse sistema capitalista que vem degradando tanto o nosso meio ambiente. Em nossa fala, os convidamos a refletir sobre a questão do consumo e consumismo que tem nos levado a gerar tantos resíduos, mostrando que é possível a diminuição significativa destes com medidas simples e até mesmo a não geração de “lixo”. Assim, alertamos que é preciso ir além da coleta seletiva e descarte correto dos resíduos, deixando claro que este deve ser apenas um primeiro passo, e que para além disso, devemos mudar nossa forma de pensar e de viver para nos despertarmos enquanto sujeito ecológico e para uma verdadeira sustentabilidade. Para encerrar os trabalhos da manhã, a diretora agradeceu o convite para realização do Ciclo de palestra e a presença do Projeto Sala Verde Pantanal Pacatuba e demais parceiros na escola. Na figura 7, observamos o Secretário de Meio Ambiente de Pacatuba anunciando a nossa Palestra sobre a “Não produção de lixo”.

Figura 11 - Palestra sobre a “Não produção de lixo”



Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

No dia 25 de abril de 2019, o Ciclo de Palestras foi realizado na Escola Municipal Antônio Rosa e sua programação iniciou semelhante aos primeiros dias com dinâmica do Paineira da Coleta Seletiva de forma lúdica tal como foi executado nas demais escolas. Terminada a palestra, realizamos a Caminhada Ecológica na praia de Ponta dos Mangues (Figura 8,) onde os alunos foram orientados a recolher os resíduos encontrados na praia. Ao retornar à escola, os técnicos do Projeto Tamar na região falaram da importância da preservação daquele ecossistema costeiro para a preservação das tartarugas que desovam naquela praia e da natureza como um todo, visto que a maioria dos moradores daquela comunidade vive da pesca. Posteriormente, foi realizada a Brincadeira da separação dos resíduos com o próprio material coletado pelos alunos e para finalizar fomos convidados novamente a palestrar sobre a “*Não produção de lixo*”.

Na figura 8, podemos observar a Caminhada Ecológica na praia de Ponta dos Mangues no município de Pacatuba - SE:

Figura 12 - Caminhada Ecológica com recolhimento dos resíduos encontrados na praia.



Fonte: A. C. C. S. L., 2019.

Acompanhando o Projeto Ciclo de Palestras com título “Conscientização e Sensibilização sobre a Coleta Seletiva” e Caminhada Ecológica da Nova Sala Verde Pantanal do município sergipano de Pacatuba, podemos observar que a mesma vem buscando importantes parcerias para realização de suas ações e projetos de Educação ambiental. Entre os parceiros estão as Secretarias Municipais de Educação e Turismo de Pacatuba, além do Consórcio de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco (CONBASF), a Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia (APOP), o Projeto Tamar, o ICMBIO e a Coordenação de Educação

Ambiental da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (extinta SEMARH).

Entendemos que as parcerias são uma importante estratégia, tendo em vista que o Ministério do Meio Ambiente não faz repasse de recursos financeiros para o Projeto Sala Verde. Esse fato acaba sendo um obstáculo diante das dificuldades financeiras dos municípios e organizações que aderem ao projeto e, por este motivo, são incentivadas por meio do edital. Nesse sentido, as parcerias são proveitosas, uma vez que é uma forma mais simples e barata de enriquecer as ações com o conhecimento técnico de outros órgãos, entidades e ONGs.

A Secretaria de Meio Ambiente, através da Sala Verde Pantanal Pacatuba, realiza ações e projetos integrados com a Secretaria Municipal de Educação, a exemplo do próprio Ciclo de Palestras e das Oficinas de fabricação de sabão a partir de óleo de cozinha com funcionários e merendeiras das escolas. A parceria se firma também com a Secretaria Municipal de Turismo visando conscientizar a população em relação à necessidade de preservação das riquezas naturais e ao possível desenvolvimento turístico da região com melhor acesso através da nova estrada estadual. Na figura 9, observamos técnicos do CONBASF parceiro da Sala Verde Pantanal realizando Oficina de reaproveitamento de óleo de cozinha e produção de sabão ecológico:

Figura 13 - Oficina de reaproveitamento de óleo de cozinha para produção de sabão com o apoio técnico do CONBASF



Fonte: Ana Carla Cirilo Souza Lemos, 2019.

A Sala Verde Pantanal Pacatuba também possui parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e por meio de um trabalho integrado com a Secretaria Municipal de Obras, que é responsável pela Coleta e limpeza pública da cidade, vem realizando palestras e orientação de educação ambiental com os funcionários da limpeza garis e catadores, além de monitoramento do lixo da cidade. Esta também realizou um trabalho integrado com a Secretaria Municipal de Saúde com palestras educativas de saúde ambiental para os agentes de saúde e endemias.

O objetivo dessa ação foi orientar os moradores a não armazenar resíduos em casas e terrenos alertando para os prejuízos a saúde e meio ambiente. Além disso, foram realizadas palestras de EA entre os grupos com doenças crônicas, principalmente hipertensas e diabéticas, conscientizando para que a população descarte de forma correta os recipientes de medicamentos e que tragam nas garrafas pet as fitas de glicemia e seringas utilizadas para adequado descarte.

Encerrando a semana do Ciclo de Palestras, a coordenadora da Sala Verde Pacatuba, em conversa, nos informou que já estão realizando planejamento e levantamento das necessidades para realização de uma ação de arborização na cidade com plantas nativas da região com a parceria da APOP.

3.3 Aplicação das Entrevistas

Com o avanço do Projeto Sala Verde observado pelo aumento no número de Novas Salas Verdes em todo o país e também em Sergipe, com 17 aprovados no último edital lançado em dezembro de 2017, que nos propomos através desta pesquisa e entrevista com os 10 (dez) Coordenadores das Novas Salas Verdes, analisar como está se dando a implantação dessa política pública de EA nos municípios sergipanos e se estas vêm desempenhando a função proposta pelo MMA e, principalmente, se as 10 (dez) Novas Salas Verdes sergipanas inauguradas e em atuação com seu Projeto Político Pedagógico estão contribuindo para o despertar e formação do sujeito ecológico.

No início da entrevista apresentamos um panorama geral das Novas Salas Verdes inauguradas dos municípios sergipanos. Solicitei aos entrevistados que dissessem o nome da Nova Sala Verde, Município, Nome e idade do(a) Coordenador(a), seu nível de escolaridade e área de formação, a instituição proponente a qual pertence seu responsável legal, localização da Nova Sala Verde, e por fim, a sua equipe técnica.

O quadro abaixo nos ajuda a sintetizar e melhor visualizar essas informações fornecidas pelos coordenadores que puderam falar sobre as Novas Salas Verdes em seus municípios.

Quadro 4 - Aspectos gerais das Novas Salas Verdes em Sergipe.

	NOME DA NOVA SALA VERDE E MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO PROPONENTE	LOCALIZAÇÃO DA NOVA SALA VERDE E EQUIPE
01	Sala Verde Muricí em Aracaju	Instituto Pangea - IPAN	Sede do IPAN e equipe técnica do próprio instituto com apenas o coordenador
02	Sala Verde da Barra na Barra dos Caqueiros	ONG OSCATMA	Sede da ONG OSCATMA e equipe técnica com 10 voluntários
03	Sala Verde de Carmópolis em Carmópolis	Prefeitura Municipal de Carmópolis	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e equipe técnica com 02 pessoas
04	Sala Verde da Cidade em General Maynard	Prefeitura Municipal de General Maynard	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e equipe técnica com 03 pessoas
05	Sala Verde Serrana em Itabaiana	Secretaria Municipal do Planejamento, do Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica com 02 pessoas
06	Sala Verde Lagarto em Lagarto	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e sem equipe técnica
07	Sala Verde Laranjeiras em Laranjeiras	Prefeitura Municipal de Laranjeiras	Diretoria de Turismo e equipe técnica com 03 pessoas
08	Sala Verde Pantanal Pacatuba em Pacatuba	Prefeitura Municipal de Pacatuba	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e equipe técnica com 03 pessoas
09	Sala Verde Maurina Freire Dias em Pedrinhas	Prefeitura Municipal de Pedrinhas	Biblioteca Municipal e equipe técnica com 04 pessoas
10	Sala Verde Chico Mendes em Rosário do Catete	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	Escola Municipal Professora Ernestina Silva e equipe técnica com 03 pessoas

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

A Sala Verde de Carmópolis localizada no Município de Carmópolis tem como instituição proponente da Sala Verde a Prefeitura Municipal de Carmópolis no âmbito da gestão pública. Está localizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e possui uma equipe técnica formada por 02 pessoas, a Coordenadora da Sala Verde e o Secretário.

A Sala Verde da Cidade no Município de General Maynard possui como Instituição proponente da Sala Verde a Prefeitura Municipal de General Maynard e está localizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, possuindo uma equipe técnica formada por 03 pessoas, a própria coordenadora, o secretário e um técnico.

A Sala Verde Serrana no Município de Itabaiana tem como instituição proponente da Sala Verde a Secretaria Municipal do Planejamento, do Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente, está localizada atualmente na Secretaria Municipal de Educação e possui uma equipe técnica formada por 02 pessoas, o próprio coordenador e uma técnica.

Na Sala Verde Lagarto no Município de Lagarto, sua instituição proponente é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde também está localizada e não possui ninguém na equipe técnica além da coordenadora.

No município de Laranjeiras a Sala Verde Laranjeiras possui como instituição proponente a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, estando localizada na Diretoria de Turismo e possuindo 03 pessoas na equipe técnica, o coordenador e dois técnicos.

A Sala Verde Pantanal Pacatuba no Município de Pacatuba, sua instituição proponente da Sala Verde é a Prefeitura Municipal de Pacatuba, está localizada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e possui 03 pessoas na equipe técnica, a coordenadora e mais dois técnicos.

Em Pedrinhas a Sala Verde Maurina Freire Dias tem como instituição proponente a Prefeitura Municipal de Pedrinhas e está localizada Biblioteca Municipal contando com uma equipe técnica de 04 pessoas, o coordenador e mais 03 técnicos.

A Sala Verde Chico Mendes fica localizada no Município de Rosário do Catete, sua instituição proponente é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, atualmente está localizada na Escola Municipal Professora Ernestina Silva e possui uma equipe técnica com 03 pessoas, o próprio coordenador e mais dois técnicos.

Na capital Aracaju a Sala Verde Muricí possui como instituição proponente a Organização Não Governamental Instituto Pangéia (IPAN) uma organização da sociedade civil, estando localizada na sede do próprio instituto e não possui uma equipe técnica, a qual é formada apenas pelo coordenador.

Na Sala Verde da Barra localizada no Município da Barra dos Coqueiros a instituição proponente é a Organização Não Governamental OSCATMA, também uma

organização da sociedade civil, estando localizada na Sede da ONG e possui uma equipe técnica formada por 10 voluntários, entre eles Mestres e Doutores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Instituto Federal de Sergipe (IFS) e Universidade Tiradentes (UNIT).

A observação e análise do quadro 2 demonstra que entre as 10 Novas Salas Verdes inauguradas nos municípios sergipanos, a maioria delas têm como instituição proponente ou responsável legal a própria Prefeitura, totalizando 50%, ou as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, em 30% dos casos. Assim, o total de 80% das Salas Verdes funciona no âmbito da gestão pública municipal, enquanto que 20% delas estão atreladas a Organizações Não Governamentais no âmbito da sociedade civil. Com a maior parte das Novas Salas no âmbito da gestão municipal nas Prefeituras e Secretarias de Meio Ambiente espera-se que a política pública da Educação Ambiental seja valorizada e difundida para a melhoria e qualidade socioambiental nos municípios sergipanos.

Em relação à formação no âmbito da gestão pública os gestores ambientais, Secretários ou Diretores de Meio ambiente, são cargos comissionados de confiança, ou seja, assumem estes cargos por questões políticas municipais e, não raramente, sem formação na área ambiental. Nesse sentido, do total de 80% das salas vinculadas a órgãos públicos municipais, apenas 20% possuem formação superior completo na área de Jornalismo, Psicologia e Direito; 20% possuem nível superior incompleto (não informou a área) e na área de Economia; 20% com nível médio completo e técnico em agropecuária e por fim, apenas 20% possuem formação superior na área da educação, em História e Geografia. Já as Novas Salas Verdes no âmbito da sociedade civil, entre os presidentes das ONGs, 10% deles possuem formação em Pós-Doutorado em Engenharia de Alimentos e 10% tem formação em Pedagogia com Especialização em EA.

Percebemos que em relação à formação dos coordenadores das Novas Salas Verdes, a grande maioria tem nível superior completo, em 80% dos casos, 10% nível superior incompleto e 10% nível técnico. Quanto à formação, a maioria deles (70%) fizeram cursos e/ou especializações ligados às áreas da Educação, tais como Letras, Ciências Biológicas, Pedagogia com Especialização em EA, e/ou na área Ambiental, como Tecnólogo em Saneamento Ambiental. Em três casos possuem formação em Engenharia Florestal, sendo um deles com Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Entomologia. Esse fato é bastante positivo, sobretudo quando pensamos no ganho que o

conhecimento e especialização nessas áreas podem trazer para a gestão ambiental municipal e para a Educação Ambiental.

Contudo, em apenas 30% das Novas Salas Verdes os gestores e coordenadores não tem formação nas áreas da Educação e Ambiental, sendo evidenciado por exemplo, formação Técnica em Patologia Clínica, Engenharia de Produção e Tecnólogo em Petróleo e Gás, e Economia incompleto.

O MMA em relação às Salas Verdes se mostrou de certa forma “flexível”, pois em seu último edital deixa claro que “cada Sala Verde é única, não há um padrão pré-definido ou um formato modelo para ela. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha” (MMA, 2017). Inclusive mostrando que além de espaços fixos, existem também exemplos de Salas Verdes que desenvolvem seus projetos de forma itinerante, em ônibus, trens, barcos, caminhões. O MMA estabelece apenas que a Sala Verde deve dispor de quatro elementos fundamentais: Espaço, Equipe, Equipamentos e Recursos, e por fim, o Projeto Político Pedagógico.

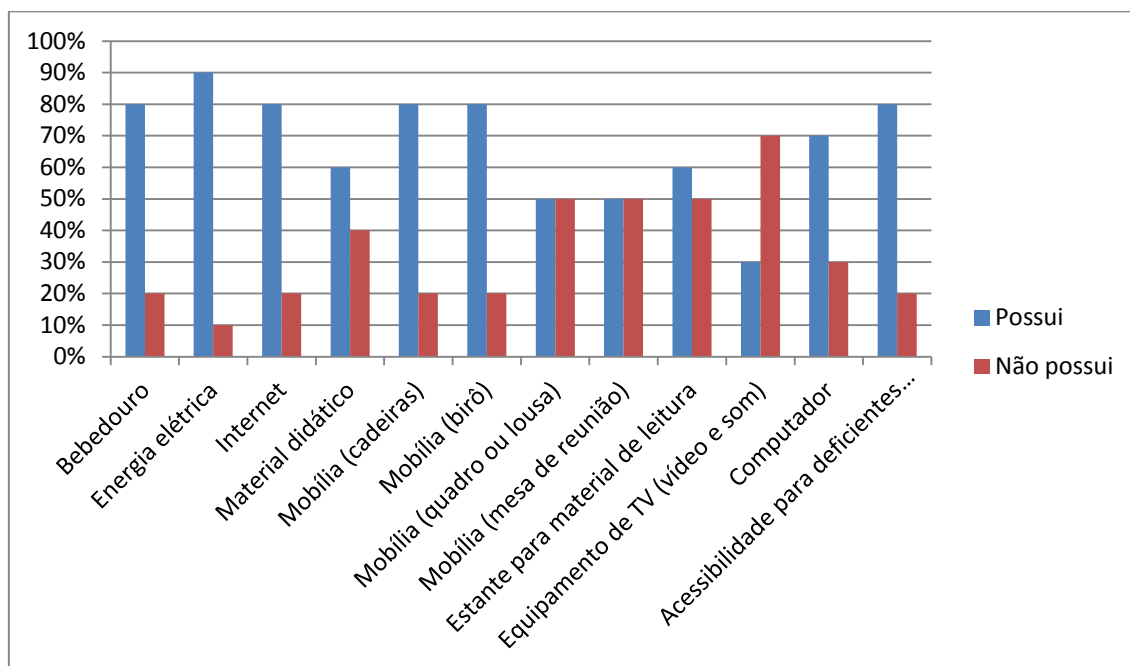
Em relação à localização do espaço das Novas Salas Verdes sergipanas, em sua maioria 50% dos casos estão nas Secretarias Municipais de Meio Ambiente que, geralmente nos municípios, dividem a pasta ambiental com a da Agricultura. Embora pelo MMA isto não seja um problema ou impedimento, compreendemos ser uma situação preocupante esse acúmulo de função dentro de uma mesma secretaria, pois os relatos revelam que a pasta da Agricultura, muitas vezes, sobrepõe-se a pasta de Meio Ambiente em importância pelo gestor (Prefeito), com pouco ou nenhum recurso e equipe reduzida. Assim, conseqüentemente, esses interesses se sobrepõem também à Educação Ambiental e ao Projeto Sala Verde. Entre as demais Novas Salas Verdes, 10% estão localizadas na Secretaria Municipal de Educação, 10% na Diretoria Municipal de Turismo, 10% na Biblioteca Municipal, no âmbito da gestão pública municipal. E entre os 20% no âmbito da sociedade civil estão localizadas na sede destas instituições.

Durante as entrevistas conversamos a respeito da equipe técnica que dá apoio aos gestores e coordenadores no cumprimento das ações e práticas de Educação Ambiental em cumprimento ao planejamento realizado no PPP das Novas Salas Verdes. A grande maioria relatou que tiveram dificuldades para formar uma equipe, sobretudo pelo quadro reduzido de técnicos e funcionários com grande acúmulo de função das Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Assim, as equipes das Novas Salas Verdes

acabam sendo reduzidas e refletem a situação da gestão ambiental municipal, em que 40% possui uma equipe com apenas 03 pessoas entre elas o próprio Secretário, o(a) Coordenador(a) e um técnico ou o(a) Coordenador(a) e dois técnicos, 20% das Salas Verdes possuem uma equipe com apenas 02 pessoas, de maneira geral o Secretário e o(a) Coordenador(a) ou o(a) Coordenador(a) e um técnico. De maneira mais reduzida ainda, 10% não possuem equipe sendo composta apenas pelo(a) Coordenador(a). Por fim, 10% das Novas Salas Verdes têm uma equipe contando 04 pessoas o(a) Coordenador(a) e três técnicos. No âmbito da sociedade civil, temos situações antagônicas, enquanto no IPAN não tem equipe, contando apenas com o(a) Coordenador(a), na ONG OSCATMA a equipe técnica da Nova Sala Verde possui além da Coordenadora mais 10 voluntários qualificados para a realização de suas ações e práticas de EA.

Embora o edital 2017 do MMA sugira uma equipe para a Sala Verde composta de pelo menos 02 pessoas, uma para coordenar as atividades e outra para catalogar e organizar o acervo de materiais, os coordenadores nas entrevistas reclamaram do número reduzido ou ausência de uma equipe qualificada. Os entrevistados deixaram claro que o edital está fora da realidade e que este é um grande problema tanto para a discussão, reflexão e planejamento, como para a execução das ações nos municípios. Ademais, o acervo enviado pelo MMA é mínimo, formado por apenas algumas publicações do próprio ministério, DVDs do Circuito Tela Verde e o banner do projeto.

No tocante a infraestrutura de equipamentos e mobiliários das Novas Salas Verdes aprovadas dos municípios sergipanos, como já vimos a grande maioria destas estão no âmbito da gestão municipal em Secretarias de Meio Ambiente, de Educação, de Turismo ou na Biblioteca municipal. Logo, as Salas Verdes aproveitam os espaços já existentes, geralmente uma sala com a estrutura mínima dessas Secretarias, o que acaba camuflando a realidade. Nas Salas Verdes no âmbito da sociedade civil acontece o mesmo, pois estão localizadas nas sedes da ONG e Instituto aproveitando sua estrutura, conforme podemos observar no gráfico 1, a seguir:

Figura 14 - Infraestrutura das Novas Salas Verdes

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Dessa forma, a maioria das Novas Salas Verdes possui uma boa infraestrutura básica dispondo de energia elétrica 90%, bebedouro 80%, internet 80%, birô 80%, cadeiras 80% e acessibilidade para cadeirantes 80%. Dispõem também de computadores em 70% delas e de estante para material de leitura em 60% das Salas Verdes. Entretanto, quando nos referimos à infraestrutura de mobiliário para atividades didáticas essa realidade muda e observamos que apenas 50% possuem quadro ou lousa e mesa de reunião. Em relação ao equipamento de TV com vídeo e som apenas 30% possuem esse tipo de suporte. Se levarmos em consideração que grande parte do material didático disponibilizado pelo MMA é digital, justamente para diminuição de impressos, seria interessante que todas as Salas Verdes possuíssem principalmente computadores e TVs com vídeo e som, além de lousas brancas por se constituírem em espaços de educação.

No caso específico de uma das Salas Verdes, em que a instituição proponente é uma ONG, está à frente das demais no que diz respeito à infraestrutura, pois possui uma sala de informática com 20 computadores em que são ministradas aulas de informática, além dos cursos, oficinas e palestras abordando as questões socioambientais, enquanto as demais contam apenas com um ou dois computadores disponibilizados pelas Secretarias de Meio Ambiente ou do Instituto.

Entretanto, para termos uma real ideia da atual situação das Novas Salas Verdes sergipanas quero trazer algumas falas e desabafos que ouvimos dos Coordenadores e até de Secretários Municipais de Meio Ambiente, observe no quadro 5.

Quadro 5 – Depoimentos e relatos dos Coordenadores das 10 Novas Salas Verdes em atuação em Sergipe.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 5	<i>“passamos por muitas dificuldades com a descontinuidade da gestão municipal sai Prefeito e entra Prefeito, exonerações em massa por questões políticas sem ouvir os técnicos, com mudanças dos Secretários da Educação, Meio Ambiente e também de Obras que já realizavam um trabalho conjunto em parceria e dando suporte às ações da Sala Verde, o que prejudicou o projeto que acabou ficando fora da Lei orçamentária anual - LOA e não houve condições de realizar ações contínuas nesse ano de 2019, como a Conferência Municipal da EA, o que salvou o trabalho foram as parcerias, principalmente com o IFS, só assim conseguimos fazer algumas atividades”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Uma coordenadora preocupada aproveitou o espaço para desabafar e nos pedir orientação, visto que tem a intensão de sair da coordenação da Sala Verde em que atua, principalmente à pressão sofrida por conta de ações em Educação Ambiental, pela cobrança por parte de órgãos fiscalizadores no município e situação na qual a mesma estava sendo intimada, observe no quadro 6.

Quadro 6 – Depoimentos e relatos dos Coordenadores das 10 Novas Salas Verdes em atuação em Sergipe.

ENREVISTADOS	DEPOIMENTOS
Entrevistado 6	<i>“Eu converso com o gestor pra dar ideias pra fazer algumas ações pela Sala Verde, mas não tenho respaldo pra fazer o que tem que ser feito, nem recurso ou equipe, então não quero dá minha cara pra bater, e é meu nome, não quero ser responsabilizada pela EA do município. E a tendência é piorar quando chegar as eleições municipais”</i>

Entrevistado 7	<i>“É um Projeto muito interessante, mas falta diálogo com o Governo Federal e o MMA que é o criador das Salas Verdes e a equipe acaba lutando sozinha levando tudo nas costas”</i>
Entrevistado 1	<i>“Sou eu pra tudo, o grande problema é a falta de apoio político e importância para a educação ambiental, eles veem isso como bobagem e agente fica de mãos atadas sem recurso e equipe pra realizar as ações!”</i>
Entrevistado 2	<i>“Vivemos de vender rifas pra sustentar o projeto, da ajuda dos amigos e voluntários, às vezes a Prefeitura ajuda através da Secretaria de Educação doando algum material didático e da Secretaria de Assistência Social liberando ônibus pras atividades de campo”</i>
Entrevistado 8	<i>“O Projeto Sala Verde é muito bom, maravilhoso! Apesar desse cenário complicado que estamos vendo no Governo Federal e no MMA, graças à Deus o Projeto continuou e aqui no município através da Sala Verde as ações de Educação Ambiental são integradas com várias Secretarias envolvidas e não somente a Sec. do Meio Ambiente, além dos nossos parceiros. E as ações e atividades tem surtido muito efeito e nós vemos a mudança de comportamento das crianças e da população em geral, a preocupação com a poluição das ruas, bairros e povoados da cidade e já estão realizando mesmo a coleta seletiva. Você percebe a preocupação com a preservação da natureza e da saúde ambiental para nós hoje e para as futuras gerações”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Observando os desabafos dos Gestores, Coordenadores e Secretários das Novas Salas Verdes sergipanas, podemos perceber que existem diversas realidades vivenciadas pelos municípios, enquanto uma minoria não tem grandes problemas, outros enfrentam diferentes e sérias dificuldades para implantar essa política pública de Educação Ambiental que é o Projeto Sala Verde do MMA.

Porém, percebemos nos gestores das Novas Salas Verdes uma grande preocupação com as questões ambientais, que de acordo com Leff (2016) evidencia não apenas uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória. A irracionalidade do sistema capitalista, em busca do desenvolvimento econômico, prevalece sobre o meio ambiente o qual vem afetando a sustentabilidade da vida em nosso planeta.

É notável nesses gestores a vontade, o esforço e o enfrentamento com criatividade das dificuldades relatadas para disseminar a Educação Ambiental. Esse fato

demonstra o reconhecimento desta como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, tentando sensibilizar as pessoas do seu município a cerca das problemáticas ambientais e da necessidade urgente de se preservar a natureza e o meio ambiente, buscando formar cidadãos mais conscientes ambientalmente (GUIMARÃES, 2006).

Questionamos os entrevistados sobre as expectativas e sonhos almejados com a inserção no Projeto Sala Verde. Inicialmente vamos buscar compreender o que motivou cada um desses gestores ambientais municipais a participar do Projeto Sala Verde e, posteriormente, refletiremos quanto às dificuldades e entraves.

Em relação às expectativas e sonhos almejados pelos entrevistados com a inserção no Projeto Sala Verde, podemos perceber que na nuvem de palavras (Figura 14) realizada a partir da dinâmica da Árvore dos Sonhos se destacam primeiramente as palavras Educação Ambiental, Meio Ambiente e Projeto Sala Verde, que são coincidentemente as palavras chave da presente pesquisa. Assim como também, as palavras Sensibilização e Professores, e num segundo plano, mas não menos importante, ressaltam-se as palavras Município, Gestores, População, Crianças, Familiares, Voluntários, todas relacionadas à Importância, Participação, Mobilizar, Despertar, Prática, Ações, Questão Política, Escola, Disciplina, Currículo, Curso, Formação, entre outras. A Árvore dos Sonhos pode ser observada abaixo e foi elaborada a partir da metodologia da nuvem de palavras.

Figura 15 - Árvore dos Sonhos



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Essas palavras se refletem também nas falas dos entrevistados quando puderam externar e compartilhar conosco seus sonhos, metas e objetivos almejados através do Projeto Sala Verde. Em síntese, os entrevistados indicaram que almejam ajudar no processo de construção de uma sociedade mais justa ambientalmente através do envolvimento, participação e conscientização ambiental dos gestores estaduais e municipais (poder público) e da comunidade. Enfatizam a importância da Educação Ambiental, disseminando e desenvolvendo os projetos e ações de forma prática e dinâmica, através de um trabalho permanente e uma prática constante de educação ambiental nas escolas e comunidades. Outros sonham ver a Educação Ambiental como disciplina da grade curricular nas escolas e cursos de formação continuada de EA para os professores municipais. Vislumbram também a realização de um evento anual no seu município que trate a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Alguns deles sonham que o Projeto Sala Verde se transforme numa verdadeira política pública, contínua e com práticas integrativas complementares, que consiga recursos financeiros, parcerias, apoio do município e mais voluntários para atingir com

seu trabalho de EA o maior número de adolescentes e maior envolvimento dos familiares e amigos.

E grande parte deles deseja que através do projeto Sala Verde possa conscientizar os gestores (Prefeitos) a dar a importância ao Meio Ambiente, dando condições financeiras e humanas para que as Secretarias Municipais de Meio Ambiente trabalhem melhor as questões ambientais. Dessa forma, sonham com condições de trabalho para as Salas Verdes, enquanto espaço que busca sensibilizar, conscientizar as crianças para que sejam atuantes e saibam cobrar seus direitos enquanto população frente às problemáticas e questões ambientais, bem como despertar o interesse nos cidadãos de ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Outros pontos foram elencados, como fazer capacitações para despertar o interesse do cidadão e melhorar a consciência ambiental da população principalmente no tocante a coleta seletiva, da importância de uma estação de tratamento de esgoto e do aterro sanitário. Outros entrevistados ainda mencionaram ter o interesse de participar de outros editais e conseguir trazer outros projetos e/ou convênios estruturantes para seu município através Ministério do Meio Ambiente. Ou seja, um espaço para a comunidade se conscientizar em relação à importância do meio ambiente para saúde, bem-estar e passar a preservar as riquezas naturais para as futuras gerações.

Dessa forma, não por acaso, as palavras chave desta pesquisa (Educação Ambiental, Meio Ambiente e Projeto Sala Verde) surgiram em destaque, revelando que os coordenadores das Novas Salas Verdes compreendem “a Educação Ambiental como uma importante estratégia para a formação de indivíduos partícipes, na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” como afirma Nepomuceno (2017, p. 15).

No tocante as dificuldades e entraves para a inauguração, abertura e início das atividades das Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos, salta aos olhos na Nuvem de palavras realizada a partir da dinâmica do Muro das lamentações as palavras Recurso, Material, Secretaria, Prefeitura, Política e Equipe. Como pode ser visto na nuvem de palavras abaixo:

Figura 16 - Muro das lamentações

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

A maioria dos entrevistados mencionou a falta de recurso financeiro, a ausência de apoio do poder público em todas as suas esferas, da gestão municipal, estadual e federal, incluindo o próprio Ministério do Meio Ambiente, coordenador do Projeto Sala Verde. Apesar de estar previsto no Edital de 2017 do MMA o não repasse de recursos financeiros para as entidades que submeteram propostas e foram aprovadas no Projeto Sala Verde, os entrevistados consideram necessário esse suporte por parte do MMA. É notório que essa ausência de aporte financeiro é um grande dificultador, pois interferiu diretamente no atraso da abertura de muitas Salas Verdes e na realização de suas ações e atividades nos municípios. Nesse sentido, 07 Salas Verdes aprovadas ainda não inauguraram seus espaços e não estão em atividade devido às dificuldades financeiras e ausência de apoio do poder público, quando questionadas sobre essa realidade, os gestores e coordenadores afirmaram que a Prefeitura ou Secretaria de Meio Ambiente não tem recurso.

A falta de material didático é outro ponto importante, pois muitos comentaram ser insuficiente o material que é disponibilizado pelo MMA. Ademais é relatada a falta de infraestrutura de equipamentos didáticos em muitas das Novas Salas Verdes para dar

suporte as suas ações de educação ambiental, como também, a ausência de transporte para apoiar o Projeto nas aulas práticas e atividades de campo. Essa falta de apoio por parte da gestão municipal perpassa não apenas pela questão financeira, mas também se reflete em sua maioria em uma equipe técnica extremamente reduzida, ausência de estagiários e que deveriam ser especializados e participarem de cursos de capacitação.

Os entrevistados ressaltaram também que um grande obstáculo à implantação das Novas Salas Verdes são as questões políticas, a descontinuidade da gestão municipal, além dos problemas financeiros, como por exemplo, a ausência de recursos para a própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, na maioria dos casos, é a instituição proponente do Projeto Sala Verde nos municípios, não sendo contemplado pela lei orçamentária anual, o que dificulta as ações de maior porte como eventos, fóruns, encontros, conferências, entre outros. As disputas políticas internas também surgem como impedimentos, pois, dificultam o apoio e parceria com outras Secretarias Municipais. Muitos relataram a falta de apoio das Secretarias Municipais de Educação e a falta de incentivo das Escolas e de um maior envolvimento dos professores para atuarem como mobilizadores. Além desses fatores, a descontinuidade da gestão com a cassação de mandatos de alguns prefeitos causou grande instabilidade política e dúvidas quanto à continuidade do Projeto em alguns municípios.

A própria ausência de uma equipe técnica maior e com formação na área ambiental, também foi apontada enquanto grande dificultador para a realização das atividades e ações de EA na implantação do projeto nas Novas Salas Verdes.

No caso das Novas Salas Verdes em que as instituições proponentes são ONGs, os relatos na entrevista são de ausência de apoio do poder público municipal, estadual ou federal e de políticas de incentivo e recurso para desenvolvimento das ações e atividades. Em relato de um dos entrevistados os recursos financeiros foram conseguidos apenas com a venda de rifas, ajuda de amigos e trabalho de voluntários do projeto que precisam de capacitação. Estes também contam com o apoio e envolvimento das famílias na compra dos fardamentos dos alunos que participam do Projeto Sala Verde no município. Estes citaram também a falta de apoio financeiro e de material didático do Ministério do Meio Ambiente. Contudo, também houve aqueles que disseram não ter encontrado nenhuma dificuldade para implantação do Projeto Sala Verde no seu município.

É preocupante esse cenário enfrentado pelas Novas Salas Verdes para implantação do Projeto e fomento da Educação Ambiental em seus municípios.

Entretanto, em meio a tantos desafios e entraves nos chamou a atenção quando mencionado por alguns coordenadores a falta de apoio do próprio MMA, coordenador do Projeto, e também das Secretarias Municipais de Educação pela falta de incentivo das Escolas e de um maior envolvimento dos professores para atuarem como mobilizadores.

Entendemos que estes deveriam ser os primeiros e principais parceiros do Projeto, pois pela PNEA Lei nº 9795/1999 a Educação Ambiental possui caráter formal e não formal, é de competência e responsabilidade do MEC e das Secretarias de Educação, do MMA e das Secretarias de Meio Ambiente, respectivamente. Ademais a EA se constitui de maneira institucionalizada no sistema de ensino através LDB e dos PCN. Segundo esses documentos, o meio ambiente e a educação ambiental tornam-se não só conteúdo curricular da Educação Fundamental, como também tema transversal para todo o currículo, tratado de forma articulada pelas diversas áreas do conhecimento a fim de criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (GUIMARÃES, 2016; BRASIL, 1999).

O Governo Federal através do MMA não faz repasse de recursos financeiros para as Salas Verdes apenas disponibilizando material didático, entretanto de acordo com o edital 2017 “É desejável que a instituição proponente enuncie a participação de organizações parceiras, explicitando quais serão as contribuições e contrapartidas que cada uma delas aportará para a proposta” (MMA, 2017). Assim, as Salas Verdes podem fechar importantes parcerias para desenvolvimento de suas ações, desde que posto na proposta e informado ao MMA.

Os entrevistados nos informaram que a maioria das Novas Salas Verdes sergipanas fecharam parcerias com as Escolas das Secretarias Municipais de Educação através de atividades educativas nas escolas e fornecimento de material didático. O Setor Municipal de Transporte também é um parceiro, sobretudo nas atividades de campo fornecendo transporte, bem como a Secretaria Municipal de Agricultura para contribuem para as atividades de agroecologia. A Procuradoria Geral do Município auxilia geralmente em eventos e instituições de ensino como a UFS e o Instituto Federal de Sergipe capacitam por meio de nos cursos e oficinas. Evidenciamos também a colaboração da Associação Caatinga que ajuda no replantio de espécies da caatinga, do Movimento Social Camponês através de doações de sementes crioulas, da DESO com doação de mudas. Ademais, a Sala Verde SEDURBS auxiliou na divulgação e incentivou a participação no projeto e Curso Ead e no Encontro Estadual das Salas

Verdes. Empresas privadas, como a ESTRE, também contribuem com oficinas educativas. O Consórcio Público de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco (CONBASF) vêm contribuindo com as oficinas para transformação do óleo de cozinha em sabão. Já a Associação de Produtores Orgânicos do Povoado Ponta de Areia (APOP) contribuiu com o plantio orgânico e o Projeto Tamar com palestras e soltura de tartarugas. O ICMBIO vem ajudado as Salas Verdes com palestras e algumas associações cedendo o espaço, divulgando e apoiando as oficinas.

Percebemos que as Salas Verdes que concretizaram fortes parcerias para realização de suas atividades vêm conseguindo driblar com criatividade as dificuldades financeiras e tem desempenhando seu papel enquanto espaço de Educação Ambiental para reflexão/ação/reflexão socioambiental transformadora de vidas e de pertencimento das comunidades em que estão inseridas. Entretanto, entre as que afirmaram não ter conseguido qualquer tipo de parceria para apoiar as ações das Salas Verdes, seja da gestão municipal, estadual ou outros, se queixam de não estar desempenhando as ações como gostariam, observe no quadro 7.

Quadro 7 – Dificuldades das Novas Salas Verdes em realizar parcerias.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 6	<i>“Não temos parceiros dentro da gestão municipal e nem de entidades externas”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Nesse entendimento, compreendemos que o caminho das parcerias dentro da própria gestão municipal e fora da gestão com diversas outras entidades do setor público, setor privado, entidades ambientais, entidades não governamentais, além das instituições de ensino superior público e privado têm se mostrado um diferencial nessa fase inicial de implantação do Projeto Sala Verde nos municípios sergipanos, fortalecendo as Novas Salas Verdes, suas ações e práticas de educação ambiental.

Essas atividades, ações, práticas e projetos de educação ambiental que são desenvolvidas pelas Novas Salas Verdes e suas parcerias exitosas devem estar em sintonia com as problemáticas socioambientais locais, regionais e globais. Nesse sentido, entre os municípios sergipanos que aderiram ao Projeto do MMA existem diversas problemáticas socioambientais, entre elas se destacaram os Resíduos sólidos com o descarte irregular do lixo nas ruas e o descumprimento da PNRS Lei 12.305 com

lixão no município (BRASIL, 2010). As queimadas, corte de árvores, desmatamento, poluição por conta das indústrias, ausência de arborização, a falta de incentivo ao Ecoturismo no único Parque Nacional do Estado na Serra de Itabaiana também aparecem como problemas socioambientais destacados pelos entrevistados. O não aproveitamento das águas das chuvas que se misturam ao esgoto, arborização urbana com uso de espécies exóticas e ao invés de plantas nativas, ausência de saneamento básico com esgoto a céu aberto, uso inadequado e excessivo de agrotóxicos, poluição dos recursos hídricos foram citados pelos entrevistados. Outros ainda afirmaram que o pouco interesse e a falta de consciência da população, assim como a ausência de políticas públicas de educação ambiental são problemas que os municípios enfrentam.

Entre as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pelas Novas Sala Verdes estão: Oficinas com material reciclável para reutilizar aplicando os 5Rs; Reuso da água com reaproveitamento da água do ar condicionado; Implantação da A3P; Oficinas e Palestras com intuito de sensibilizar nas escolas com diversas temáticas relacionadas ao Meio Ambiente como os Resíduos sólidos, a Coleta seletiva e Agroecologia; Revitalização dos mananciais; Reflorestamento; Multiplicação de sementes crioulas; Plantio de mudas nas comunidades; Práticas de reciclagem com o papel semente; Decreto criando o Comitê de arborização urbana em um dos municípios; A 1ª Conferência Municipal de Educação Ambiental; Oficina com mulheres da comunidade transformando óleo de cozinha em barra de sabão ecológico; Passeio ecológico com coleta de resíduos; Passeio de campo no Rio Sergipe; Oficinas educativas sobre a reciclagem e ações de plantio de mudas nativas e frutíferas. Outros afirmam estar em fase de estudos para implementação da educação ambiental. No quadro abaixo evidenciamos a relação direta entre as problemáticas socioambientais dos municípios e as ações e práticas das Novas Salas Verdes:

Quadro 8 - Relação entre as problemáticas socioambientais dos municípios e as ações e práticas das Novas Salas Verdes.

PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO	AÇÕES E PRÁTICAS DAS NOVAS SALAS VERDES
Descarte irregular do lixo, queimadas, corte de árvores.	Palestras de educação ambiental com o intuito de sensibilizar as crianças.
Poluição das indústrias.	Em fase de estudos para implementação da educação ambiental.
Desmatamento	Oficinas com as funcionárias das escolas transformando óleo de cozinha em barra de sabão ecológico. Ciclo de Palestras nas Escolas sobre resíduos

	sólidos e reciclagem. Passeio ecológico com coleta de resíduos.
Ausência de arborização, Resíduos sólidos com lixo jogado nas ruas.	Palestras nas Escolas sobre resíduos sólidos e coleta seletiva. Oficinas com as mulheres da comunidade transformando óleo de cozinha em barra de sabão ecológico.
Descumprimento da PNRS Lei 12.305 com descarte inadequado do lixo no município, a falta de incentivo ao Ecoturismo no único Parque Nacional do Estado na Serra de Itabaiana, não aproveitamento das águas das chuvas que se misturam ao esgoto, arborização urbana com uso de espécies exóticas e não das nativas.	Decreto criando o Comitê de arborização urbana no município, 1ª Conferência Municipal de Educação Ambiental. Oficinas e Palestras com intuito de sensibilizar nas escolas com diversas temáticas relacionadas ao Meio Ambiente.
Resíduos sólidos com o descarte irregular do lixo, ausência de arborização, ausência de saneamento básico, uso inadequado e excessivo de agrotóxicos.	Práticas com reciclagem com o papel semente.
Desmatamento, uso inadequado e excessivo de agrotóxicos, poluição dos recursos hídricos e resíduos sólidos.	Multiplicação de sementes crioulas, Plantio de mudas nas comunidades, Palestras com intuito de sensibilizar nas escolas com diversas temáticas relacionadas ao Meio Ambiente e Agroecologia.
A falta de interesse da população.	Palestras, Reforestamento e revitalização de mananciais.
Ausência de políticas públicas em educação ambiental.	Oficinas com material reciclável para reutilizar aplicando os 5Rs, Reuso da água com reaproveitamento da água do ar condicionado, implantação da A3P, passeio ecológico no Rio Sergipe.
A falta de consciência da população e a falta de saneamento básico, o esgoto a céu aberto.	Oficinas educativas sobre a reciclagem e ações de plantio de mudas nativas e frutíferas.

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Quando observamos o quadro comparativo e fazemos a relação entre as problemáticas socioambientais dos municípios e as ações e práticas das Novas Salas Verdes, na maioria dos casos, podemos perceber na fala dos coordenadores uma desconexão entre as problemáticas locais e suas ações. Consideramos que estas deveriam servir como diagnóstico para o planejamento, desenvolvimento e execução de suas atividades, proporcionando uma sinergia entre o conhecimento, os saberes e a prática ligada a sua realidade para gerar um sentimento maior de pertencimento, uma maior sensibilização, e conseqüentemente, um maior aprendizado e transformação para formação do sujeito ecológico.

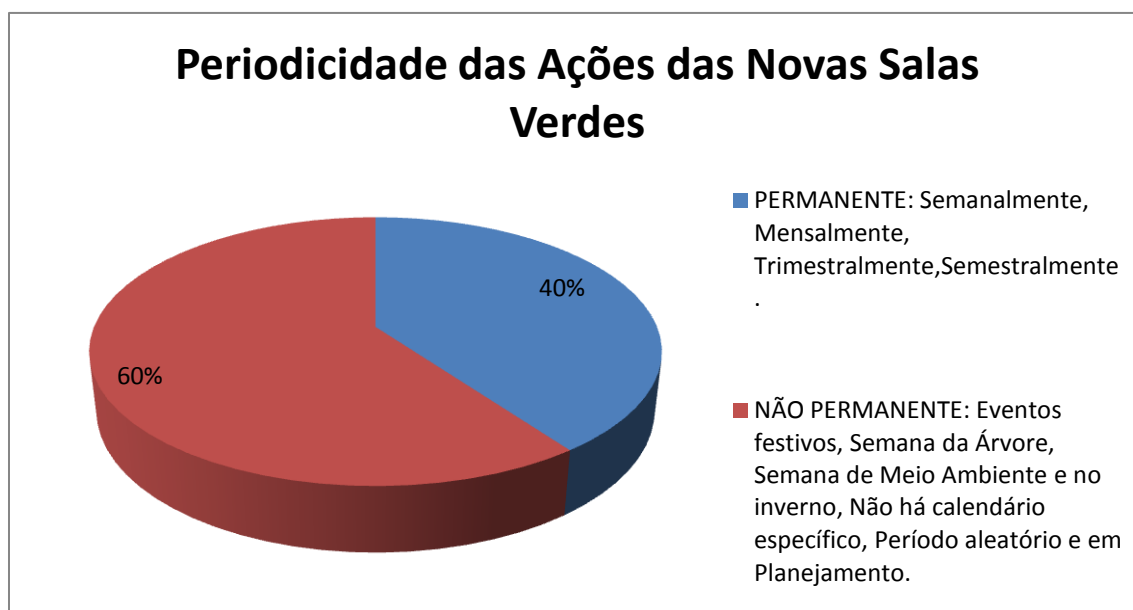
Assim, como podemos perceber que as temáticas socioambientais abordadas pelas Novas Salas Verdes estão mais ligadas às questões locais e ainda não avançaram para as questões socioambientais globais, como por exemplo, o aquecimento global e

suas consequências devastadoras para o planeta, a vida e a humanidade, as Conferências e os acordos do Clima, as queimadas na Amazônia, a perseguição e a morte de ambientalistas e de indígenas, dentre outras. Esperamos que haja um amadurecimento nesse sentido para uma abordagem mais crítica e não somente local, mas também regional e global.

Geralmente as temáticas estão muito ligadas à questão dos Resíduos sólidos, a coleta seletiva e a reciclagem, discussões em voga em nosso Estado atualmente por conta da implantação da PNRS Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010). As parcerias fechadas com os Consórcios de Resíduos Sólidos e os acontecimentos recentes, como por exemplo, o fechamento de lixões, implantação da coleta seletiva e apoio as cooperativas de catadores de materiais recicláveis através do Projeto de Inclusão socioambiental dos Catadores de Materiais Recicláveis em Sergipe do Governo do Estado através da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS), refletem esse momento vivido pelos municípios reverberando no foco das ações das Novas Salas Verdes. Contudo, temáticas como reflorestamento, desmatamento, plantio de mudas, ecoturismo, biodiversidade, água, saneamento básico, arborização urbana, também são consideradas, possivelmente por incentivo de um Projeto chamado “*Arborizar-SE*” da SEDURBS. Outros entrevistados, por sua vez, afirmam ainda estar em discussão com as escolas sobre as temáticas de educação ambiental a serem contempladas pelas Salas Verdes.

No quesito periodicidade das atividades, ações e práticas de educação ambiental das Novas Salas Verdes, alguns coordenadores afirmaram que não há um calendário específico e os trabalhos são desenvolvidos de acordo com as oportunidades, ocorrendo nos períodos de eventos festivos devido à ausência de transporte, ou ainda em ocasiões como a Semana da árvore, Semana do Meio Ambiente, em períodos aleatórios como no inverno. Outros afirmaram executar ações permanentes e com frequência semanal, mensal, trimestral, durante todo o semestre ou a cada 06 meses conforme planejamento. Entretanto, alguns afirmam ainda estar em fase de planejamento, como podemos observar no gráfico 2, a seguir:

Figura 17 - Periodicidade das ações e práticas das Novas Salas Verdes.



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Analisando o gráfico acerca da periodicidade das ações e práticas de educação ambiental, observamos que entre as 10 Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos, 4 delas, ou seja, 40% realizam as ações de forma permanente, semanalmente, mensalmente, trimestralmente ou semestralmente seguindo o planejamento do seu Projeto Político Pedagógico em conformidade com a PNEA Lei nº 9.795/1999. Entretanto, 6 Salas Verdes, a maioria delas (60%), ainda realizam suas ações sem seguir um calendário regular de atividades, ocorrendo sem um calendário específico e em períodos aleatórios sendo ainda muito comum que aconteçam apenas em datas festivas do município, em Semana da Árvore ou Semana do Meio Ambiente.

Quando os coordenadores foram questionados se as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde em seu município conseguem sensibilizar e despertar uma nova forma de pensar as questões ambientais, ou seja, formar uma nova consciência ambiental, os mesmos se mostraram otimistas. Cerca de 80% dos entrevistados disseram acreditar que sim, apenas 10% afirmou não saber pois, não há continuidade das ações e 10% deles afirmaram ainda estar em fase de planejamento e que, portanto, não saberiam afirmar com certeza.

Na maioria das Novas Salas Verdes que afirmaram acreditar na formação que oferecem em despertar de uma nova consciência ambiental, relataram existir o envolvimento da população, como por exemplo, nas comunidades a adesão de diversos agricultores para multiplicação das sementes crioulas, nas escolas os alunos participam,

se envolvem, debatem levantam questionamentos e argumentos espontâneos e dizem que vão repassar o que aprenderam para seus pais. Os coordenadores ressaltaram acreditar na formação de uma nova consciência ambiental porque a partir da informação e do conhecimento todo o contexto muda. A esse respeito, observe no quadro 9:

Quadro 9 – Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre a formação de uma nova consciência ambiental

ENTREVISTADOS	DEPOIMENTOS
Entrevistado 5	<i>“Acredito que sim, agente consegue sensibilizar, pois quando voltamos nas escolas temos observado alguns novos hábitos na comunidade escolar, como por exemplo, não jogando o lixo no chão do pátio e implantação da coleta seletiva na escola, evitando o desperdício da água nos bebedouros e banheiros, cuidando e regando das mudas de árvores plantadas”</i>
Entrevistado 3	<i>“Sim, um exemplo é o caso da coleta seletiva, que a comunidade mais consciente já conhece a importância, separam o lixo e entregam à cooperativa de materiais recicláveis do município”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Parafraseando Penteado (2003), para a formação da consciência ambiental e desenvolvimento do exercício de sua cidadania é preciso passar pela transformação da escola (Projeto Sala Verde) e, portanto, do ensino (da Educação Ambiental), de uma escola (Sala Verde) informadora para uma escola (Sala Verde) formadora, que compreende a importância do diálogo entre os saberes, da interdisciplinaridade e transforma o conhecimento do senso comum, imediatista e não questionador, num conhecimento questionador, reflexivo e mais elaborados.

O próprio professor (educador ambiental ou coordenador das Salas Verdes) nesse processo de ensino-aprendizagem deve propiciar e garantir às pessoas um processo de comunicação entre os saberes. Contribuindo para a formação com a capacidade de criar e oportunizar espaços democráticos (Salas Verdes) de participação nas tomadas de decisão, na busca por soluções dos problemas socioambientais. Para a formação não apenas de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, mas de um verdadeiro sujeito ecológico e a construção de uma sociedade socioambientalmente sustentável.

Os entrevistados foram questionados se as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde conseguem sensibilizar e despertar

mudanças para uma nova forma de ser, de viver e de se relacionar com a natureza e o meio ambiente, a grande maioria disse acreditar que sim, pois já conseguem perceber na população uma maior conscientização sobre os impactos ambientais e a necessidade de preservação da natureza e do meio ambiente.

Relataram que aos poucos observam mudanças de hábitos da comunidade, como por exemplo, não jogando mais o lixo nas ruas e terrenos baldios, fazendo a separação do lixo reciclável e entregando à cooperativa do município, evitando e diminuindo o uso de descartáveis, aplicando em suas casas o que aprenderam nas oficinas de sabão ecológico, produzindo o sabão a partir do reaproveitamento do óleo de cozinha, preservando e cuidando, inclusive regando as mudas plantadas em praças e canteiros da cidade que antes eram arrancadas, ou ainda economizando água e energia elétrica em suas casas e nos locais de trabalho, nas escolas. Durante as gincanas ou atividades de campo os alunos recolhem o lixo descartado nas margens de rios, nas praias ou ajudam no plantio de mudas em áreas degradadas, demonstrando que já há uma mudança na forma de se relacionar com a natureza e o meio ambiente. A esse respeito, observe no quadro 10:

Quadro 10 – Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre as mudanças na forma de se relacionar com a Natureza.

ENTREVISTADOS	DEPOIMENTOS
Entrevistado 5	<i>“Sim, geralmente realizamos plantios árvores de espécies nativas nas escolas como uma forma de implantar novos hábitos e as crianças passam a regar e cuidar daquela nova árvore da escola, demonstrando que mudaram a sua forma de ver e se relacionar com o seu meio ambiente escolar e cuidado com as árvores e plantas da escola, ou seja, da natureza”</i>
Entrevistado 10	<i>“Ainda não conseguimos perceber essas mudanças devido à falta de continuidade das atividades”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Nesse sentido, entendemos que existem diferentes concepções de Educação, conservadora ou crítica, que refletem diferentes visões de mundo e, consequentemente, diferentes propostas de Educação Ambiental e para o enfrentamento da crise ambiental. De acordo com Guimarães (2016) a EA conservadora tem a intenção de reformar o

atual modelo de desenvolvimento via soluções tecnológicas e pela lógica do mercado, sem, portanto alterar a racionalidade econômica que a informa. Entretanto, a Educação Ambiental crítica trabalha com “a perspectiva de mudanças de valores, hábitos e atitudes, individuais e coletivos, de uma nova ética e novas relações de produção e consumo substanciadas em diferentes paradigmas” (GUIMARÃES, 2016, p.15-16), ou seja, para uma nova forma de pensar, de ser, de viver e de se relacionar consigo mesmo, com a natureza e o meio ambiente.

Ainda segundo Guimarães (2016), a proposta de EA crítica pautada na mudança de valores busca uma transformação social e construção de uma nova sociedade a partir do despertar do sujeito ecológico e da sustentabilidade. Para Jacobi (2003) a ideia de sustentabilidade implica na premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos.

Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento (JACOBI, 2003, p.195).

Questionados se as atividades, ações e práticas de EA desenvolvidas pela Sala Verde conseguem sensibilizar e despertar nas pessoas o desejo de lutar pelo direito à preservação e melhoria do meio ambiente, os entrevistados afirmaram que, apesar de haver nos municípios algumas perseguições políticas, ainda que timidamente, essa mudança já vem ocorrendo, pois a população mais consciente da necessidade da preservação da natureza e do meio ambiente começa a cobrar medidas dos governantes.

Infelizmente, sabemos que existem diversas realidades nas comunidades dos municípios sergipanos onde se encontram as Novas Salas Verdes. Contudo, com o trabalho de educação ambiental mesmo nos lugares onde ainda não existe sequer a coleta comum do lixo ou a coleta seletiva, a população começa a reivindicar que as mesmas sejam implantadas para que os resíduos não sejam jogados em terrenos provocando a contaminação do meio ambiente e proliferação de vetores causadores de doenças graves como a dengue. Outra reivindicação comum pela população é o saneamento básico com água tratada para uso doméstico e higiene, e também a rede de

esgoto para evitar que o mesmo escoe a céu aberto causando doenças e contaminando os rios, observe o quadro 11:

Quadro 11 – Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação ao direito à preservação e melhoria do Meio Ambiente.

ENTREVISTADOS	DEPOIMENTOS
Entrevistado 1	<i>“Sim, aos poucos está acontecendo uma mudança de comportamento”</i>
Entrevistado 3	<i>“Sim, pela necessidade de preservar a saúde e bem estar de todos”</i>
Entrevistado 5	<i>“Entendo que sim, pois um exemplo disso é a criação de um comitê de arborização urbana via protocolo através da Sala Verde que resultará na política municipal de arborização do município, e irá contar e incentivar as pessoas, a comunidade, sobretudo, os acadêmicos”</i>
Entrevistado 2	<i>“Sim, reivindicando e participando ativamente de grupos da comunidade que cuidam dos animais e da natureza”</i>
Entrevistado 9	<i>“Sim, a dedicação dos alunos muda completamente, porque eles são transformados em multiplicadores e parceiros ambientais”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Dessa forma, para que as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pelas Salas Verdes consigam sensibilizar e despertar nas pessoas o desejo e a consciência ambiental para lutar pelo direito à preservação e melhoria do meio ambiente, e para que haja a superação dos problemas e a construção de uma sociedade sustentável se faz necessário debater, pensar, refletir acerca da formação dos educadores ambientais (coordenadores das Salas Verdes) e o aprimoramento de suas práticas pedagógicas dentro de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental voltada para a transformação da realidade socioambiental, rompendo velhos paradigmas de um discurso hegemônico dominante da sociedade moderna.

Segundo Morin (1997), os paradigmas, ainda que, inconscientemente, determinam o nosso discurso e, conseqüentemente, regem nossas ações, pois se tratam de estruturas do nosso pensamento. Faz-se necessário que o educador (coordenadores das Salas Verdes) se liberte das velhas concepções pedagógicas tradicionais, simplistas, fragmentadas e reducionistas da realidade que só dificultam o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e que produz uma compreensão limitada da complexidade da

problemática ambiental, servindo apenas para a manutenção de um discurso hegemônico ideológico alienante (GUIMARÃES, 2016).

Portanto, é imprescindível a formação crítica do educador (coordenadores das Salas Verdes) para que este, enquanto sujeito de sua reflexão/ação/reflexão, possa proporcionar na sua práxis pedagógica de reflexão crítica a ação participativa de educando e educadores, que una de forma indissociável teoria e prática, reflexão e ação, razão e emoção, indivíduo e coletivo, escola e comunidade, local e global. Parafraseando o autor, para que estes (as Salas Verdes) se tornem verdadeiros “ambientes educativos resultantes de projetos pedagógicos que vivenciem o saber fazer criticamente consciente de intervenção na realidade, por práticas refletidas, problematizadoras e diferenciadoras, que se fazem politicamente influentes no exercício da cidadania” (GUIMARÃES, 2016, p. 22).

Quando questionados sobre o que é a natureza e quais os elementos que a compõem, os entrevistados demonstraram visões diferentes e antagônicas de natureza. O grupo se dividiu, onde 40% dos entrevistados ficaram entre os que possuem uma visão pragmática e conservadora de natureza. Estes a percebem enquanto equilíbrio entre os elementos bióticos (fauna e flora) e abióticos (terra, montanhas, minerais ou recursos hídricos, mares, água) sem inserir o homem na natureza, não fazendo parte dela ou sem nenhuma interação com ela. Nesse sentido, observe o quadro 12:

Quadro 12 – Declarações dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 9	<i>“Natureza é tudo aquilo que tem vida própria, a fauna, a flora, a terra e a água”.</i>
Entrevistado 1	<i>“É todo elemento biótico e abiótico que interagem com equilíbrio, todos os elementos que fazem parte da vida”.</i>
Entrevistado 3	<i>“É o conjunto de elementos, mares, montanhas, árvores, animais, ...etc. O mundo natural ou universo físico”.</i>
Entrevistado 6	<i>“É um complexo organismo vivo em constante transformação com elementos abióticos, os recursos hídricos, terra, minerais, sol,...etc. E elementos bióticos, os vegetais, animais e microrganismos”.</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

A crise ambiental e civilizatória da nossa sociedade moderna vem revelando um profundo distanciamento entre a sociedade e a natureza, como podemos perceber nas falas de alguns coordenadores das Novas Salas Verdes, em que a humanidade perde a compreensão de natureza, se desnaturalizando e não mais se enxergando como natureza e perdendo sua conexão enquanto sujeito ecológico (LEFF, 2016).

Destarte, vivemos numa sociedade caracterizada pela separação entre seres humanos e a natureza, com o homem no centro do universo muitas vezes, alheio a sua condição natural sem se perceber enquanto natureza. Assim, os coordenadores das Novas Salas Verdes demonstraram entender a natureza enquanto equilíbrio de tudo o que existe, ou seja, o mundo material com todos os seus elementos bióticos e abióticos. Entretanto, estes apenas confirmaram essa relação dicotômica homem-natureza, muitas vezes, vista com uma percepção naturalista, intocada estritamente biológica, autônoma e preservacionista contrária ao mundo humano (CARVALHO, 2012; RIBEIRO, CAVASSAN, 2013).

Outros 40% do grupo entrevistado possui uma visão diferente de natureza, entendendo-a sim enquanto mundo natural com seus elementos bióticos e abióticos, porém, já se evidencia a compreensão que o homem também é natureza, faz parte desse mundo natural e está ligado a essa teia sensível da vida. Essa parcela dos entrevistados indica que os seres humanos interagem e intervêm constantemente na construção dos seus espaços, portanto com o meio em que vivem. Essas concepções podem ser observadas nas falas de alguns dos entrevistados, observe o quadro 13:

Quadro 13 – Declarações dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 4	<i>“A natureza é um mundo natural, o homem, os animais, os mares e continentes”</i>
Entrevistado 10	<i>“A natureza é tudo aquilo que nos rodeia e estamos ligados, fazem parte os fatores bióticos e abióticos pertencentes a uma teia sensível”</i>
Entrevistado 2	<i>“A natureza é o meio em que vivemos com elementos como o mar, terra, aves, florestas, animais terrestres,...etc.”</i>
Entrevistado 5	<i>“Natureza é o conjunto de elementos bióticos e abióticos que coexistem em determinados espaços, que podem ser preservados (matas, nascente) ou sofrer ação antrópica, formando a zona rural que são áreas agrícolas com algumas aglomerações de casas e a zona urbana que passa por uma constante intervenção</i>

	<i>do homem. Fazem parte da natureza os rios e suas bacias hidrográficas, florestas, praias, estuários, cidade, onde estão inseridos a fauna, a flora e o ser humano.”</i>
--	--

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Embora, ainda que, por muitas décadas, essa visão da natureza com uma percepção naturalista, intocada, estritamente biológica, autônoma e preservacionista contrária ao mundo humano tenha sido predominante (CARVALHO, 2012), percebemos nas falas desses coordenadores das Novas Salas Verdes que essa visão vem mudando, estes ampliaram sua percepção de natureza e conseguem compreender a questão ambiental por outro ângulo numa perspectiva socioambiental. “Nesse ponto de vista, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e copertença, formando um único mundo” (CARVALHO, 2012, p. 36).

É nesse contexto, em que predominava uma visão naturalista, que surge a educação ambiental como proposta de mediar à dicotomia entre sociedade e natureza, com a missão de superar o paradigma científico moderno por uma visão socioambiental, a qual permite compreender as relações de interação na relação da vida.

Enquanto os outros 20% dos coordenadores entrevistados, ainda possuem uma visão romântica, poética e preservacionista de natureza enquanto meio natural intocada e distante do homem, lembra a natureza representada pelos documentários dos canais de TV fechados, a mãe terra com suas exuberantes florestas tropicais ou savanas e suas faunas na luta pela sobrevivência, observe o quadro 14:

Quadro 14 – Declarações dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre Natureza.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 7	<i>“A Natureza é a mãe Terra, a mãe de todos nós”.</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Os coordenadores das Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos em relação ao questionamento sobre o que é o meio ambiente e sua importância, a maioria (70%) confundiram este com o conceito de natureza. Entretanto, todos concordaram que se refere ao espaço onde o ser humano vive, um espaço relacional do qual faz parte e está em constante modificação pela ação humana. Afirmaram também compreender a

importância do meio ambiente à sobrevivência do ser humano e das demais espécies, enfim, da vida em nosso planeta. Nesse contexto, ouvimos relatos como esses que seguem no quadro 15:

Quadro 15 – Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre o Meio Ambiente e sua importância.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 5	<i>“Meio Ambiente é um conceito ecológico que nessa perspectiva se assemelha bastante com a definição de natureza. Mas, o meio ambiente tem papel fundamental atrelado à sobrevivência do ser humano e das demais espécies”</i>
Entrevistado 4	<i>“O meio ambiente é um sistema formado por elementos naturais e artificiais que são modificados pela ação humana”</i>
Entrevistado 2	<i>“O meio ambiente é tudo em que vivemos, muito importante para o homem sobreviver”</i>
Entrevistado 10	<i>“Meio ambiente é um conjunto de fatores bióticos e abióticos aos quais estamos atrelados e do qual fazemos parte, pertencemos a uma teia de equilíbrio, a preservação e conservação do meio ambiente é de fundamental importância por recebermos de maneira direta os impactos negativos e positivos das nossas ações”</i>
Entrevistado 3	<i>“Engloba todos os elementos vivos e não vivos, que estão relacionados com a vida na terra. É tudo que está ao nosso redor como água, solo, vegetação, clima, animais e os seres humanos”</i>
Entrevistado 6	<i>“É um local, região, continente que possui características próprias, peculiares, onde há o desenvolvimento da vida. A sua importância resume-se em cuidar e sermos cuidados”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Dessa forma, observamos que os coordenadores das Novas Salas Verdes já possuem uma percepção de meio ambiente enquanto espaço relacional, em que a presença humana, suas relações sociais, culturais e naturais, pode ser benéfica, pois se trata de uma racionalidade complexa e interdisciplinar que amplia as lentes dessa relação que não deve mais ser pensada enquanto antagônica, mas simbiótica (CARVALHO, 2012). Dessa forma, eles compreendem o meio ambiente como o mundo

externo, adequado, acomodado, circundante de cada espécie ou indivíduo, o campo de relações, como um espaço relacional no qual o indivíduo está inserido e age sobre todo um sistema social, político e econômico, pois é capaz de percebê-lo (RIBEIRO, CAVASSAN, 2013).

Segundo Vidal (2008), os seres humanos são seres privilegiados, pois entre todos os seres da natureza são os únicos que dispõem da razão, que lhe dá condição diferenciada de interpretar e agir com inteligência, nessa relação com o meio ambiente do qual depende sua qualidade de vida, além de seu instinto natural de sobrevivência. Compreendemos o meio ambiente enquanto o conjunto dos seres vivos e inanimados que compõem o planeta Terra ou o habitam. Incluindo os seres humanos, enquanto objeto e sujeito desta reflexão, com seus aspectos culturais, a arte, a ciência, a tecnologia, a própria filosofia e religião.

Entretanto, os outros 30% dos coordenadores entrevistados, ainda possuem uma visão romântica, poética e preservacionista de meio ambiente, admitindo a presença dos seres humanos sem, contudo, relacionar a ação antrópica sobre o meio, como podemos perceber nas seguintes falas, observe quadro 16:

Quadro 16 – Depoimentos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes sobre o Meio Ambiente e sua importância.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 1	<i>“É o local onde vivemos em equilíbrio, fundamental para a manutenção da vida”</i>
Entrevistado 7	<i>“Meio Ambiente é vida”</i>
Entrevistado 9	<i>“Somos todos nós seres vivos, é importante preservar nosso planeta”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Quando questionados na entrevista acerca do que fazem diariamente para preservar a natureza, o meio ambiente e consequentemente a vida no nosso planeta, a maioria dos coordenadores (70%) mencionaram suas mudanças de hábitos individuais sem fazer qualquer relação com a sua prática de educação ambiental nas Salas Verdes em seus municípios, como podemos observar nas falas do quadro 17:

Quadro 17 – Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação a o quê fazem diariamente para preservar a Natureza, o Meio Ambiente e a vida no planeta.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
Entrevistado 10	<i>“Economizo energia, reduzi a geração de lixo e separação do lixo”</i>
Entrevistado 3	<i>“Guardo o óleo de cozinha usado, separo o lixo, reduzo o consumo de água no banho, utilizo o mínimo possível de descartáveis”</i>
Entrevistado 6	<i>“A separação dos resíduos recicláveis, o plantio de áreas degradadas e o descarte correto de resíduos perigosos”</i>
Entrevistado 9	<i>“Eu pessoalmente, separo o resíduo seco do resíduo molhado”.</i>
Entrevistado 7	<i>“Tudo que eu uso sempre reciclo”</i>
Entrevistado 4	<i>“Economizo água, energia, evito usar produtos descartáveis, reaproveito e faço a separação do lixo”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Entendemos que este grupo pode ser denominado como conservador ou compartimentalista, pois tem como principal característica a compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental, com foco na redução do consumo de bens naturais sem fazer uma correlação com o modo de produção e a ausência de um entendimento dialético da relação sociedade-natureza. Dessa forma, percebemos em suas respostas uma dissociação/separação entre o “eu” ecológico exercendo sua cidadania/ação ambiental e o “eu” profissional enquanto Educador ambiental nas Salas Verdes. Logo, a educação é baseada em vivências práticas numa dimensão individual, despolitizando o fazer educativo ambiental com pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico, com baixa problematização da realidade e pouca ênfase nos processos históricos; responsabilizando o homem pela degradação ambiental descontextualizado da História, social e política (LOUREIRO, 2006).

Entretanto, houve 30% dos coordenadores que relacionaram o seu trabalho de Educação Ambiental nas Salas Verdes com as ações adotadas por eles, como podemos perceber nas falas, observe o quadro 18:

Quadro 18 – Relatos dos Coordenadores das Novas Salas Verdes em relação a o quê fazem diariamente para preservar a Natureza, o Meio Ambiente e a vida no planeta.

ENTREVISTADO	DEPOIMENTO
--------------	------------

Entrevistado 5	<i>“Meu trabalho e contextualizo minha prática com a educação ambiental, além de hábitos de redução do consumo, plantio de árvores nativas, uso de garrafinha, evito descartáveis, limpeza de áreas naturais”</i>
Entrevistado 1	<i>“No trabalho apoio a cooperativa de catadores e coletores de materiais recicláveis e luto para implantar a coleta seletiva no município, tento desenvolver a conscientização para diminuição do uso de defensivos agrícolas químicos, tento multiplicar as sementes crioulas, preservar nascentes de APP, destino os resíduos sólidos em locais adequados e poupo água”</i>
Entrevistado 2	<i>“Eu faço a separação dos resíduos sólidos e dou a uma catadora que recolhe semanalmente. Trabalho com capacitação para crianças e adolescentes em Educação Ambiental”</i>

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Assim, entendemos que esse grupo de coordenadores em sua práxis pedagógica através das Salas Verdes realiza uma Educação Ambiental de corrente crítica ou emancipatória e transformadora, tendo como principal característica a politização da problemática ambiental em sua complexidade, entendendo que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental, que busca a autonomia e liberdades humanas em sociedade redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta.

Percebemos que esses entrevistados não dissociam o seu “eu” ecológico de sua práxis pedagógica de EA e estimulam o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular. Suas posturas redefinem objetos de estudo e saberes, sem dissociar a correlação dos processos de produção e consumo, interesses privados e públicos, ética, tecnologia e contexto sócio-histórico, buscando a transformação de valores e a ruptura com práticas sociais que sejam contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2006).

Sabemos que a Educação Ambiental e a formação do sujeito ecológico têm sua origem no ecologismo que critica o progresso ilimitado em detrimento da qualidade da existência humana socioambiental. Esse sujeito ecológico é o resultado do modo ideal de ser e viver orientado pelos princípios do ideário ecológico com a utopia de uma existência ecológica plena, com determinados valores e crenças que pressupõem uma postura ética e crítica da ordem social vigente, que se caracteriza pela ordem material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, na manutenção das desigualdades e da exclusão social e ambiental (CARVALHO, 2012).

Assim, são sujeitos ecológicos as pessoas que se identificam com o ideário ecológico, portanto assumiram os valores ecológicos em suas vidas sendo sujeitos da ação ambiental, que tem esperança e acreditam na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário e possuem um perfil que se diferencia por uma:

[...] postura ética de crítica à ordem vigente que se caracteriza pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, bem como na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental. O mundo contra o qual a crítica ecológica se levanta é aquele organizado sobre a acumulação de bens materiais, no qual vale mais ter do que ser, no qual a crença na aceleração, na velocidade e na competitividade sem limites tem sido o preço da infelicidade humana, da desqualificação e do abandono de milhões de pessoas, grupos e sociedades que não satisfazem esse modelo de eficácia. A tal modelo de exploração humana corresponde um modo de apropriar-se das forças da natureza e do ambiente de vida e explorá-los. O ecologismo nasceu criticando a aposta no progresso ilimitado tanto do ponto de vista da duração e da qualidade da existência humana quanto a permanência dos bens ambientais e da natureza em que convivemos (CARVALHO, 2012, p. 67-68).

Acreditamos que estes sejam sujeitos ecológicos que vão além da transformação de um modo de vida individual, mas consiste na esperança de um mundo transformado, compatível com esse ideal e na crença de uma vida melhor, de felicidade, de justiça e de bem-estar. E o principal objetivo da EA e dos educadores ambientais quando em suas práticas pedagógicas é disseminar, estimular, sensibilizar para a construção de uma conscientização acerca dos ideais ecológicos, justamente contribuindo para a formação de uma atitude ecológica e, consequentemente, para a formação do sujeito ecológico.

3.4 Conclusão das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com os gestores e coordenadores das 10 Novas Salas Verdes inauguradas nos municípios sergipanos nas cidades de Aracaju, Barra dos Caqueiros, Carmópolis, General Maynard, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Pacatuba, Pedrinhas e Rosário do Catete.

A maioria destas tem como instituição proponente ou responsável legal a própria Prefeitura (80%), enquanto que apenas 20% são ligadas a Organizações Não Governamentais no âmbito da sociedade civil. Os gestores e coordenadores, em sua maioria, possuem formação superior, mesmo que não sejam em áreas relacionadas com a temática ambiental, evidenciando-se também formação de nível médio ou superior

incompleto. As Secretarias Municipais de Meio Ambiente são as que preferencialmente abrigam as Salas Verdes, contudo em muitos dos casos estas dividem a pasta ambiental com as secretarias de Agricultura, evidenciando diversos conflitos de interesse entre elas. Algumas Salas Verdes, no entanto, estão alojadas em Secretarias de Educação, em uma biblioteca, ou junto da Diretoria de Turismo. No âmbito da sociedade civil, estas têm seus espaços físicos junto das sedes das ONGs.

De maneira geral a equipe técnica das Salas Verdes é reduzida e, por conta dessa realidade, enfrentam diversos problemas na execução de suas ações. Destaca-se apenas a situação de uma das Salas Verdes, coordenada por uma ONG, que conta com cerca de 10 voluntários, sendo exceção na realidade das demais Salas.

As principais queixas dos coordenadores se referem ao reduzido acervo de material didático disponibilizado pelos MMA, a falta de apoio e recurso por parte dos gestores (prefeitos) e do próprio MMA, mesmo que estejam cientes sobre o não financiamento desses projetos por parte do ministério. Apesar de todas as Salas Verdes possuírem um espaço físico com infraestrutura básica, estas ainda carecem de recursos didáticos para execução de suas ações em EA, tais como lousas e mesas de reuniões. Apenas uma das Salas Verdes possui um espaço bem equipado com laboratório de informática, onde realizam diversas atividades.

Para compreender quais eram as expectativas e sonhos almejados pelos entrevistados, elaboramos junto aos gestores e coordenadores das Salas Verdes uma Nuvem de Palavras que evidenciou as palavras Educação Ambiental, Meio Ambiente e Projeto Sala Verde, bem como, em segundo plano as palavras Município, População, Envolvimento, Participação, Importância, Questão. Utilizamos o mesmo método para perceber as maiores dificuldades e entraves na abertura das Novas Salas Verdes, utilizando o que chamamos de Muro das Lamentações. As palavras que se destacaram foram: Recurso, Material, Secretaria, Prefeitura, Política, Transporte e Família.

O andamento das Salas Verdes de Sergipe atualmente se ampara nas parcerias que estas estabelecem com diversas instituições, tais como escolas, universidades e faculdades, empresas de abastecimento de água (DESO) ou de limpeza urbana (ESTRE), dentre outras que se destacam como grandes colaboradoras, sobretudo na fase inicial e implantação das Salas Verdes no municípios.

As temáticas abordadas pelas atividades das Salas são variadas. Contudo, muitas delas têm como foco a gestão dos resíduos sólidos, o desmatamento, a conservação da água e poluição, sendo ausentes temáticas globais, tais como o aquecimento global,

queimadas na Amazônia, dentre outras. As atividades são diversificadas e em sua maioria concentram-se em ações de Educação Ambiental, ou ainda ações de reflorestamento com plantio de mudas. Existem atividades que envolvem reciclagem, como as oficinas para produção de sabão ecológico, e àquelas relacionadas à produção de alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos, por exemplo. Também é comum a oferta de visitas a ambientes naturais, onde ações de EA são executadas. Entretanto, essas atividades em sua maioria são executadas com pouca regularidade, normalmente em datas comemorativas como na Semana do Meio Ambiente ou Semana da Árvore. Apenas 40% das Salas Verdes executam atividades com relativa periodicidade.

Os coordenadores acreditam que as atividades oferecidas pelas Salas Verdes surtem efeito na conscientização da população, visto que eles relataram diversas mudanças de atitudes entre os moradores dos municípios. Os entrevistados também relatam algumas mudanças de postura em suas práticas após se envolverem com temáticas ambientais nas Salas Verdes, entretanto, essas ações para a maioria deles ainda estão centradas em posições individuais e poucos problematizam o sistema produtivo capitalista no qual estamos inseridos. Apenas alguns deles conseguem perceber a complexa rede de relações que envolvem homem e natureza. Assim, muitos deles apresentam concepções conservadoras sobre natureza e meio ambiente. Como dissemos anteriormente, a EA crítica nos parece ser o caminho mais coerente para a execução de ações que efetivamente auxiliem na construção de uma realidade mais sustentável. Nesse sentido, é preciso que aqueles que lideram espaços de EA também partilhem dessas concepções para que se possa alcançar tais metas e formar sujeitos ecológicos.

4 PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL “CARTILHA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS”

A Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 1999 (BRASIL, 2010), estabeleceu que os lixões a céu aberto deveriam ser erradicados em todo território até 2010. Passaram-se quase 10 anos desse prazo e prefeitos pedem mais tempo para cumprir a lei. O Brasil ainda convive com cerca de 3 mil lixões, um enorme problema socioambiental que causa poluição do ar atmosférico com a emissão de gases causadores do efeito estufa e aquecimento global como o gás metano, contamina o solo e as águas superficiais e subterrâneas dos lençóis freáticos com o chorume, além da proliferação de vetores transmissores de doenças, causando graves danos a saúde socioambiental.

Em cidades brasileiras são produzidas toneladas de resíduos diariamente, a maior cidade do país São Paulo, por exemplo, gera em torno de 20 mil toneladas de resíduos por dia. Entretanto, apenas cerca de 3% desses resíduos são reciclados em todo país, sobrecarregando os aterros sanitários, ou pior, formando e aumentando o número de lixões, deixando de gerar emprego e renda com o reaproveitamento desses materiais que poderiam retornar a cadeia produtiva. Estima-se que se perde cerca de R\$ 10 bilhões por ano com esse tipo de resíduo que deveria ser reciclado, além dos danos socioambientais, pois mais riquezas naturais são retiradas da natureza servindo de matéria prima para atender a lógica do mercado do sistema capitalista que produz um número cada vez maior de produtos estimulando o consumismo na sociedade.

Em Sergipe, existem iniciativas do poder público estadual para implantação da PNRS no Estado, através de iniciativas como a formação dos Consórcios Públicos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos em 2011: Grande Aracaju – CONSBAJU , Agreste Central – CPAC, Baixo São Francisco – CONBASF e Sul e Centro Sul Sergipano – CONSCENSUL; a elaboração dos instrumentos da Lei: o Plano Estadual de Resíduos Sólidos elaborado em 2014, Plano Estadual de Coleta Seletiva (2014), Plano Intermunicipal do Baixo São Francisco (2014), Plano Intermunicipal do Agreste Central (2014), Plano Intermunicipal do Sul e Centro Sul (2014) e em 2017 o Plano Intermunicipal da Grande Aracaju, todos homologados em fevereiro de 2017; a atualização da Resolução 06/2008 e encaminhamento ao CEMA - Lei Nº 8497 de

28/12/2018 que *Dispõe sobre o Procedimento de Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe e dá outras providências*; a Cessão de galpões da CODISE para implantação de Centros de triagem de cooperativas de catadores; o Projeto de Inclusão Socioambiental e Produtiva dos catadores e coletores de materiais recicláveis em Sergipe; o Programa Prodetur pela SETUR para elaboração de projetos com licenciamento prévio para aterros sanitários nos municípios de Canindé de São Francisco, Japaratuba e Estância; além de Portarias conjunta entre AGRESE, SEDURBS, ADEMA e Consórcios do CONSCENSUL, CPAC e CONSBAJU para Processos de Manifestação de Interesse – PMI para Projetos de Aterros Sanitários e Unidades de Transbordo nessas regiões com a finalidade de solucionar a problemática socioambiental dos lixões no Estado (SERHMA, 2019).

Entretanto, embora haja grandes avanços na implantação da PNRS em Sergipe, a realidade ainda não é diferente do restante do país, pois entre os 75 municípios sergipanos ainda existem 53 municípios destinando seus resíduos em lixões a céu aberto (72%) e apenas 19 municípios fazendo a destinação correta de seus resíduos ao Aterro Sanitário da Empresa ESTRE Ambiental (24%), sendo que três municípios destinam a lixões de municípios vizinhos. Precisamos avançar ainda mais em relação implantação da PNRS no Estado, pois possuímos apenas um aterro sanitário localizado no município de Rosário do Catete na região da Grande Aracaju, estando os municípios das 3 demais regiões do Agreste Central, Sul e Centro Sul e Baixo São Francisco sem alternativa para destinação adequada de seus resíduos. Quanto à inclusão socioambiental dos catadores e coletores de materiais recicláveis existem apenas 33 cooperativas e/ou associações formalizadas em todo Estado, sendo que apenas 11 municípios implantaram a coleta seletiva (14,67%), todos os demais municípios estão descumprindo a Lei 12.305/2010, pois estão destinando todo o resíduo sem nenhuma separação ao aterro ou aos lixões causando graves impactos socioambientais (SERHMA, 2019; BRASIL, 2010).

A fim de problematizar tais questões surgiu a ideia da produção de uma Cartilha Socioambiental Educativa sobre a temática dos resíduos sólidos. Dentro de uma proposta de sensibilização e conscientização utilizando como instrumento para tal a Educação Ambiental, que se constitui numa forma abrangente e essencial de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente e que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental, entendendo-a como crítica a capacidade de compreensão da gênese,

evolução e busca por soluções para esses problemas ambientais complexos de nossa sociedade moderna.

Os materiais didáticos e de apoio, como a cartilha, são recursos lúdicos facilitadores e importantes na Educação Ambiental nos espaços formais de educação e também não formais como é o caso das Salas Verdes. Esses materiais devem ser pensados para proporcionar momentos que visem à sensibilização socioambiental e o desenvolvimento de atividades de proteção do meio ambiente, seguindo recomendações do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), importante instrumento para a implantação da Educação Ambiental e que originou-se a partir das deliberações resultantes da Rio-92, mediante um processo de construção coletiva, participativa e democrática e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/99), marco legal da Educação Ambiental no Brasil e no contexto sergipano da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual nº 6.882/2010) (SERGIPE, 2010).

A Cartilha é um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua, considerado um manual didático de iniciação à leitura e um importante material educativo dedicado a conhecer e informar sobre uma realidade específica. Esta faz uso de ilustrações facilitando a percepção de detalhes e reproduzindo em muitos aspectos a realidade, reduz ou amplia o tamanho real dos objetos representados, permite a visualização imediata de processos muito lentos ou rápidos; tornam próximos fatos e lugares distantes no espaço e no tempo.

A Cartilha como material pedagógico e lúdico deve ser incentivada por se constituir enquanto um importante instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem, pois trabalhando com esse material, observa-se que até mesmo àqueles que não se interessam por leitura acabam se identificando. Assim, as cartilhas funcionam como um meio de comunicação com múltiplas potencialidades, a fim de disponibilizar e democratizar as informações sobre Resíduos Sólidos e a Educação Ambiental, estimulando a discussão crítica, a organização e participação social em diferentes espaços e públicos. Possuem potencial para a formação de sujeitos ecológicos mais informados, participativos, engajados e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis.

Nesse sentido, é imprescindível a elaboração de uma “*Cartilha Socioambiental Educativa sobre Resíduos Sólidos e Educação Ambiental*” como produto técnico Educacional para atender aos requisitos do Mestrado Profissional para a obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais. Tendo como objetivo geral

implementar a Educação Ambiental crítica através da Cartilha “Ana Laura por um Mundo Sustentável” nas Novas Salas Verdes e demais municípios sergipanos para preservação do meio ambiente e formação do sujeito ecológico para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa. Assim como, os objetivos específicos de Elaborar Cartilha Socioambiental Educativa sobre Resíduos Sólidos e Educação Ambiental crítica como instrumento didático para o enfrentamento dessa problemática socioambiental e preservação do meio ambiente; Fomentar a Educação Ambiental crítica através da Cartilha nas Novas Salas Verdes e demais municípios sergipanos para formação do sujeito ecológico; e Apoiar as Novas Salas Verdes e municípios sergipanos através da Cartilha enquanto material didático para suas ações, práticas e oficinas de EA crítica para formação de sociedades sustentáveis.

Compreendemos que essa cartilha será um importante instrumento de referência de Educação Ambiental, pois esse material didático foi pensado para dar apoio e também sensibilizar os gestores ambientais municipais (Secretários ou Diretores de Meio Ambiente), coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, assim como, de seu público alvo, ou seja, a comunidade em geral no âmbito da EA não formal, além dos alunos da Educação Básica no âmbito da EA formal, e demais municípios sergipanos, sobre os impactos e problemáticas socioambientais relacionadas à temática de resíduos sólidos em Sergipe, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010) e a Política Nacional de Educação Ambiental Lei 9.795/1999 (BRASIL, 1999, 2010).

Essa temática foi pensada e escolhida a partir do resultado das entrevistas e acompanhamento das ações das Novas Salas Verdes, pois os projetos, ações e práticas de EA destas estão muito ligadas à questão dos Resíduos sólidos, a coleta seletiva e a reciclagem em voga em nosso Estado atualmente com a implantação da PNRS Lei 12.305/2010, as parcerias fechadas com os Consórcios de Resíduos Sólidos e acontecimentos, como por exemplo, o fechamento de lixões, implantação da coleta seletiva e apoio as cooperativas de catadores de materiais recicláveis através do Projeto de Inclusão socioambiental dos Catadores de Materiais Recicláveis em Sergipe do Governo do Estado através da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS, então esse momento vivido pelos municípios se refletem nas ações das Novas Salas Verdes.

Nesse sentido, no caminho metodológico percorrido para a elaboração da Cartilha de Educação Ambiental utilizou-se da Pesquisa Documental em que são

utilizados documentos de fontes primárias que não receberam qualquer tratamento analítico podendo ser do próprio pesquisador ou documentos de órgãos como documentos oficiais, contratos, reportagens de jornais, cartas, filmes, fotografias etc; e da Pesquisa Bibliográfica que se utiliza de fontes secundárias das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, principalmente de livros, artigos científicos e até mesmo outras cartilhas (BATISTA, 2015; GIL, 1999).

Na confecção e desenvolvimento da Cartilha de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental a estória foi pensada e discutida pelas autoras de forma que esta abordasse de forma lúdica e divertida toda a PNRS, com o apoio de técnicos de arte design para que a mesma fosse bastante colorida e trazendo crianças como personagens principais para atrair o público infantil da educação básica. Foram contemplados também quadros com textos técnicos explicativos a respeito de cada temática abordada pelos personagens para melhor compreensão e alcance do público adulto.

Os personagens são uma homenagem de uma das autoras, Elane Alvarenga Oliveira Hora à sua amada filha Ana Laura Alvarenga Oliveira Hora, por este motivo o título da Cartilha “Ana Laura por um Mundo Sustentável”. Homenagem feita também aos seus pais José Carlos Oliveira e Célia Amaral de Alvarenga, à sua avó Severina Amaral Alvarenga (in memorian), ao seu irmão Carlos Guilherme Alvarenga Oliveira (in memorian) e sua sobrinha Raquel Alvarenga Ribeiro Chaves. E aos amiguinhos de Laurinha, o Gabriel Garcia Vasconcelos e Julia Batista Gama. Observe a imagem abaixo:

Figura 18 – Personagens da Cartilha “Ana Laura por um Mundo Sustentável”



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Na busca por uma sociedade sustentável e formação de sujeitos que identifiquem e busquem mitigar os impactos socioambientais foram contempladas temáticas como a coleta seletiva, a importância das cooperativas de catadores e coletores de materiais recicláveis para a inclusão socioambiental dos catadores, a classificação por tipo e a destinação adequada dos resíduos sólidos, como por exemplo, os resíduos perigosos através da logística reversa, os resíduos orgânicos através da compostagem, os resíduos da saúde para incineração, os rejeitos que são resíduos que não podem ser reciclados ou reaproveitados que devem ser destinados aos aterros sanitários, o desastre ambiental que são os lixões a céu aberto, diferenciando aterro sanitário de lixão.

Refletindo também sobre as responsabilidades da gestão integrada dos resíduos sólidos entre Governo Federal, Estados, Municípios, Empresários e comunidade em geral segundo a PNRS, trazendo a discussão acerca da quantidade absurda de resíduos sólidos que geramos no nosso dia a dia para uma reflexão, sensibilização e geração de uma consciência ambiental para mudanças de hábitos e costumes que reflitam na diminuição do consumismo e menor geração de resíduos, trazendo o debate sobre os 7 Rs e as Metas e Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para a preservação da saúde socioambiental, a construção de sociedades sustentáveis a partir da formação dos sujeitos ecológicos.

Nessa perspectiva, trazemos na Cartilha a referência acerca da Agenda 2030 um documento criado pela Assembleia Geral da ONU em 2015, “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esta declaração enquanto um guia, um plano de ações para a comunidade internacional, para todas as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Construída coletivamente para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030, através de parcerias globais.

O plano da Agenda 2030 indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, que de forma equilibrada, envolvem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, com o objetivo de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Os ODS são como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Para que todos os países num espírito de parceria global adotem a implementação da Agenda 2030 para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro, apoiando ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Portanto, ao combinar os processos consultivos da sociedade dos Objetivos do Milênio e os processos resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS inauguram uma nova fase para o desenvolvimento dos países, buscando não apenas integrar todos os componentes do desenvolvimento sustentável, mas priorizando a problemática socioambiental humanitária da erradicação da pobreza diferente das Agendas anteriores. Compreendendo que este é o maior desafio global, requisito indispensável para o comprometimento dos países do mundo na promoção do desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

Esperamos que a Cartilha Socioambiental Educativa com a temática de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental “Ana Laura por um Mundo Sustentável” alcance a sua finalidade de servir como um instrumento de referência e importante material didático para promover a Educação Ambiental crítica dando apoio e também sensibilizando os gestores ambientais municipais, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, assim como, de seu público alvo, ou seja, a comunidade em geral e demais municípios sergipanos sobre os impactos e problemáticas socioambientais relacionadas à temática de resíduos sólidos em Sergipe, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010 e a Política Nacional de Educação Ambiental Lei 9.795/1999.

Almejamos que a cartilha seja adotada por diversos espaços e públicos enquanto material didático de apoio. Assim, esperamos que essa cartilha esteja presente tanto nos espaços de Educação Ambiental não formal como as Salas Verdes, como também nos espaços de EA formal. Nas escolas sergipanas ela pode ser adotada como um meio de comunicação com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações sobre Resíduos Sólidos e a Educação Ambiental, estimule a discussão crítica, a organização e participação social, contribuindo para a formação de sujeitos ecológicos mais informados, participativos, engajados e dedicados na busca pelas soluções das problemáticas socioambientais e no processo de construção de sociedades sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a existência de uma articulação por meio de acordo de cooperação entre o governo federal através do Ministério do Meio Ambiente e estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade tem contribuído com o avanço significativo de políticas públicas ambientais, em escala municipal no Estado de Sergipe. Os municípios foram mobilizados através de reuniões de divulgação, reunião de apoio pedagógico para elaboração dos PPPs, inscrição dos municípios, curso de Educação à Distância no site MMA e seu momento presencial o Encontro Estadual para construção de novas salas verdes (Anexo A). Estes avanços foram significativos para fomentar o Projeto Sala Verdes e espaços socioambientais de Educação Ambiental, enquanto contribuição na construção de sujeitos ecológicos nos municípios sergipanos.

Dessa forma, foi dado um salto quantitativo de apenas 02 (duas), a Sala Verde na UFS e a Sala Verde Agroecológica da FETASE, para 19 (dezenove) Salas Verdes no estado, ficando entre os estados que houve maior crescimento na última Chamada de Edital nº 01/2017. As Novas Salas Verdes aprovadas são dos municípios de Aracaju (02 inscrições), Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Capela, Carmópolis, General Maynard, Itabaiana, Itabaianinha, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Pacatuba, Pedrinhas, Poço Verde, Rosário do Catete, e São Cristóvão, totalizando 17 Novas Salas Verdes (Anexo A).

Entre as quais até 2019, 10 (dez) Novas Salas Verdes foram inauguradas e estão em atuação com suas atividades, ações e práticas dos seus PPPs, e por este motivo, se constituíram enquanto objeto desta pesquisa. São elas: Sala Verde de Carmópolis, Sala Verde Lagarto, Sala Verde Laranjeiras, Sala Verde Serrana do município de Itabaiana, Sala Verde Pantanal Pacatuba, Sala Verde da Cidade do município de General Maynard, a Sala Verde Chico Mendes do município de Rosário do Catete, Sala Verde Maurina Freire Dias do município de Pedrinhas, sendo 08 (oito) no âmbito institucional da gestão municipal, e a Sala Verde da Barra da ONG Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente de Barra dos Coqueiros (OSCATMA), Sala Verde Muricí do Instituto Pangéia (IPAN) em Aracaju, as 02 (duas) são em ONGs no âmbito da sociedade civil.

Entendemos que esse avanço nas políticas públicas de educação ambiental não deve ser apenas quantitativo, mas sim qualitativo para que estes espaços educativos possam fomentar uma educação ambiental crítica para formação de pessoas partícipes,

críticas, sujeitos da reflexão acerca das problemáticas socioambientais, sujeitos da ação socioambiental e, assim, para a formação do sujeito ecológico.

Para esse crescimento quanti-qualitativo, acreditamos que o governo federal através do Ministério do Meio Ambiente enquanto coordenador do projeto, deveria se fazer mais presente e prestar maior apoio entre as instituições que fazem parte do mesmo, sejam elas de natureza pública ou privada. Entretanto, o que presenciamos ao longo desta pesquisa foi o sentimento de abandono do MMA por parte dos representantes e coordenadores dessas Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos.

Nesse sentido, embora estivesse previsto em edital que não haveria repasse de recursos financeiros e sim o envio de material didático por parte do ministério, os coordenadores enfatizaram as grandes dificuldades financeiras nos municípios para implantação da política pública de EA, e conseqüentemente, para implantação do projeto com inauguração de um espaço adequado com as exigências mínimas de uma “sala de aula”, equipe técnica, equipamentos, material didático, dentre outros, necessitando de recursos financeiros. Demonstraram também sua frustração com o mínimo de material didático enviado pelo ministério afirmando que estes são insuficientes, além de grande insatisfação com a ausência do MMA, pois só tiveram contato pessoal com a coordenadora do mesmo no Encontro Estadual das Novas Salas Verdes realizado pela SEMARH.

Assim, se queixaram da falta de comunicação, da angústia diante das mudanças no governo federal e a demora em uma definição quanto à continuidade do projeto. Além disso, reforçam o distanciamento no contato com o MMA que ocorre somente por meios eletrônicos, como por exemplo, o curso ofertado pelo site, informações ou dúvidas via e-mail ou telefone, e a recente inaugurada em 2019, a Rede Sala Verde por e-mail e em mídias sociais para publicitar as experiências exitosas. Os coordenadores acreditam que essa ausência e falta de apoio financeiro por parte do MMA não somente prejudica a qualidade e continuidade das ações das Novas Salas Verdes inauguradas como um todo, mas também tem sido um dos fatores determinantes para que os demais municípios (7 municípios) com Salas Verdes aprovadas ainda não tenham inaugurado e aberto suas portas ao público.

A própria Sala Verde da SEDURBS ainda não teve seu espaço inaugurado e não tem previsão, pois a informação da Secretaria é que acontecerá somente após a reforma das antigas instalações da SEMARH. Ademais, assim como as demais Novas Salas Verdes, conta com uma equipe muito reduzida (apenas a coordenadora estadual de EA

que também é coordenadora da Sala Verde) para efetuar as políticas públicas de EA em todo o Estado. Afirma-se que essa situação se deve às dificuldades financeiras do estado e à transição entre governos com a reestruturação administrativa e extinção da antiga SEMARH. Embora com dificuldades financeiras e sem espaço, a coordenadora da Sala Verde e pesquisadora, a Sra. E.A.O.H., 41anos, acerca da continuidade do trabalho com o Projeto Sala Verde, relatou que foram realizadas em parceria entre a SEDURBS e o Instituto Estre 10 oficinas pedagógicas sobre a temática de resíduos sólidos e sustentabilidade, intitulada “*Cadê o lixo que tava aqui*”, com visita de campo ao aterro sanitário da Estre Ambiental com participação das Novas Salas Verdes inauguradas. Esta também criou uma rede sergipana com todas as Salas Verdes do estado através das redes sociais, um grupo de whatsapp para divulgação das ações de EA, troca de experiências exitosas e ajudar na comunicação para possíveis parcerias.

Entretanto, percebemos ao longo da pesquisa através das entrevistas, diálogos e observações simples que em todas as esferas federal, estadual e municipal o grande entrave para o fomento das políticas públicas de Educação Ambiental crítica, não é apenas de ordem financeira, mas estão diretamente ligadas às questões políticas no âmbito da gestão pública, pois os prefeitos não dão a importância devida à estruturação e institucionalização da gestão ambiental e da Educação ambiental. Além desse entrave, também falta o apoio às Novas Salas Verdes no âmbito da sociedade civil.

Dessa forma, encontramos situações diversas na Gestão Ambiental em Sergipe, em que as Secretarias ou Diretorias municipais de Meio Ambiente muitas vezes não possuem sede própria com apenas uma sala em outra secretaria, ou ainda dividindo a pasta de Meio Ambiente com a da Agricultura nos municípios. É comum também, como ocorre nos governos Estadual e Federal, dividirem espaço e verba com as pastas de Obras e Infraestrutura chamadas de “Desenvolvimento Urbano”. As equipes para trabalhar especificamente com a gestão das questões ambientais geralmente são reduzidas ou inexistentes, muitas vezes, apenas com o Secretário ou Diretor de Meio ambiente que assume o cargo por questões políticas, não raramente, sem formação na área ambiental (SEDURBS, 2019).

Quanto ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, entre os 75 municípios sergipanos, 64 deles ou 85,33% possuem o Conselho, porém, a maioria, não funciona ou não atua como deveria com reuniões contínuas, de forma democrática e participativa para deliberar sobre as questões ambientais dos municípios. O Fundo Municipal de Meio Ambiente existe em 57 municípios, ou 76%, mas é comum que não sejam

repassados recursos pela prefeitura. No caso das Leis ambientais municipais, como por exemplo, a Lei da Coleta Seletiva de obrigação dos municípios pela Lei Federal nº 12.305/2010 PNRS, apenas 11 ou 14,67% dos municípios sergipanos possuem sua própria lei municipal, contudo, na maioria dos casos não foi implantada de fato (SEDURBS, 2019, BRASIL, 2010).

Esses dados de 2019 (SEDURBS), demonstram bem o descaso de alguns Gestores com o Meio Ambiente, bem como, a atual e difícil situação da implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) e da Gestão ambiental no Estado, que, conseqüentemente, se reflete negativamente no fomento às políticas públicas de EA como o Projeto Sala Verde. Por esse motivo, ouvimos tantos relatos de grandes dificuldades financeiras para conseguir organizar um espaço, equipá-lo com a infraestrutura, material didático e equipe técnica mínima exigida, além de conseguir parcerias dentre as demais Secretarias do próprio município, inclusive a Secretaria de Educação, para colocar em andamento as ações e práticas de EA através desses espaços educadores socioambientais para a formação de sujeitos ecológicos e construção de uma sociedade mais sustentável.

Entre os municípios das Novas Salas Verdes inauguradas a situação da gestão ambiental municipal não é diferente. No âmbito da gestão pública os gestores ambientais, Secretários ou Diretores de Meio ambiente, são cargos comissionados de confiança e que assumem o cargo por questões políticas municipais e, não raramente, sem formação na área ambiental. Entre os quais do total de 80%, apenas 20% possuem formação superior completo na área de Jornalismo, Psicologia e Direito, 20% com nível superior incompleto (não informou a área) e na área de Economia, 20% com nível médio completo e técnico em agropecuária, sendo que apenas 20% possuem formação superior na área da educação, em História e Geografia. Já as Novas Salas Verdes no âmbito da sociedade civil, entre os presidentes das ONGs, 10% possui formação Pós-Doutorado em Engenharia de Alimentos e 10% tem formação em Pedagogia com Especialização em EA.

Percebemos que em relação à formação dos coordenadores das Novas Salas Verdes, a grande maioria tem nível superior completo em 80% dos casos, 10% nível superior incompleto e 10% nível técnico. Quanto ao tipo de formação, a maioria 70% são de cursos e/ou especializações ligados as áreas da Educação, tais como Letras, Ciências Biológicas, Pedagogia com Especialização em EA, e/ou na área Ambiental,

como Tecnólogo em Saneamento Ambiental, em três casos com a formação em Engenharia Florestal, sendo que um deles com Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Entomologia, o que é muito positivo quando pensamos no ganho que o conhecimento e especialização na área pode trazer para a gestão ambiental municipal e para a Educação Ambiental. Em apenas 30% das Novas Salas Verdes os coordenadores não tem formação nas áreas da Educação e Ambiental, por exemplo, Técnica em Patologia Clínica, Engenharia de Produção e Tecnólogo em Petróleo e Gás, e Economia incompleto.

Embora no âmbito da gestão pública os gestores ambientais, Secretários ou Diretores de Meio ambiente, na sua grande maioria sejam cargos políticos e sem formação na área ambiental, percebemos que entre os técnicos esse quadro vem mudando, assim, entre os coordenadores das Novas Salas Verdes, onde a maioria deles tem nível superior em cursos ligados às áreas da Educação ou Ambiental. Acreditamos que o conhecimento sobre as questões ambientais com a formação e especialização na área Ambiental e da Educação se reflete diretamente na qualidade das políticas públicas ambientais e na educação ambiental nos municípios sergipanos.

Dessa forma, os coordenadores já possuíam certa consciência ambiental e, por este motivo, estavam mais sensíveis e receptivos a compreender a importância em aderir ao Projeto Sala Verde e possuir um espaço educador socioambiental para fomentar a implantação dessa política pública de Educação Ambiental. Assim, acredita-se que eles vislumbram as Salas Verdes como forma de buscar soluções para as problemáticas ambientais em seus municípios. Os coordenadores já entendiam o papel da EA enquanto “importante estratégia para formação de indivíduos partícipes, na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada” (NEPOMUCENO, 2017, p. 15).

Entretanto, percebemos que na grande maioria dos gestores e coordenadores dos municípios aprovados no Projeto Sala Verde do MMA tinham como paradigma para o enfrentamento da crise ambiental uma concepção de Educação ambiental conservadora ou compartimentalista. Estes se mostraram pragmáticos e com uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental, com foco na redução do consumo de bens naturais sem fazer uma correlação com o modo de produção e a ausência de um entendimento dialético da relação sociedade-natureza. Como afirma Loureiro (2006) refletem uma educação ambiental baseada em práticas individuais, despolitizadas,

compartimentalizadas, com baixa problematização da realidade, responsabilizando o homem pela degradação ambiental descontextualizado da História, social e política.

Essas concepções são típicas de uma EA que tem a intenção de reformar o atual modelo de desenvolvimento via soluções tecnológicas e pela lógica do mercado, com o discurso do desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 2016), sem, no entanto, alterar a racionalidade econômica que a informa. A expressão desenvolvimento sustentável foi apresentada como forte argumento para o enfrentamento desse paradoxo “desenvolvimento\destruição” ocasionado pelo processo industrial (PENTEADO, 2003), restrito a compreensão de atendimento às necessidades das gerações presente, sem comprometer as futuras.

Dessa forma, almejamos com as Oficinas realizadas com os Gestores e coordenadores das Novas Salas Verdes, debater, pensar, refletir acerca da crise ambiental e civilizatória, resultante da dicotomia entre sociedade e natureza. Problematicar a insustentabilidade do modelo econômico capitalista da sociedade moderna e da necessidade da formação dos educadores ambientais no aprimoramento de práticas pedagógicas dentro de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental voltada para a transformação da realidade socioambiental. Assim, faz-se necessário romper com velhos paradigmas do discurso hegemônico dominante para a superação das problemáticas ambientais e a construção de uma sociedade sustentável.

Refletindo principalmente acerca da necessidade do educador se libertar dos velhos paradigmas, das velhas concepções pedagógicas tradicionais, simplistas, fragmentadas e reducionistas da realidade que só dificulta o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e que produz uma compreensão limitada da complexidade da problemática ambiental, servindo apenas para a manutenção de um discurso hegemônico ideológico alienante (GUIMARÃES, 2016).

Nesse sentido, apresentamos a concepção da Educação Ambiental que queremos, uma EA crítica ou emancipatória e transformadora que tem como principal característica a politização da problemática ambiental em sua complexidade. Entendemos que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental, que busca a autonomia e liberdades humanas em sociedade redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta. Estimulando o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes, sem dissociar a correlação dos processos de produção e consumo, interesses privados e públicos, ética, tecnologia e

contexto sócio-histórico, buscando a transformação de valores e a ruptura com práticas sociais que sejam contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2006).

Portanto, a EA crítica como proposta para o enfrentamento da crise ambiental a partir da “perspectiva de mudanças de valores, hábitos e atitudes, individuais e coletivos, de uma nova ética e novas relações de produção e consumo substanciadas em diferentes paradigmas” (GUIMARÃES, 2016, p. 15-16). Essa EA busca não apenas uma transformação individual, mas uma transformação social e construção de uma nova sociedade a partir do despertar do sujeito ecológico e da sustentabilidade. A EA crítica é fundamentada em bases da ecologia política que compreende a natureza enquanto algo que nos antecede e independe do homem e que deve ser respeitada em sua dinâmica ou ciclo ecológico, não devendo ser vista somente como fonte de recursos, ao contrário, pois dela depende a existência humana. Foi justamente a ecologia política que trouxe à tona as grandes contradições da sociedade de classes, que com a exploração intensa e abusiva da natureza, sustenta um adequado padrão de vida para uma minoria privilegiada em detrimento do péssimo padrão de vida para uma grande maioria excluída, o que demonstra uma grande injustiça ambiental e um modelo de classe pautado em valores de um materialismo que é insustentável para o nosso planeta (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013).

Nesse sentido, foram implantadas políticas, atividades, ações e práticas de EA nos municípios sergipanos, desenvolvidas através das Novas Salas Verdes como: Oficinas com material reciclável para reutilizar aplicando os 5Rs, Reuso da água com reaproveitamento da água do ar condicionado, Oficinas e Palestras com intuito de sensibilizar nas escolas com diversas temáticas relacionadas ao Meio Ambiente, Resíduos sólidos, Coleta seletiva e Agroecologia, Revitalização dos mananciais, Reflorestamento, Multiplicação de sementes crioulas, Plantio de mudas nas comunidades, Práticas com reciclagem com o papel semente, Decreto criando o Comitê de arborização urbana no município, 1ª Conferência Municipal de Educação Ambiental, Oficina com as mulheres da comunidade transformando óleo de cozinha em barra de sabão ecológico, Passeio ecológico com coleta de resíduos, Passeio de campo no Rio Sergipe, Oficinas educativas sobre a reciclagem e ações de plantio de mudas nativas e frutíferas.

Como podemos perceber através do Projeto Sala Verde, existe um significativo avanço da EA, pois estão sendo implantadas diversas políticas de EA com diversas

temáticas socioambientais ligadas às questões locais que estão sendo abordadas e discutidas com o público das Novas Salas Verdes nos municípios sergipanos.

Geralmente, as temáticas estão muito ligadas às problemáticas locais como à questão dos Resíduos sólidos, a coleta seletiva e a reciclagem diante do discurso em voga em nosso Estado com a implantação da PNRS Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Mas, também abordam temáticas como o reflorestamento, desmatamento, plantio de mudas, ecoturismo, biodiversidade, água, saneamento básico, arborização urbana. Entretanto, esperamos que haja um amadurecimento mais crítico nesse sentido para uma abordagem não somente local, mas também regional e global, principalmente, contextualizando as complexas questões socioambientais com as questões históricas, econômicas e sociais.

Podemos dizer que já existe um avanço acerca da periodicidade das ações e práticas de educação ambiental entre as Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos. Dessa forma, 40% delas já compreenderam o caráter essencial e permanente da EA, e realizam suas ações semanalmente, mensalmente, trimestralmente ou semestralmente seguindo o planejamento do seu Projeto político pedagógico em conformidade com a PNEA Lei nº 9.795/1999. Entretanto, a maioria (60%), ainda realizam suas ações sem seguir um calendário regular de atividades, assim, estas ocorrem sem um calendário específico em períodos aleatórios sendo ainda muito comum que aconteçam apenas em datas festivas do município, em Semana da Árvore ou Semana do Meio Ambiente.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos Gestores, Coordenadores e equipes das Novas Salas Verdes sergipanas para implantar essa política pública de Educação Ambiental que é o Projeto Sala Verde do MMA, podemos observar e perceber nos gestores das Novas Salas Verdes uma grande preocupação com as questões ambientais, que evidencia não apenas uma crise ambiental, mas uma crise civilizatória (LEFF, 2016).

A irracionalidade do sistema capitalista, em busca do desenvolvimento econômico, prevalece sobre o meio ambiente o qual vem afetando a sustentabilidade da vida em nosso planeta. Observamos nestes gestores a vontade, o esforço e o enfrentamento com criatividade destas dificuldades para disseminar a Educação Ambiental, o que demonstra de acordo com Guimarães (2016) o reconhecimento desta como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, tentando sensibilizar as pessoas do seu município acerca das problemáticas ambientais e da

necessidade urgente de se preservar a natureza e o meio ambiente, buscando formar cidadãos mais conscientes ambientalmente.

Assim como a Educação Ambiental crítica, a formação do sujeito ecológico também tem sua origem no ecologismo que critica o progresso ilimitado em detrimento da qualidade da existência humana socioambiental (CARVALHO, 2012). Ainda segundo o autor, o sujeito ecológico é o resultado do modo ideal de ser e viver orientado pelos princípios do ideário ecológico com a utopia de uma existência ecológica plena, com determinados valores e crenças que pressupõem uma postura ética e crítica da ordem social vigente, que se caracteriza pela ordem material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, na manutenção das desigualdades e da exclusão social e ambiental.

Nesse sentido, podemos perceber melhor o avanço das políticas públicas de EA e a eficiência do Projeto Sala Verde para sensibilização e formação do sujeito ecológico nos municípios sergipanos, quando questionamos os coordenadores se as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pelas Novas Salas Verdes conseguiam sensibilizar e despertar uma nova forma de pensar as questões ambientais, ou seja, formar uma nova consciência ambiental, os mesmos se mostraram otimistas e 80% disseram acreditar que sim, apenas 10% disse não saber pois não há continuidade das ações e 10% afirmaram ainda estar em fase de planejamento.

Entre a maioria dos coordenadores das Novas Salas Verdes que afirmaram acreditar na formação e despertar de uma nova consciência ambiental, relataram existir o envolvimento da população, como por exemplo, nas comunidades a adesão de diversos agricultores para multiplicação das sementes crioulas, nas escolas os alunos participam, se envolvem, debatem levantando questionamentos e argumentos espontâneos e dizem que vão repassar o que aprenderam para seus pais. Relataram ter observado mudanças de hábitos entre os alunos nas escolas, como por exemplo, não jogando o lixo no chão do pátio e implantação da coleta seletiva na escola, evitando o desperdício da água nos bebedouros e banheiros, cuidando e regando das mudas de árvores plantadas. Percebe-se também uma mudança de hábitos na comunidade com a adesão a coleta seletiva, em que as pessoas mais conscientes compreendem a importância em separar o lixo e entregar à cooperativa de materiais recicláveis do município.

Ainda em relação aos avanços das políticas públicas de EA e a eficiência do Projeto Sala Verde para sensibilização e formação do sujeito ecológico nos municípios

sergipanos, os coordenadores quando questionados se as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pelas Novas Salas Verdes conseguem sensibilizar e despertar mudanças para uma nova forma de ser, de viver e de se relacionar com a natureza e o meio ambiente, a maioria disse acreditar que sim, pois já conseguem perceber na população uma maior conscientização sobre os impactos ambientais e a necessidade de preservação da natureza e do meio ambiente.

A nova forma de se relacionar com a natureza e o meio ambiente aos poucos podem ser observados através das mudanças de hábitos da comunidade, como por exemplo, não jogando mais o lixo nas ruas e terrenos baldios, fazendo a separação do lixo reciclável e entregando à cooperativa do município, evitando e diminuindo o uso de descartáveis, aplicando em suas casas o que aprenderam nas oficinas de sabão ecológico, preservando e cuidando dos espaços públicos recentemente arborizados com mudas plantadas em praças e canteiros da cidade, economizando água e energia elétrica em suas casas e nos locais de trabalho, nas escolas. Em atividades desenvolvidas durante as gincanas ou visitas de campo, os alunos recolhem o lixo descartado nas margens de rios, nas praias ou ajudam no plantio de mudas em áreas degradadas, demonstrando que já há uma mudança na forma de se relacionar com a natureza e o meio ambiente.

Assim, conseguimos perceber um avanço da EA crítica nos municípios sergipanos, pois segundo os coordenadores as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pelas Novas Salas Verdes conseguem sensibilizar e despertar nas pessoas o desejo de lutar pelo direito à preservação e melhoria do meio ambiente, pois a população começa a cobrar medidas dos governantes. A população começa a reivindicar que a coleta seletiva seja implantada para que os resíduos não sejam jogados em terrenos, provocando a contaminação do meio ambiente e proliferação de vetores causadores de doenças graves como a dengue. Outra reivindicação comum pela população é o saneamento básico com água tratada para uso doméstico e higiene, e também a rede de esgoto para evitar que o mesmo escoe a céu aberto causando doenças e contaminando os rios.

Para se alcançar significativos avanços nas políticas de EA para sensibilização e contribuição na formação dos sujeitos ecológicos nos municípios sergipanos, é imprescindível a formação crítica do educador (coordenadores das Salas Verdes) para que este una de forma indissociável teoria e prática, reflexão e ação, razão e emoção, indivíduo e coletivo, escola e comunidade, local e global. Vislumbrando que estas (as

Novas Salas Verdes) se tornem verdadeiros “ambientes educativos resultantes de projetos pedagógicos que vivenciem o saber fazer criticamente consciente de intervenção na realidade, por práticas refletidas, problematizadoras e diferenciadoras, que se fazem politicamente influentes no exercício da cidadania” (GUIMARÃES, 2016, p. 22).

Nesse entendimento, os coordenadores das Novas Salas Verdes quando questionados na entrevista acerca do que fazem diariamente para preservar a natureza, o meio ambiente e conseqüentemente a vida no nosso planeta, ainda uma maioria dos coordenadores (70%) mencionaram suas mudanças de hábitos individuais sem fazer qualquer relação com a sua prática de educação ambiental nas Salas Verdes em seus municípios. Entendemos que este grupo pode ser denominado conservador ou compartimentalista, que tem como principal característica a compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental, com foco na redução do consumo de bens naturais sem fazer uma correlação com o modo de produção e a ausência de um entendimento dialético da relação sociedade-natureza.

Entretanto, houve 30% dos coordenadores que relataram o seu trabalho de Educação Ambiental com as Salas Verdes. Assim, entendemos que este grupo de coordenadores partilham da corrente de Educação Ambiental crítica e tem como principal característica a politização da problemática socioambiental em sua complexidade, entendendo que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental, busca a autonomia e liberdades humanas em sociedade redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta.

Acreditamos que estes sejam sujeitos ecológicos que vão além da transformação de um modo de vida individual, mas consiste na esperança na possibilidade de um mundo transformado, compatível com esse ideal e na crença de uma vida melhor, de felicidade, de justiça e de bem-estar. Este é o principal objetivo da EA e dos educadores ambientais quando em suas práticas pedagógicas é disseminam, estimulam e sensibilizam para a construção de uma conscientização acerca dos ideais ecológicos, justamente contribuindo para a formação de uma atitude ecológica e, conseqüentemente, para a formação do sujeito ecológico.

Numa versão política o sujeito ecológico, é protagonista de um novo paradigma político-existencial, numa versão “Nova Era” é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário e holístico. Enquanto gestor social, os coordenadores

das Salas Verdes, devem ter uma compreensão política e técnica da crise socioambiental, adotando procedimentos e instrumentos legais para o seu enfrentamento e estando preparado para mediar conflitos e planejar ações. Ainda segundo Carvalho (2002), são sujeitos ecológicos as pessoas que se identificam com o ideário ecológico e que, portanto, assumiram os valores ecológicos em suas vidas sendo sujeitos da ação ambiental, e que com esperança, acreditam na possibilidade de mudanças coletivas, sociais e planetárias para um novo patamar societário.

Dessa forma, para não concluir, diante do que expusemos, consideramos que apesar dos diversos problemas, entraves, dificuldades e desafios de ordem política, social e econômico-financeira enfrentados de forma resiliente pelos gestores ambientais municipais, Secretários ou Diretores de Meio Ambiente, Coordenadores e equipes das 10 Novas Salas Verdes em atuação nos municípios sergipanos. O Projeto Sala Verde e as 10 Novas Salas Verdes em Sergipe têm contribuído significativamente e logrado alguns êxitos na implantação das políticas de EA crítica, sensibilizando acerca das complexas problemáticas socioambientais para transformação de velhos paradigmas da dicotomia Sociedade/Natureza, contribuindo para a construção de uma conscientização e atitudes ecológicas, ou seja, para a formação do sujeito ecológico.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **Para (Re)pensar a Metodologia Científica: o Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais**. In: Método da Ciência Geográfica. São Cristóvão: CESAD, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **Educação Ambiental: a formação do Sujeito Ecológico**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Salas Verdes**: Chamada de Edital 01/2017 – Criação de Novas Salas Verdes. Brasília, DF, 2017 [documento sem paginação]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Chamada%20Projeto%20Salas%20Verdes%202017_final.pdf. Acesso em 11 dez. 2017.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei n. 6.938/81, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 05 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 05 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.305/10, de 02 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/112.305.htm. Acesso em 09 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 17 mar. 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em 17 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed., São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma Educação Ambiental Crítica na Sociedade Atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9, 2016. p. 11-22. Disponível em

MACHADO, Gleysson B. **História da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo**. Portal Resíduos Sólidos. 12 dez. de 2013. Disponível em:

<http://www.portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo/>. Acesso em 14 mai. 2017.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, n. 118, 2003. p. 189-205.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 94, 2006. p. 131-152.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, Justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.11, n. 1, 2013. p. 53-71.

LEFF, Enrique. **A Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira. **Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental : contextos da política estadual de educação ambiental (SE)**. Tese (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. **Góndola, enseñanza y aprendizaje de las ciencias**, v. 8, n. 2, 2013. p. 61-76. Disponível em <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149/6768>. Acesso em 30 ago. 2018

RODRIGUES, Arlete Moysés. A abordagem ambiental: Questões para reflexão. **GeoTextos**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3575>. Acesso em 29 ago. 2018.

SANTOS, Theotonio. **A politização da natureza e imperativo**. In: BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana (Orgs.) A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs) Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17-44.

SEDURBS, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade. **Portal de Meio Ambiente de Sergipe**, 2019. Disponível em: <https://sedurbs.se.gov.br/serhma/portalmioambiente/#>. Acesso em 16 de mai. 2019.

SERGIPE, Assembleia Legislativa do Estado. **Lei n. 6.882, de 08 de abril de 2010**. Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e dá providências correlatas. Aracaju, SE: Assembleia Legislativa do Estado, 2010. Disponível em http://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/lei_n%C2%B06.882-pol%C3%ADticaestadualdeeduca%C3%A7%C3%A3oambiental.pdf. Acesso em 05 out. 2018.

VIDAL, Vera. **Filosofia, Ética e Meio ambiente**. In: SANTOS, Antônio Carlos dos. (Org). *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2008.

APÊNDICE A - EXTENSÃO DA PESQUISA

No intuito de fomentar as políticas públicas de Educação Ambiental no Estado de Sergipe, eu Elane Alvarenga Oliveira Hora, professora da Educação básica estadual licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e gestora ambiental estadual, atuei no cargo de Coordenadora de Educação Ambiental nos anos de 2016 e 2017 e enquanto Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe em 2018.

Quadro 19 - Ações do Acordo de Cooperação da Gestão Ambiental Estadual (2018)

GESTÃO	AÇÃO	MÊS/ANO 2018
	Lançamento do Edital 01/2017	11/12/2017
	Inscrições	11/12/2017 a 07/02/2018
	Mobilização	11/12/2017 a 08/01/2018
	1ª Reunião de divulgação Edital 01/2017	09/01/2018
	2ª Reunião de divulgação Edital 01/2017	11/01/2018
	Reunião de apoio técnico pedagógico	22/01/2018
	Etapas classificatórias	<p>Etapa 1 – Cadastro da proposta – preenchimento de Formulário de cadastro online da proposta com o Projeto Político Pedagógico - PPP no site do MMA; Até 07/02/2018.</p> <p>Etapa 2 – Envio de Documento oficial assinado pelo representante legal das Instituições, conforme chamada de edital supracitada. De 26/03/2018 até 06/04/2018.</p>
	Análise técnica – avaliação dos PPPs	08/02/2018 a 23/03/2018
	Lista de classificados na Etapa 1	26/03/2018
	Lista final de aprovados na Etapa 2	27/04/2018 prorrogado até Maio de 2018
	Curso EaD do AVA/MMA – Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental em Espaços Educadores	<p>Módulo I – Agosto</p> <p>Módulo II – Setembro</p> <p>Módulo III – Outubro</p> <p>Módulo IV – Novembro</p>
	Momento presencial do Curso EaD do AVA/MMA – Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental em Espaços Educadores.	Encontro Estadual das Novas Salas Verdes em Sergipe – 05/12/2018.

Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

Enquanto gestora, na coordenação da Educação Ambiental, realizamos um Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Ministério do Meio Ambiente, no qual em seu Plano de Trabalho estava inserido o Projeto Sala Verde e estava previsto a realização de divulgação, Curso de Capacitação de Educação à Distância e momento presencial, os

quais possibilitaram a divulgação, ampliação, multiplicação e implantação do Projeto Sala Verde nos municípios sergipanos.

O Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) e o Departamento de Educação Ambiental (DEA) lançou através do seu site a Chamada de Edital 01/2017 – Criação de Novas Salas Verdes no dia 11 de dezembro de 2017 para todos os Estados e municípios brasileiros que tivessem interesse de aderir ao Projeto Sala Verde. E as inscrições ocorreram de 11 de dezembro de 2017 a 07 de fevereiro de 2018 pelo site do MMA.

Dessa forma, como estava estabelecido no Acordo de Cooperação entre SEMARH e MMA, começamos um amplo processo de mobilização que ocorreu de 11 de dezembro de 2017 a 08 de Janeiro de 2018, por meio de ofício, e-mails e ligações telefônicas, convidando os gestores dos municípios de todo o Estado de Sergipe a participarem de reuniões sobre o Projeto Sala Verde e a Chamada de Edital 01/2017 – Criação de Novas Salas Verdes.

Ainda enquanto gestora na SEMARH, realizamos por meio da Coordenação de Educação Ambiental da Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (SQS) 02 (duas) reuniões nos dias 09 e 11 de Janeiro de 2018 no Auditório da CODISE, que tinham como objetivo o fortalecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Estado de Sergipe através do Projeto Sala Verde.

Entre os participantes convidados estavam os Gestores Ambientais Municipais, Prefeitos e Secretários Municipais de Meio Ambiente, técnicos ambientais dos municípios, os Superintendentes dos Consórcios Públicos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos das regiões da Grande Aracaju, Agreste Central, Sul e Centro Sul e Baixo São Francisco.

Nas reuniões foi abordada a importância do Projeto Salas Verdes através de palestra abordando seu histórico, definição, o papel e dever da Sala Verde, a organicidade das Salas Verdes, onde podem ser implantadas, mostrando que cada Sala Verde é única e como implementá-las. Nessa ocasião foram explicadas as regras da Chamada de Edital 01/2017 do MMA e suas Etapas classificatórias, mostrando o passo a passo para participar das inscrições, e do processo seletivo para aderir ao projeto, explicando como preencher o formulário de inscrição, alertando quanto aos prazos e tirando todas as dúvidas dos participantes dos municípios sergipanos.

Figura 19 - 1ª Reunião de divulgação da Chamada de Edital 01/2017 e Projeto Sala Verde



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

As reuniões contaram com uma excelente participação dos gestores dos municípios sergipanos, totalizando 35 municípios representados, entre eles: Aracaju, Aquidabã, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Capela, Carmópolis, Cumbe, Divina Pastora, Estância, General Maynard, Ilha das flores, Itabaiana, Itabaianinha, Japarutuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Pedrinhas, Poço Verde, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e São Francisco.

No dia 22 de Janeiro de 2018, na sala de reuniões da SEMARH realizamos uma reunião de apoio técnico pedagógico para orientação dos gestores municipais acerca da elaboração do Projeto Político Pedagógico com as ações, práticas ou programa de educação ambiental para a Sala Verde, orientando que as propostas deveriam priorizar as problemáticas ambientais locais para depois partir para as regionais e globais. Dessa maneira, o PPP era o pressuposto fundamental para que cada instituição proponente pudesse fazer sua inscrição até dia 07 de fevereiro de 2018.



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

Entre as etapas classificatórias do Edital 01/2017 – Novas Salas Verdes do MMA, estavam a Etapa 1 – Cadastro da proposta – em que as instituições interessadas fizeram o preenchimento de Formulário de cadastro online da proposta com o Projeto Político Pedagógico - PPP no site do MMA, ou seja, sua inscrição até o dia 07 de fevereiro de 2018.

Dentre os 35 municípios sergipanos que participaram das reuniões, se inscreveram num total de 19 municípios com Projeto Político Pedagógico – PPP no site do MMA para concorrerem à inclusão no Projeto Sala Verde, são eles: Aracaju (02 inscrições), Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Capela, Carmópolis, General Maynard, Itabaiana, Itabaianinha, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Muribeca, Pacatuba, Pedrinhas, Poço Verde, Rosário do Catete, Santa Luzia do Itanhhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

Estes municípios foram submetidos ao processo de Análise técnica e avaliação dos PPPs, primeiramente, pela coordenadora estadual de EA da SEMARH pela Sra. Elane Alvarenga Oliveira Hora, e concluída pela coordenadora do Projeto Sala Verde no DEA/SAIC/MMA, a Sra. Taiana Brito Nascimento, no período de 08/02/2018 a 23/03/2018. O resultado com a Lista de classificados na Etapa 1 foi divulgada no site do MMA em 26 de março de 2018, entre eles, apenas os municípios de Muribeca, Santa Luzia do Itanhhy e Santo Amaro das Brotas não tiveram seu PPP classificado.

Esses municípios ou instituições aprovados na primeira etapa classificatória, passaram para Etapa 2 – Envio de Documento oficial assinado pelo representante legal

das Instituições ao Projeto Sala Verde no DEA/SAIC/MMA, conforme chamada de edital supracitada, no período de 26 de março de 2018 até 06 de abril de 2018. E o resultado com a Lista final de aprovados na Etapa 2 foi publicada no site do MMA em 27/04/2018 e para que todas as instituições enviassem o ofício, então o prazo foi prorrogado até maio de 2018.

Assim, é bom ressaltar que entre os 19 municípios inscritos com seus PPPs, 16 foram classificados sendo que em Aracaju houve 02 (duas) inscrições, dando um salto quantitativo de 02 (duas) Salas Verdes existentes até 2017, as Salas Verdes da UFS e FETASE, para 19 (dezenove) Salas Verdes em Sergipe. Sendo um dos Estados que proporcionalmente ao número total de municípios, alcançou maior número de inscrições no país. Entretanto, existe uma preocupação que esse salto não seja apenas quantitativo, mas, principalmente um salto qualitativo na Educação Ambiental do Estado.

Entre as 17 Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos aprovados na chamada de Edital Nº 01/2017 – CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS VERDES, a maioria, das Novas Salas Verdes, quatorze (14), são de instituições da Gestão Ambiental Municipal do Estado, Secretarias de Meio Ambiente e de Educação, mas temos também, em menor quantidade as instituições da sociedade civil, 02 (duas) em ONGs e uma (01) em Sindicato.

Durante as oficinas houve a divulgação e inscrições dos gestores ambientais das Novas Salas Verdes dos municípios sergipanos no Curso de Educação à Distância semipresencial intitulado “*Fundamentos e práticas de educação ambiental para espaços educadores*”, com carga horária de 60h através do site do MMA. O curso teve início no mês de agosto e terminou no mês de dezembro de 2018 e foi um importante instrumento para a capacitação dos gestores, pois trouxe uma proposta de formação continuada. Em relação à estrutura do curso on-line, este é subdividido em 04 (quatro) módulos que abordaram as seguintes temáticas de EA:

AGOSTO - MÓDULO I - Introdução e Fundamentos de Educação Ambiental:

Aula 1 - Contexto e visão de mundo

Aula 2 - O que é Educação Ambiental?

Aula 3 - Os espaços educadores e a ação do(a) educador(a) ambiental.

SETEMBRO - MÓDULO II – Planejamento e Fortalecimento do Espaço Educador:

Aula 1 - A importância do planejamento

Aula 2 - Como elaborar um bom projeto

Aula 3 - O projeto político pedagógico (PPP)

Aula 4 - Diagnóstico participativo – Parte 1

Aula 5 - Diagnóstico participativo – Parte 2

Aula 6 - Estratégias para fortalecimento de equipe

Aula 7 - Parcerias e Fontes de Financiamento

OUTUBRO - MÓDULO III – Fundamentos para a Prática Pedagógica e Métodos Pedagógicos:

Aula 1 - Fundamentos para a Prática Pedagógica – Parte I

Aula 2 - Fundamentos para a Prática Pedagógica – Parte II

Aula 3 - Metodologias participativas na Intervenção Socioambiental – Parte I

Aula 4 - Metodologias participativas na Intervenção Socioambiental – Parte II

Aula 5 - Ferramentas para a realização de ações em Educação Ambiental – Parte I

Aula 6 - Ferramentas para a realização de ações em Educação Ambiental – Parte II

Aula 7 - Educomunicação

Aula 8 - Monitoramento e avaliação

NOVEMBRO - MÓDULO IV - Práticas de Educação Ambiental: Cardápio de Atividades Pedagógicas:

Aula 1 - Água

Aula 2 - Resíduos sólidos

Aula 3 - Atividades sustentáveis produtivas que podem gerar renda

Aula 4 - Preservação e conservação ambiental

Aula 5 - Cidades Sustentáveis

Aula 6 - Escolas sustentáveis e Educação Ambiental

Em 05 de Dezembro de 2018, no auditório da Codise, foi realizado o “*Encontro Estadual das Novas Salas Verdes de Sergipe*”, para finalizar o curso “*Fundamentos e práticas de educação ambiental para espaços educadores*”. Entre os presentes estavam os gestores municipais, Secretários de Meio Ambiente, Coordenadores e equipes das Novas Salas Verdes. Esse momento presencial do curso teve por objetivo buscar capacitar os gestores das Novas Salas Verdes para atuarem através de suas ações e projetos de EA em seus municípios.

O encontro teve início com a palestra da Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental e Coordenadora da Sala Verde SEMARH, Elane Alvarenga, oportunidade onde fizemos o balanço do

trabalho realizado enquanto gestora na Coordenação da EA da SEMARH na mobilização, divulgação do Edital 01/2017, apoio técnico pedagógico para elaboração dos PPPs e incentivo aos municípios sergipanos a se inscreverem, para que os mesmos pudessem aderir ao Projeto Salas Verdes. Mostrando o resultado desse trabalho realizado em Sergipe, com um número expressivo no país de 20 inscrições e que resultaram em 17 Novas Salas Verdes no Estado, na sua maioria entre a gestão ambiental e também em instituições da sociedade civil. Enquanto pesquisadora, realizando a divulgação das oficinas que foram muito importantes para iniciar o trabalho de sensibilização para o despertar do sujeito ecológico com esses gestores das Novas Salas Verdes, e, por fim, promovendo o curso de capacitação e momento presencial com o “Encontro Estadual das Novas Salas Verdes”.

Figura 21 - Encontro Estadual das Novas Salas Verdes – Palestrante Elane Alvarenga



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

Ressaltamos a importância do crescimento do Projeto Salas Verdes em Sergipe como forma de fomentar essa política pública de Educação Ambiental em nosso Estado. Compreendendo a EA crítica emancipatória e transformadora enquanto importante instrumento multiplicador, de luta, resistência, na busca por soluções das questões ambientais e necessária para o desenvolvimento do sujeito ecológico. Por fim, aproveitamos o momento oportuno para tirar a maior parte das dúvidas dos gestores acerca de como ampliar o apoio do Estado e da Sala Verde SEMARH – coordenadora do Projeto no Estado aos municípios com as Novas Salas Verdes.

A representante do Projeto Sala Verde do DEA/SAIC/MMA, a Sra. Taiana Brito Nascimento, palestrou apresentando o Projeto Sala Verde, o que é a Sala Verde, qual a sua missão e público alvo, mostrou como funciona a página do Projeto no site do MMA, além de abordar de forma sucinta as temáticas dos 4 módulos do Curso. Trouxe também informações atualizadas sobre a ampliação do Projeto Salas Verdes após a última Chamada de Edital 01/2017, possuindo atualmente 638 Salas Verdes espalhadas por todo o país. Na Região Sudeste: 259; na Região Nordeste: 182; Região Sul: 103; na Região Norte: 48 e na Região Centro-Oeste: 46. O Estado de Sergipe passou de 02 (duas) para 19 (dezenove) Salas Verdes, passando para o 4º Estado do Nordeste com maior número de salas e ficando em 10º lugar no país, empatado com o Estado de Santa Catarina.

As frentes de atuação do Projeto Salas Verdes até esse momento são: a Capacitação das equipes pedagógicas das salas verdes e seus públicos por meio de Cursos de educação a distância do AVA/MMA; Fortalecimento da rede de salas verdes através da criação da comunidade das salas verdes no facebook; Melhoria na comunicação com a rede das salas verdes por meio da criação do Sistema do projeto salas verdes; Divulgação das ações realizadas com o Painel do projeto Salas Verdes. E por fim, tirou a maior parte das dúvidas dos gestores acerca do Projeto e, principalmente, as dúvidas sobre como ampliar o apoio do MMA, inclusive com recursos, aos municípios com as Novas Salas Verdes.

Posteriormente, houve o momento chamado de “*Muro das Lamentações*”, que foi um importante espaço aberto para que todos os gestores municipais das Novas Salas Verdes, Secretários de Meio Ambiente, Coordenadores e equipes, pudessem expor suas principais dificuldades, entraves e situação financeira dos municípios para implantar o Projeto nos seus municípios e inaugurar a suas Salas Verdes. Os gestores municipais, Secretária de Meio Ambiente A do Município A e o Secretário de Meio Ambiente B do Município B, conduziram esse momento exemplificando as dificuldades para conseguir conscientizar os prefeitos sobre a importância do Projeto e da EA, além das grandes dificuldades financeiras que enfrentaram para inaugurar e colocar em atividade as suas Salas Verdes.

Os gestores ressaltaram as dificuldades de recurso dos municípios que são sobrecarregados de atribuições e a ausência de ajuda financeira por meio de convênio do MMA, além da ausência de estrutura das secretarias, de equipe e fundo municipal que realize o repasse de recurso para ser utilizado nas inaugurações e ações e projetos

das Novas Salas Verdes. Assim como também, expuseram as questões e problemáticas ambientais de seus municípios, tais como matadouros, cemitérios, lixões e a falta da coleta seletiva e de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, ausência de saneamento básico, poluição de rios, desmatamento, entre outros, que só reforçam a necessidade do Projeto e da Educação Ambiental em Sergipe.

Para finalizar esse momento, passou-se a fala para o Secretário de Meio Ambiente C do Município C, que também expôs suas dificuldades para inaugurar a Sala Verde de seu município, lembrou que é possível fazer parcerias no projeto e buscar outras fontes de recurso como empresas, bancos e o próprio Fundo nacional do meio ambiente, e ressaltou ainda, sobre a importância dessa política pública e a missão dos gestores e educadores ambientais para tentar sensibilizar essa geração para a importância de se preservar o meio ambiente.

Após esse momento, foram convidados a palestrar os coordenadores das Novas Salas Verdes inauguradas de Itabaiana, Pacatuba e Barra dos Coqueiros, respectivamente, para mostrar como eles superaram todas essas dificuldades e estão atuando com suas ações e projetos de Educação Ambiental nas Salas Verdes em seus municípios.

O Coordenador da Sala Verde Serrana do município de Itabaiana, que tem como instituição proponente a Secretaria de Educação do Município (SEDUC), explicou que a mesma tem como objetivo despertar o protagonismo cidadão frente aos problemas ambientais locais, com o lema “*Pensar globalmente e agir localmente*”. Figuram entre seus objetivos disponibilizar informações ambientais e realizar ações que promovam a conscientização ambiental tornando-se um espaço de reflexão e (re)construção do ser humano como ator ambiental ao propor mecanismos de capacitação e atualização dos profissionais que atuam com a questão ambiental em ambientes escolares. O Coordenador explicou que para alcançar seus objetivos a Sala Verde Serrana realizou importantes parcerias, tais como: SEMARH, UFS, IFS, Associação Caatinga, Associação Itabaianense dos Universitários, IT WEB Agência Digital e no Clima da Caatinga, além do MMA. E por este motivo, tem superado as dificuldades e realizado algumas ações.

A Sala Verde Serrana foi inaugurada no dia 08 de outubro de 2018 durante a 1ª Conferência Municipal de Educação Ambiental, contudo, esta já vinha executando algumas ações tais como: Desfile Cívico – Sustentabilidade; Sala Verde Kids – Creches; Semana da Árvore; Expo-Fauna Parque Nacional da Serra de Itabaiana/SE;

Plantio de mudas na Escola Técnica Agrícola de Itabaiana/SE. E apresentou proposta de Projetos para 2019, como o de Saneamento básico e o Meio Ambiente e Arborização Urbana de Itabaiana.

Figura 22 - Desfile Cívico – Sustentabilidade em Itabaiana



Fonte: M. M. F., 2018.

Figura 23 - Sala Verde Kids – Creches de Itabaiana



Fonte: M. M. F., 2018.

Figura 24 – Palestra com a Coordenadora da Sala Verde Pantanal de Pacatuba



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2018.

A coordenadora da Sala Verde Pantanal do Município de Pacatuba, em sua palestra ressaltou a importância do Projeto Sala Verde e da Educação Ambiental em seu município por possuir uma natureza exuberante com as belezas naturais do Pantanal de Pacatuba que deve ser preservado. E uma das preocupações dos gestores municipais é com o desenvolvimento e progresso, sobretudo turístico, com a facilitação de acesso ao município que a nova estrada estadual irá trazer. Falou também do momento da inauguração e apresentação da Sala Verde Pantanal com a presença da Coordenadora da Sala Verde SEMARH, a Sra. Elane Alvarenga, para a comunidade pacatubense.

Figura 25 - Inauguração da Sala Verde Pantanal



Organização: A. C. C. S. L., 2018.

Algumas ações, práticas e projetos de educação ambiental já estão sendo desenvolvidos através do Projeto Salas Verdes em seu município, como a visita dos alunos como uma das atividades da Feira Cultural do Colégio João Machado; o desfile cívico com o tema da coleta seletiva; oficina de reaproveitamento de óleo de cozinha para produção de sabão com o apoio técnico do CONBASF, com a participação deste município com stand no Encontro Cultural do Padroeiro São Félix de Cantalício.

Figura 26 - Feira Cultural do Colégio João Machado



Organização: A. C. C. S. L., 2018.

Figura 27 - Desfile cívico com o tema da coleta seletiva



Organização: A. C. C. S. L., 2018.

E por último, a palestra da Coordenadora da Sala Verde da Barra dos Coqueiros e Presidente da Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA/BC). Primeiramente ela abordou o histórico da ONG, explicando que a OSCATMA/BC nasceu em 04 de agosto de 2003, no município da Barra dos Coqueiros/SE a partir de uma capacitação na área de turismo para famílias do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Inicialmente os recursos partiram da Previdência Social, conveniado com a Secretaria de Bem Estar Social, repassados para a entidade executora NUTRAC. A entidade foi criada após a capacitação, com o objetivo de geração de trabalho e renda, visando a conservação e preservação do meio ambiente. A presidente da ONG ressaltou que eles já realizavam um trabalho focado na realização de Palestras Educativas; Programa Jovem Sustentável parceria com a Fundação Alphaville; Treinamentos diversos em parceria com o SENAR; Feira de Artesanato; Controle Social com participação em Conselhos e Comitês.

Explicou também que a OSCATMA/BC está preocupada com a crescente urbanização e ocupação humana desordenada e especulação imobiliária no município, sobretudo após a inauguração da ponte Aracaju/Barra e sentiu a necessidade de adotar ações e práticas de educação ambiental que promovessem a conservação dos recursos naturais. Assim, se interessaram pelo Projeto Salas Verdes para que através da Sala Verde da Barra, pudessem desenvolver atividades educacionais voltadas para as questões socioambientais e culturais promovido pelo Ministério de Meio Ambiente.

Figura 28 - Oficinas de informática, cinema e redação sobre a Carta da Terra



Organização: Â. M. do N. L., 2018.

Em suas ações e práticas educativas estão as capacitações sobre Noções de Educação Ambiental; Qualidade da água; Política dos Cinco 5Rs (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar); Oficinas (materiais recicláveis, instalação de hortas, jardinagem); Visitas Técnicas; Participação de eventos alusivos ao meio ambiente; Elaboração de material educativo com meios digitais e acesso a internet; Utilização de todo material audiovisual cedido pelo MMA. Com a ajuda dos parceiros, a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transporte, Escola Estadual Prof. José Franklin, Câmara de Vereadores e Comunidade (voluntários).

Figura 29 - Excursão de tototó no Rio Sergipe



Organização: Â. M. do N. L., 2018.

Figura 30 - Excursão de tototó no Rio Sergipe



Organização: Â. M. do N. L., 2018.

Após as palestras, os gestores fizeram seus questionamentos e tiraram suas dúvidas com o então o Secretário de Estado, o Sr. Olivier Ferreira das Chagas, que parabenizou a todos pelo trabalho e juntamente com a Coordenadora do Projeto Sala Verde do MMA e a Coordenadora da Sala Verde SEMARH e do Projeto no Estado, as Sras. Taiana Brito e Elane Alvarenga encerraram o Encontro Estadual das Novas Salas Verdes ressaltando a importância dessa política pública. Na ocasião ficou o desejo de que, apesar de todas as dificuldades e desafios enfrentados pela Gestão Ambiental, todos os municípios e/ou instituições consigam superar seus problemas e inaugurem suas Salas Verdes. Para que estas possam disseminar através de suas ações, práticas e projetos interdisciplinar a Educação Ambiental crítica emancipatória e transformadora para uma mudança do pensar, do ser no mundo para o despertar do sujeito ecológico.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SIMPLES

PÚBLICO ALVO: Estudantes dos municípios das Salas Verdes.

OBSERVAR E ANOTAR

Data:

Sala Verde:

Alunos da Escola:

Ano:

- ❖ Serão observadas as palavras e elementos específicos, a interação, expressões, frases e resumo de conversa.

- No acompanhamento das ações das Novas Salas Verde.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SALA VERDE

PÚBLICO ALVO: Gestor Ambiental municipal ou Presidente da ONG/ Coordenador das Salas Verdes.

- 1) Nome completo e Idade:
- 2) Cargo:
- 3) Grau de escolaridade e Área de Formação:
- 4) Nome e município da Sala Verde:
- 5) Natureza da instituição proponente da Sala Verde:
- 6) No tocante a infraestrutura e equipamentos a Sala Verde dispõe dos itens mencionados abaixo?

ITENS	SIM	NÃO	QUANTITATIVO
Bebedouro			
Energia elétrica			
Internet			
Material didático			
Mobília (cadeiras)			
Mobília (birô)			
Mobília (quadro ou lousa)			
Mobília (mesa de reunião)			
Estante para material de leitura			
Equipamento de TV (vídeo e som)			
Computador			
Acessibilidade para deficientes físicos			
Outros			

- 7) Porque participou da Chamada de edital para Novas Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente?
- 8) Quais as expectativas e sonhos almejados com a inserção no Projeto Sala Verde?
- 9) Quais as maiores dificuldades e entraves para a inauguração/abertura e início das atividades da Sala Verde?
- 10) A Sala Verde no seu município ou ONG estabeleceu parcerias dentro e fora da gestão municipal? Quem são? E como os parceiros vêm ajudando na atuação da Sala Verde?

- 11) Quais as problemáticas socioambientais que você percebe no seu município?
- 12) Quais as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde?
- 13) Quais as temáticas socioambientais abordadas na Sala Verde?
- 14) Quais os períodos em que são realizadas as atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde?
- 15) As atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde conseguem sensibilizar e despertar uma nova forma de pensar as questões ambientais, ou seja, uma nova consciência ambiental? Exemplifique.
- 16) As atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde conseguem sensibilizar e despertar mudanças para uma nova forma de ser, de viver e de se relacionar com a natureza e o meio ambiente? Exemplifique.
- 17) As atividades, ações e práticas de educação ambiental desenvolvidas pela Sala Verde conseguem sensibilizar e despertar nas pessoas o desejo de lutar pelo direito à preservação e melhoria do meio ambiente? Como?
- 18) Para você o que é a natureza? Quais os elementos ou seres que fazem parte da natureza?
- 19) Para você o que é o meio ambiente? Qual a importância do meio ambiente?
- 20) O quê eu faço diariamente para preservar a natureza, o meio ambiente e consequentemente a vida no nosso planeta?

Obrigada!

APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA DA SALA VERDE

Ilmº Gestor(a) Ambiental Municipal
Ilmº Coordenador(a) da Sala Verde

Prezados (as),

Venho através deste, solicitar autorização para desenvolver nesta Sala Verde, a pesquisa de intervenção intitulada “Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do sujeito ecológico”, sob a orientação da Professora Drª Rosana de Oliveira Santos Batista, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Esta pesquisa tem como objetivo: Analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. A pesquisa envolverá o gestor de Meio Ambiente do município, coordenador e equipe e o público da Sala Verde. As informações coletadas envolvem aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados às ações e práticas de Educação Ambiental dos sujeitos envolvidos com a Sala Verde, e possui as seguintes etapas: coleta de dados a partir de Observação Sistemática e Entrevistas; Reuniões e apoio pedagógico; Oficinas pedagógicas com os gestores da Sala Verde através de explanações com palestras, rodas de conversa, árvore dos sonhos, ação comunicação, diálogos, reflexões e discussões críticas, trocas de experiências, muro das lamentações, vídeo-documentário, vídeo-animação e música; Oficinas pedagógicas com o público da Sala Verde com atividades lúdicas através de Desenho livre e Nuvem de Palavras, Contação de história, Painel ilustrativo, Jogo de memória, Maquete: Lixão ou Aterro, e atividade de campo no Aterro sanitário. Essas atividades serão realizadas em parceria e comum acordo com os gestores da Sala Verde no horário laboral e das aulas dos alunos (público alvo), mediante parceria da Sala Verde com a Escola municipal e comunicado aos pais ou responsáveis.

A realização da pesquisa não envolve riscos à integridade física e/ou mental dos participantes, podendo apenas gerar constrangimento ou incômodo em face do contato inicial com a pesquisadora para realização da observação e entrevista. As informações coletadas serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade de todos os participantes. Os resultados serão divulgados em meio científico de forma agrupada, impossibilitando a sua identificação pessoal. O entrevistado tem o direito de desistir de participar da pesquisa no momento que assim desejar.

Sou Elane Alvarenga Oliveira Hora, servidora pública com CPF 780.238.705-30, professora de Geografia, desenvolvo a pesquisa no curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe, matrícula nº 201811005072.

Desde já agradeço o apoio e aguardo parecer.

Atenciosamente,

Elane Alvarenga Oliveira Hora

Parecer da Sala Verde: () Pesquisa autorizada () Pesquisa não autorizada

Gestor Ambiental Municipal

Coordenador da Sala Verde

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, declaro participante voluntário da pesquisa intitulada “Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do sujeito ecológico”, desenvolvida sob a responsabilidade da mestrande Elane Alvarenga Oliveira Hora, matrícula nº 201811005072, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, sob a orientação da Professora Dr^a Rosana de Oliveira Santos Batista, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Esta pesquisa tem como objetivo Analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. Assim para o seu desenvolvimento é necessário um levantamento de informações socioambientais relacionadas às ações e práticas de Educação Ambiental da Sala Verde com os sujeitos envolvidos.

Desse modo, entendo que vou participar voluntariamente desta pesquisa através da resposta a entrevista, bem como da participação nas Oficinas Pedagógicas de Educação Ambiental com explanação com palestras, rodas de conversa, árvore dos sonhos, ação comunicação, diálogos, reflexões e discussões críticas, trocas de experiências, muro das lamentações, vídeo-documentários, vídeo-animação e música.

Através deste termo, fica acordado que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados em meio científico, desde que mantido o compromisso da pesquisadora com o sigilo das fontes entrevistadas. Além disso, é garantido aos participantes o direito de desistir de sua participação e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

A presente pesquisa não envolve riscos à integridade física e/ou mental dos participantes, podendo apenas gerar constrangimento ou incômodo em face do contato inicial com a pesquisadora para a realização da entrevista. São esperados os seguintes benefícios para o pesquisado com a sua participação: na sensibilização através de ações/teoria-prática interdisciplinar para a formação de uma nova consciência ambiental, para novos paradigmas, novos modos de ser, pensar, viver, habitar e se relacionar com o meio ambiente, reconectando o homem à natureza, compreendendo que somos parte dela formando não apenas cidadãos, mas um novo sujeito ecológico com um novo saber e ética ambiental, dentro de uma racionalidade ambiental pautada na sustentabilidade.

Pelo presente consentimento, declaro que o objetivo da pesquisa foi lido e explicado pela pesquisadora. Sendo assim, concordo com a participação voluntária à pesquisa dentro dos termos descritos. Autorizo a utilização das informações na Dissertação de Mestrado, desde que observada às condições acima expressas. Para qualquer outra informação, vossa senhoria poderá entrar em contato com a pesquisadora através do email elane.hora@gmail.com.br

São Cristóvão/SE, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Elane Alvarenga Oliveira Hora (Mestranda)

Eu, ____ (nome por extenso do participante da pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo com a participação voluntária na pesquisa descrita acima. Estou ciente de que receberei uma via deste documento.

São Cristóvão, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com Elane Alvarenga Oliveira Hora. Telefone: (79) 9 9939.3917, e-mail: elane.hora@gmail.com.br.

APÊNDICE F – TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

Ilmº Diretor (a)

Prezado (a),

Venho através deste, solicitar autorização para desenvolver com o público estudantil desta unidade escolar que irá participar da atividade com a Sala Verde deste município, a pesquisa de intervenção intitulada “Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do sujeito ecológico”, sob a orientação da Professora Drª Rosana de Oliveira Santos Batista, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Esta pesquisa tem como objetivo: Analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. A pesquisa envolverá o gestor de Meio Ambiente do município, coordenador e equipe da Sala Verde e o público estudantil desta unidade escolar. As informações coletadas envolvem aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados às ações e práticas de Educação Ambiental dos sujeitos envolvidos com a Sala Verde, e possui as seguintes etapas: coleta de dados a partir de Observação Sistemática e Oficinas pedagógicas com o público da Sala Verde com atividades lúdicas através de Desenho livre e Nuvem de Palavras, Contação de história, Painel ilustrativo, Jogo de memória, Maquete: Lixão ou Aterro, e atividade de campo no Aterro sanitário.

Essas atividades serão realizadas em parceria e comum acordo com os gestores da Sala Verde no horário laboral e das aulas dos alunos (público alvo), mediante parceria da Sala Verde com a Unidade Escolar e comunicado aos pais ou responsáveis.

A realização da pesquisa não envolve riscos à integridade física e/ou mental dos participantes, podendo apenas gerar constrangimento ou incômodo em face do contato inicial com a pesquisadora para realização da observação e entrevista. As informações coletadas serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade de todos os participantes. Os resultados serão divulgados em meio científico de forma agrupada, impossibilitando a sua identificação pessoal. O entrevistado tem o direito de desistir de participar da pesquisa no momento que assim desejar.

Sou Elane Alvarenga Oliveira Hora, servidora pública com CPF 780.238.705-30, professora de Geografia, desenvolvo a pesquisa no curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe, matrícula nº 201811005072.

Desde já agradeço o apoio e aguardo parecer.

Atenciosamente,

Elane Alvarenga Oliveira Hora

Parecer da Unidade Escolar: () Pesquisa autorizada () Pesquisa não autorizada

Coordenador da Sala Verde

Diretor(a) da Escola e Carimbo

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pai ou Responsável

Pelo presente termo, convido vossa senhoria a autorizar o menor sob sua responsabilidade a participar da pesquisa “Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do sujeito ecológico”, desenvolvida sob a responsabilidade da mestranda Elane Alvarenga Oliveira Hora, matrícula nº 201811005072, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, sob a orientação da Professora Dr^a Rosana de Oliveira Santos Batista, da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Esta pesquisa tem como objetivo Analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. Assim para o seu desenvolvimento é necessário um levantamento de informações socioambientais relacionadas às ações e práticas de Educação Ambiental da Sala Verde com os sujeitos envolvidos.

Desse modo, convido o menor por qual o senhor é responsável, a participar voluntariamente desta pesquisa através da observação, bem como da participação nas Oficinas pedagógicas de Educação Ambiental com atividades lúdicas através de Desenho livre e Nuvem de Palavras, Contação de história, Painel ilustrativo, Jogo de memória, Maquete: Lixão ou Aterro, e atividade de campo no Aterro sanitário.

Através deste termo, fica acordado que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados em meio científico, desde que mantido o compromisso da pesquisadora com o sigilo das fontes. Além disso, é garantido aos participantes o direito de desistir de sua participação e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

A presente pesquisa não envolve riscos à integridade física e/ou mental dos participantes, podendo apenas gerar constrangimento ou incômodo em face do contato inicial com a pesquisadora para a realização da entrevista. São esperados os seguintes benefícios para o pesquisado com a sua participação: aprendizado de uma cultura de convivência harmônica com diferentes pessoas e com o meio ambiente; incentivo a participação e ao protagonismo estudantil; nas relações sociais baseadas na colaboração, na sensibilização desses alunos dos municípios sergipanos que participaram do Projeto Sala Verde, através de ações/teoria-prática interdisciplinar para a formação de uma nova consciência ambiental, para novos paradigmas, novos modos de ser, pensar, viver, habitar e se relacionar com o meio ambiente, reconectando o homem à natureza, compreendendo que somos parte dela formando não apenas cidadãos, mas um novo sujeito ecológico com um novo saber e ética ambiental, dentro de uma racionalidade ambiental pautada na sustentabilidade.

Pelo presente consentimento, declaro que o objetivo da pesquisa foi lido e explicado pela pesquisadora. Sendo assim, concordo com a participação voluntária do menor por qual sou responsável à pesquisa dentro dos termos descritos. Autorizo a utilização das informações na Dissertação de Mestrado, desde que observada às condições acima expressas. Para qualquer outra informação, vossa senhoria poderá entrar em contato com a pesquisadora através do email elane.hora@gmail.com.br

São Cristóvão/SE, _____ de ____ de ____.

Assinatura do Participante ou pai/responsável

Elane Alvarenga Oliveira Hora (Mestranda)
Contato com a Pesquisadora Responsável:

Eu, _____ (nome por extenso do responsável pelo participante da pesquisa), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo com a participação voluntária do adolescente sob a minha responsabilidade na pesquisa descrita acima. Estou ciente que receberei uma via deste documento.

São Cristóvão, _____ de _____ de _____.

Assinatura do pai ou responsável

Assentimento Livre e Esclarecido da Criança ou Adolescente

Eu, _____ (nome por extenso do participante da pesquisa), tendo sido totalmente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima. Estou ciente que meu pai e/ou responsável receberá uma via deste documento.

São Cristóvão, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante (criança ou adolescente)

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com Elane Alvarenga Oliveira Hora. Telefone: (79) 9 9939.3917, e-mail: elane.hora@gmail.com.br.

APÊNDICE H – TERMO DE ANUÊNCIA DA SALA VERDE SEDURBS

Ilmº Superintendente Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Ilmº Coordenador(a) da Sala Verde SEDURBS

Prezados (as),

Venho através deste, solicitar autorização para desenvolver nesta Sala Verde SEDURBS, a pesquisa de intervenção intitulada “Projeto Sala Verde em Sergipe: contribuindo na construção do sujeito ecológico”, sob a orientação da Professora Drª Rosana de Oliveira Santos Batista, da Universidade Federal de Sergipe – UFS. E solicitar autorização para ter acesso aos documentos referentes à implantação do Projeto Sala Verde em Sergipe,

Esta pesquisa tem como objetivo: Analisar a contribuição do Projeto Sala Verde na educação ambiental em Sergipe para a construção do sujeito ecológico. A pesquisa envolverá os gestores de Meio Ambiente dos municípios sergipanos, coordenadores e equipes e o público das Novas Salas Verdes. As informações coletadas envolvem aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados às ações e práticas de Educação Ambiental dos sujeitos envolvidos com as Novas Salas Verdes, e possui as seguintes etapas: coleta de dados a partir de Pesquisa Bibliográfica e Documental, Observação Simples e Entrevistas; Oficinas Pedagógicas com os gestores das Novas Salas Verdes.

A realização da pesquisa não envolve riscos à integridade física e/ou mental dos participantes, podendo apenas gerar constrangimento ou incômodo em face do contato inicial com a pesquisadora para realização da observação e entrevista. As informações coletadas serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade de todos os participantes. Os resultados serão divulgados em meio científico de forma agrupada, impossibilitando a sua identificação pessoal. O entrevistado tem o direito de desistir de participar da pesquisa no momento que assim desejar.

Sou Elane Alvarenga Oliveira Hora, servidora pública com CPF 780.238.705-30, professora de Geografia, desenvolvo a pesquisa no curso de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe, matrícula nº 201811005072.

Desde já agradeço o apoio e aguardo parecer.

Atenciosamente,

Elane Alvarenga Oliveira Hora

Parecer da Sala Verde SEDURBS: () Pesquisa autorizada () Pesquisa não autorizada

Superintendente Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SERHMA
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - SEDURBS

Coordenador da Sala Verde SEDURBS

ANEXO I - FOLHA DE ROSTO DA PESQUISA



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: PROJETO SALA VERDE EM SERGIPE: CONTRIBUINDO NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 350			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Ciências Ambientais			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA			
6. CPF: 980.238.705-30		7. Endereço (Rua, n.º): JORDAO DE OLIVEIRA ATALAIA Cond Le Monde, ap 1003 ARACAJU SERGIPE 49037330	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 79999393917	11. Email: elane.horaaju@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: ____ / ____ / ____</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Universidade Federal de Sergipe
15. Telefone: (79) 9685-7777		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>NÚBIA DIAS DOS SANTOS</u> CPF: <u>368.873.315-00</u></p> <p>Cargo/Função: <u>COORDENADORA DO PROFCIAMB</u></p> <p>Data: <u>08 / 10 / 2019</u></p> <p style="text-align: right;"><u>Núbia Dias dos Santos</u> Assinatura</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL		Profª Drª Núbia Dias dos Santos Coordenadora PROFCIAMB/UF Portaria nº 1018/19 Universidade Federal de Sergipe	
Não se aplica.			

ANEXO II – PORTAL SALAS VERDES

Atenção, Salas Verdes!

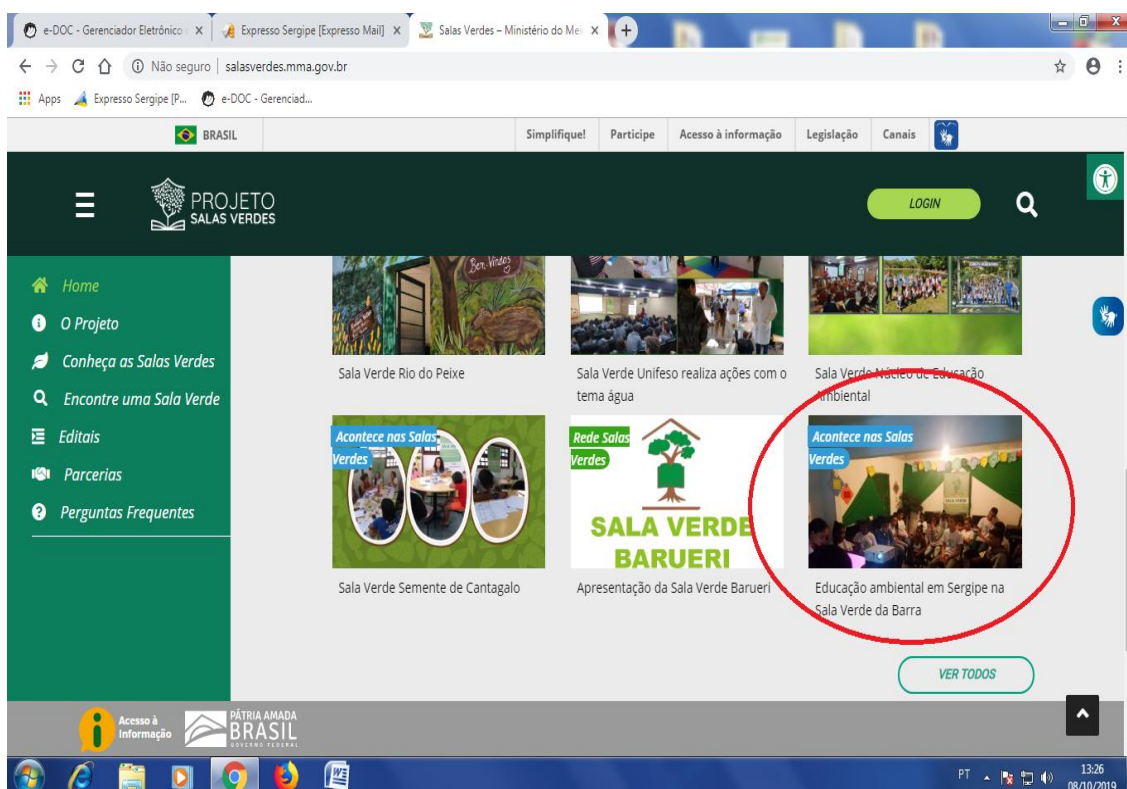
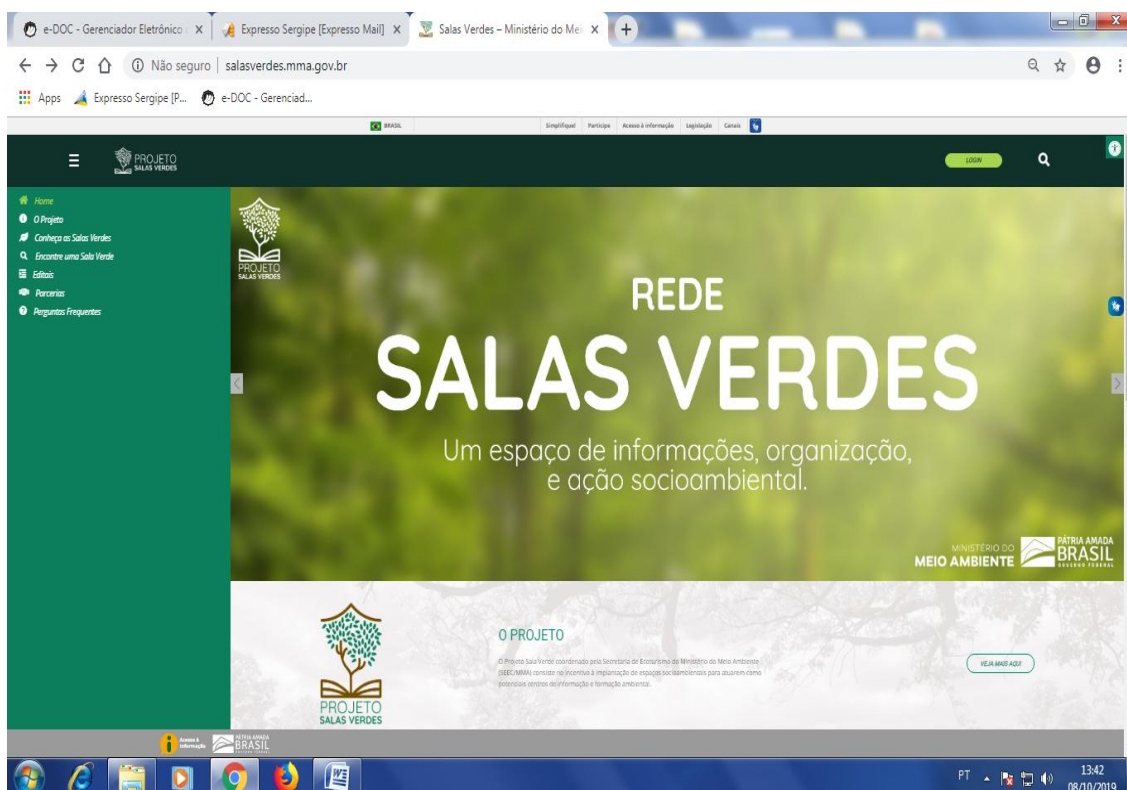
Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente lança hoje o Portal Salas Verdes.

Neste espaço, daremos maior visibilidade às ações do Projeto à toda sociedade, bem como fortaleceremos a Rede Salas Verdes, por meio da divulgação das atividades realizadas localmente pelas próprias Salas Verdes.



Acesse: www.salasverdes.mma.gov.br

ANEXO III – REDE SALAS VERDES



ANEXO IV – NOTÍCIA DA SALA VERDE DA BARRA NA REDE SALAS VERDES

The screenshot shows a web browser window with the following elements:

- Browser Tabs:** e-DOC - Gerenciador Eletrônico, Expresso Sergipe [Expresso Mail], Educação ambiental em Sergipe.
- Address Bar:** salasverdes.mma.gov.br/educacao-ambiental-em-sergipe-na-sala-verde-da-barra/
- Website Header:** PROJETO SALAS VERDES, LOGIN button, search icon.
- Left Sidebar:**
 - Home
 - O Projeto
 - Conheça as Salas Verdes
 - Encontre uma Sala Verde
 - Editais
 - Parcerias
 - Perguntas Frequentes
- Main Content Area:**

Educação ambiental em Sergipe na Sala Verde da Barra

Sala verde realiza as mais diversas ações no município de Barra dos Coqueiros

A Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA), localizada no município de Barra dos Coqueiros (SE), inaugurou, no ano de 2018, a **Sala Verde da Barra**. Semestralmente, a Sala Verde realiza ações nas áreas de Informática, Meio Ambiente e Sustentabilidade para alunos da rede municipal, estadual e particular de ensino, residentes no município de Barra dos Coqueiros (SE).

As ações voltadas para a área de Informática consistem em cursos de conhecimentos básicos em Word, Excel, Power Point e acesso à internet. No ano de 2019, o curso, com carga horária de 60 h, foi realizado entre 04 de abril e 06 de agosto, e aprovou 40 alunos. Nas áreas de Meio Ambiente e Sustentabilidade, a Sala Verde aposta em oficinas teóricas e práticas, que abordam temas como materiais recicláveis, horta, composteira doméstica e jardinagem. Para concretizar essas ações, a Sala conta o recebimento de material didático fornecido pela Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, na disponibilização de transporte, são realizadas visitas técnicas a belezas naturais do município. A Sala também tem parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que contribui para o acesso do público aos eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente.

O Projeto investe também em cursos de capacitação, que explanam, principalmente, temas como: Noções de Educação Ambiental, Qualidade de Água e a Política dos 5R's: Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar. As capacitações acontecem com o auxílio de professores e alunos da Universidade Tiradentes (UNIT), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Além de tudo, a OSCATMA investe ainda na venda de uniformes e de rifas, para a manutenção da Organização.

Texto: Emilyy Moraes (Estagiária), com supervisão da Equipe Salas Verdes.
- Footer:**
 - Acesso à Informação
 - PÁTRIA ANADA BRASIL
 - System tray: PT, 13:39, 08/10/2019

**PRODUTO TÉCNICO EDUCACIONAL - “CARTILHA ELETRÔNICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS”**

Ana Laura por um Mundo Sustentável

ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA
ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE
NACIONAL PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA
ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA

CARTILHA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE
RESÍDUOS SÓLIDOS

“ANA LAURA POR UM MUNDO SUSTENTÁVEL”

SÃO CRISTÓVÃO/SE
ABRIL/2020

ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA

ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA

**CARTILHA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE
RESÍDUOS SÓLIDOS**

“ANA LAURA POR UM MUNDO SUSTENTÁVEL”

Produto Técnico Educacional Cartilha Eletrônica de Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB, Universidade Federal de Sergipe - UFS, como Produto Técnico Educacional para atender aos requisitos do Mestrado Profissional para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosana de Oliveira Santos
Batista

São Cristóvão/SE

2020

FICHA TÉCNICA PRODUTO I

Título: Cartilha Eletrônica de Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos “ANA LAURA POR UM MUNDO SUSTENTÁVEL”.

Autores: Elane Alvarenga Oliveira Hora; Rosana de Oliveira Santos Batista.

Tipo de material: Produto Técnico Educacional

Formato digital: PDF

Nível escolar: Educação Básica

Público alvo: Sociedade em geral

Links:

<https://www.oercommons.org/courses/ana-laura-por-um-mundo-sustent%C3%A1vel>

<https://drive.google.com/file/d/1ueXkorbDZ1c2pxkqGPUHfaahY7UCTCSr/view?usp=sharing>

Origem Institucional:



Repositório:



Licença de uso:



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	160
1 OBJETIVOS	164
1.1 Objetivo Geral	164
1.2 Objetivos Específicos	164
2 PÚBLICO ALVO	165
3 METODOLOGIA	166
4 RESULTADOS ESPERADOS	168
REFERÊNCIAS	169
CARTILHA - ANA LAURA POR UM MUNDO SUSTENTÁVEL.....	170

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 1999 (BRASIL, 2010), estabeleceu que os lixões a céu aberto deveriam ser erradicados em todo território até 2010. Passaram-se quase 10 anos desse prazo e prefeitos pedem mais tempo para cumprir a lei. O Brasil ainda convive com cerca de 3 mil lixões, um enorme problema socioambiental que causa poluição do ar atmosférico com a emissão de gases causadores do efeito estufa e aquecimento global como o gás metano, contamina o solo e as águas superficiais e subterrâneas dos lençóis freáticos com o chorume, além da proliferação de vetores transmissores de doenças, causando graves danos a saúde socioambiental.

Em cidades brasileiras são produzidas toneladas de resíduos diariamente, a maior cidade do país São Paulo, por exemplo, gera em torno de 20 mil toneladas de resíduos por dia. Entretanto, apenas cerca de 3% desses resíduos são reciclados em todo país, sobrecarregando os aterros sanitários, ou pior, formando e aumentando o número de lixões, deixando de gerar emprego e renda com o reaproveitamento desses materiais que poderiam retornar a cadeia produtiva. Estima-se que se perde cerca de R\$ 10 bilhões por ano com esses tipos de resíduos que deveria ser reciclável, além dos danos socioambientais, pois mais riquezas naturais são retiradas da natureza servindo de matéria prima para atender a lógica do mercado do sistema capitalista que produz um número cada vez maior de produtos estimulando o consumismo na sociedade.

Em Sergipe existem iniciativas do poder público estadual para implantação da PNRS no Estado através de iniciativas como a formação dos Consórcios Públicos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos em 2011: Grande Aracaju – CONSBAJU , Agreste Central – CPAC, Baixo São Francisco – CONBASF e Sul e Centro Sul Sergipano – CONSCENSUL; a elaboração dos instrumentos da Lei: o Plano Estadual de Resíduos Sólidos elaborado em 2014, Plano Estadual de Coleta Seletiva (2014), Plano Intermunicipal do Baixo São Francisco (2014), Plano Intermunicipal do Agreste Central (2014), Plano Intermunicipal do Sul e Centro Sul (2014) e em 2017 o Plano Intermunicipal da Grande Aracaju, todos homologados em fevereiro de 2017; a atualização da Resolução 06/2008 e encaminhamento ao CEMA - Lei Nº 8497 de 28/12/2018 que *Dispõe sobre o Procedimento de Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe e dá outras providências*; a Cessão de galpões da CODISE para implantação

de Centros de triagem de cooperativas de catadores; o Projeto de Inclusão Socioambiental e Produtiva dos catadores e coletores de materiais recicláveis em Sergipe; o Programa Prodetur pela SETUR para elaboração de projetos com licenciamento prévio para aterros sanitários nos municípios de Canindé de São Francisco, Japaratuba e Estância; além de Portarias conjunta entre AGRESE, SEDURBS, ADEMA e Consórcios do CONSCENSUL, CPAC e CONSBAJU para Processos de Manifestação de Interesse – PMI para Projetos de Aterros Sanitários e Unidades de Transbordo nessas regiões com a finalidade de solucionar a problemática socioambiental dos lixões no Estado (SERHMA, 2019).

Entretanto, embora haja grandes avanços na implantação da PNRS em Sergipe, a realidade ainda não é diferente do restante do país, pois entre os 75 municípios sergipanos ainda existem 53 municípios destinando seus resíduos em lixões a céu aberto (72%) e apenas 19 municípios fazendo a destinação correta de seus resíduos ao Aterro Sanitário da Empresa ESTRE Ambiental (24%), sendo que três municípios destinam a lixões de municípios vizinhos. Precisamos avançar ainda mais em relação implantação da PNRS no Estado, pois possuímos apenas um aterro sanitário localizado no município de Rosário do Catete na região da Grande Aracaju, estando os municípios das 3 demais regiões do Agreste Central, Sul e Centro Sul e Baixo São Francisco sem alternativa para destinação adequada de seus resíduos. Quanto à inclusão socioambiental dos catadores e coletores de materiais recicláveis existem apenas 33 cooperativas e/ou associações formalizadas em todo Estado, sendo que apenas 11 municípios implantaram a coleta seletiva (14,67%), todos os demais municípios estão descumprindo a Lei 12.305/2010, pois estão destinando todo o resíduo sem nenhuma separação ao aterro ou aos lixões causando grandes impactos socioambientais (SERHMA, 2019; BRASIL, 2010).

A fim de problematizar tais questões surgiu a ideia da produção de uma Cartilha Socioambiental Educativa sobre a temática dos resíduos sólidos. Dentro de uma proposta de sensibilização e conscientização utilizando como instrumento para tal a Educação Ambiental, que se constitui numa forma abrangente e essencial de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente e que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental, entendendo-a como crítica a capacidade de compreensão da gênese, evolução e busca por soluções para esses problemas ambientais complexos de nossa sociedade moderna.

Os materiais didáticos e de apoio, como a cartilha, são recursos lúdicos facilitadores e importantes na Educação Ambiental nos espaços formais de educação e também não formais como é o caso das Salas Verdes. Esses materiais devem ser pensados para proporcionar momentos que visem à sensibilização socioambiental e o desenvolvimento de atividades de proteção do meio ambiente, seguindo recomendações do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), importante instrumento para a implantação da Educação Ambiental e que originou-se a partir das deliberações resultantes da Rio-92, mediante um processo de construção coletiva, participativa e democrática e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 9.795/99), marco legal da Educação Ambiental no Brasil e no contexto sergipano da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual nº 6.882/2010) (SERGIPE, 2010).

A Cartilha é um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua, considerado um manual didático de iniciação à leitura e um importante material educativo dedicado a conhecer e informar sobre uma realidade específica. Esta faz uso de ilustrações facilitando a percepção de detalhes e reproduzindo em muitos aspectos a realidade, reduz ou amplia o tamanho real dos objetos representados, permite a visualização imediata de processos muito lentos ou rápidos; tornam próximos fatos e lugares distantes no espaço e no tempo.

A Cartilha como material pedagógico e lúdico deve ser incentivada por se constituir enquanto um importante instrumento facilitador do processo ensino-aprendizagem, pois trabalhando com esse material, observa-se que até mesmo àqueles que não se interessam por leitura acabam se identificando. Assim, as cartilhas funcionam como um meio de comunicação com múltiplas potencialidades, a fim de disponibilizar e democratizar as informações sobre Resíduos Sólidos e a Educação Ambiental, estimulando a discussão crítica, a organização e participação social em diferentes espaços e públicos. Possuem potencial para a formação de sujeitos ecológicos mais informados, participativos, engajados e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis.

Nesse sentido, é imprescindível a elaboração de uma “*Cartilha Socioambiental Educativa sobre Resíduos Sólidos e Educação Ambiental*” intitulada “Ana Laura por um Mundo Sustentável” como produto técnico Educacional para atender aos requisitos do Mestrado Profissional para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais. Compreendemos que essa cartilha será um importante instrumento de referência de Educação Ambiental, pois esse material didático de divulgação será utilizado para dar

apoio e também sensibilizar os gestores ambientais municipais, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, assim como, de seu público alvo, ou seja, a comunidade em geral e demais municípios sergipanos sobre os impactos e problemáticas socioambientais relacionadas à temática de resíduos sólidos em Sergipe, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

1 OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Implementar a Educação Ambiental crítica através da Cartilha Socioambiental Educativa “Resíduos Sólidos e Educação Ambiental” nas Novas Salas Verdes e demais municípios sergipanos para preservação do meio ambiente e formação do sujeito ecológico para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa.

1.2 Objetivos Específicos

Objetivo Específico 1: Elaborar Cartilha Socioambiental Educativa sobre Resíduos Sólidos e Educação Ambiental crítica como instrumento didático para o enfrentamento dessa problemática socioambiental e preservação do meio ambiente.

Objetivo Específico 2: Fomentar a Educação Ambiental crítica através da Cartilha nas Novas Salas Verdes e demais municípios sergipanos para formação do sujeito ecológico.

Objetivo Específico 3: Apoiar as Novas Salas Verdes e municípios sergipanos através da Cartilha enquanto material didático para suas ações, práticas e oficinas de EA crítica para formação de sociedades sustentáveis.

2 PÚBLICO-ALVO

O Público alvo da “Cartilha Socioambiental Educativa sobre Resíduos Sólidos e Educação Ambiental” serão os gestores ambientais municipais, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, assim como, de seu público alvo, ou seja, a comunidade em geral e demais municípios sergipanos.

3 METODOLOGIA

A Cartilha enquanto produto técnico educacional será um importante material didático, instrumento de referência em Educação Ambiental crítica, para dar apoio e também sensibilizar o público alvo sobre os impactos e problemáticas socioambientais relacionados à temática de resíduos sólidos em Sergipe, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010 e a Política Nacional de Educação Ambiental Lei 9.795/1999 (BRASIL, 1999, 2010).

Nesse sentido, no caminho metodológico percorrido para a elaboração da Cartilha de Educação Ambiental utilizou-se da Pesquisa Documental em que são utilizados documentos de fontes primárias que não receberam qualquer tratamento analítico podendo ser do próprio pesquisador ou documentos de órgãos como documentos oficiais, contratos, reportagens de jornais, cartas, filmes, fotografias etc; e da Pesquisa Bibliográfica que se utiliza de fontes secundárias das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, principalmente de livros, artigos científicos e até mesmo outras cartilhas (BATISTA, 2015; GIL, 1999).

Na confecção e desenvolvimento da Cartilha de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental a estória foi pensada e discutida pelas autoras de forma que esta abordasse de forma lúdica e divertida toda a PNRS, com o apoio de técnicos de arte design para que a mesma fosse bastante colorida e trazendo crianças como personagens principais para atrair o público infantil da educação básica. Foram contemplados também quadros com textos técnicos explicativos a respeito de cada temática abordada pelos personagens para melhor compreensão e alcance do público adulto.

Os personagens são uma homenagem de uma das autoras Elane Alvarenga Oliveira Hora à sua amada filha Ana Laura Alvarenga Oliveira Hora, por este motivo o título da Cartilha “Ana Laura por um Mundo Sustentável”. Homenagem feita também aos seus pais José Carlos Oliveira e Célia Amaral Alvarenga, à sua avó Severina Amaral Alvarenga (in memorian), ao seu irmão Carlos Guilherme Alvarenga Oliveira (in memorian) e sua sobrinha Raquel Alvarenga Ribeiro Chaves. E aos amiguinhos de Laurinha, o Gabriel Garcia Vasconcelos e Julia Batista Gama. Observe a imagem a seguir:

Figura 18 – Personagens da Cartilha “Ana Laura por um Mundo Sustentável”



Organização: Elane Alvarenga Oliveira Hora, 2019.

Na busca por uma sociedade sustentável e formação de sujeitos que identifiquem e busquem mitigar os impactos socioambientais foram contempladas temáticas como a coleta seletiva, a importância das cooperativas de catadores e coletores de materiais recicláveis para a inclusão socioambiental dos catadores, a classificação por tipo e a destinação adequada dos resíduos sólidos, como por exemplo, os resíduos perigosos através da logística reversa, os resíduos orgânicos através da compostagem, os resíduos da saúde para incineração, os rejeitos que são resíduos que não podem ser reciclados ou reaproveitados que devem ser destinados aos aterros sanitários, o desastre ambiental que são os lixões a céu aberto, diferenciando aterro sanitário de lixão.

Refletindo também sobre as responsabilidades da gestão integrada dos resíduos sólidos entre Governo Federal, Estados, Municípios, Empresários e comunidade em geral segundo a PNRS, trazendo a discussão acerca da quantidade absurda de resíduos sólidos que geramos no nosso dia a dia para uma reflexão, sensibilização e geração de uma consciência ambiental para mudanças de hábitos e costumes que reflitam na diminuição do consumismo e menor geração de resíduos, trazendo o debate sobre os 7 Rs e as Metas e Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para a preservação da saúde socioambiental, a construção de sociedades sustentáveis a partir da formação dos sujeitos ecológicos.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos que a Cartilha Socioambiental Educativa com a temática de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental alcance a sua finalidade de servir como um instrumento de referência e importante material didático para promover a Educação Ambiental crítica dando apoio e também sensibilizando os gestores ambientais municipais, coordenadores e equipe das Novas Salas Verdes, assim como, de seu público alvo, ou seja, a comunidade em geral e demais municípios sergipanos sobre os impactos e problemáticas socioambientais relacionadas à temática de resíduos sólidos em Sergipe, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010 e a Política Nacional de Educação Ambiental Lei 9.795/1999.

Almejamos que a cartilha seja adotada por diversos espaços e públicos enquanto material didático de apoio. Assim, esperamos que essa cartilha esteja presente tanto nos espaços de Educação Ambiental não formal como as Salas Verdes, como também nos espaços de EA formal. Nas escolas sergipanas ela pode ser adotada como um meio de comunicação com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações sobre Resíduos Sólidos e a Educação Ambiental, estimule a discussão crítica, a organização e participação social, contribuindo para a formação de sujeitos ecológicos mais informados, participativos, engajados e dedicados na busca pelas soluções das problemáticas socioambientais e no processo de construção de sociedades sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos. **Para (Re)pensar a Metodologia Científica: o Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais**. In: Método da Ciência Geográfica. São Cristóvão: CESAD, 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 05 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.305/10, de 02 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/112.305.htm. Acesso em 09 mar. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 17 mar. 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em 17 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed., São Paulo: Editora Atlas, 1999.


SERGIPE, Assembleia Legislativa do Estado. **Lei n. 6.882, de 08 de abril de 2010**. Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, e dá providências correlatas. Aracaju, SE: Assembleia Legislativa do Estado, 2010.

Disponível em http://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/lei_n%C2%B06.882-pol%C3%ADticaestadualdeeduca%C3%A7%C3%A3oambiental.pdf. Acesso em 05 out. 2018.

Ana Laura por um Mundo Sustentável

ELANE ALVARENGA OLIVEIRA HORA
ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA





Dedico esta cartilha primeiramente a Deus, aos meus pais, José Carlos e Célia, ao meu esposo Thiago e a minha filha amada Ana Laura, a minha sobrinha Raquel, ao meu irmão Carlos Guilherme (in memorian) e minha avó Severina (in memorian), bem como, a todos os meus familiares pelo amor, apoio e paciência. Agradeço à Thais e Edinaldo, dois anjos que contribuíram para a realização dessa cartilha. A todos os meus Mestres que passaram por minha vida e em especial a minha orientadora, Rosana Batista, pela paciência, sabedoria, dedicação e boa vontade na construção de um ser ecológico.

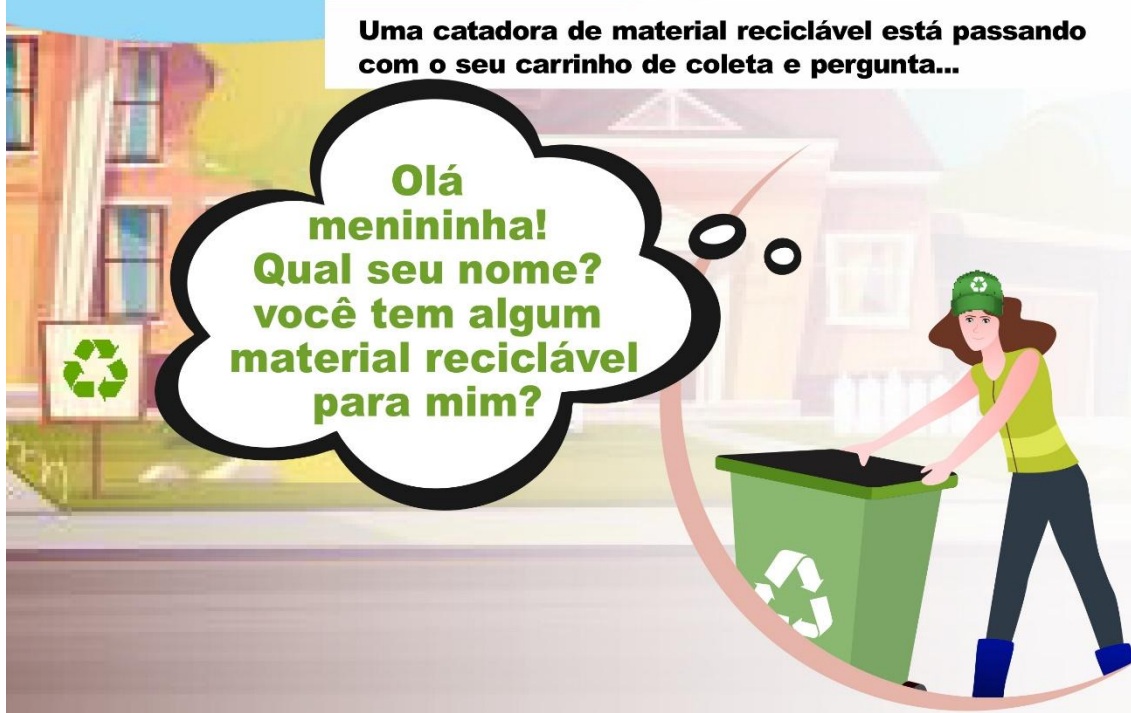




Ana Laura vai até a porta de casa para colocar o lixo

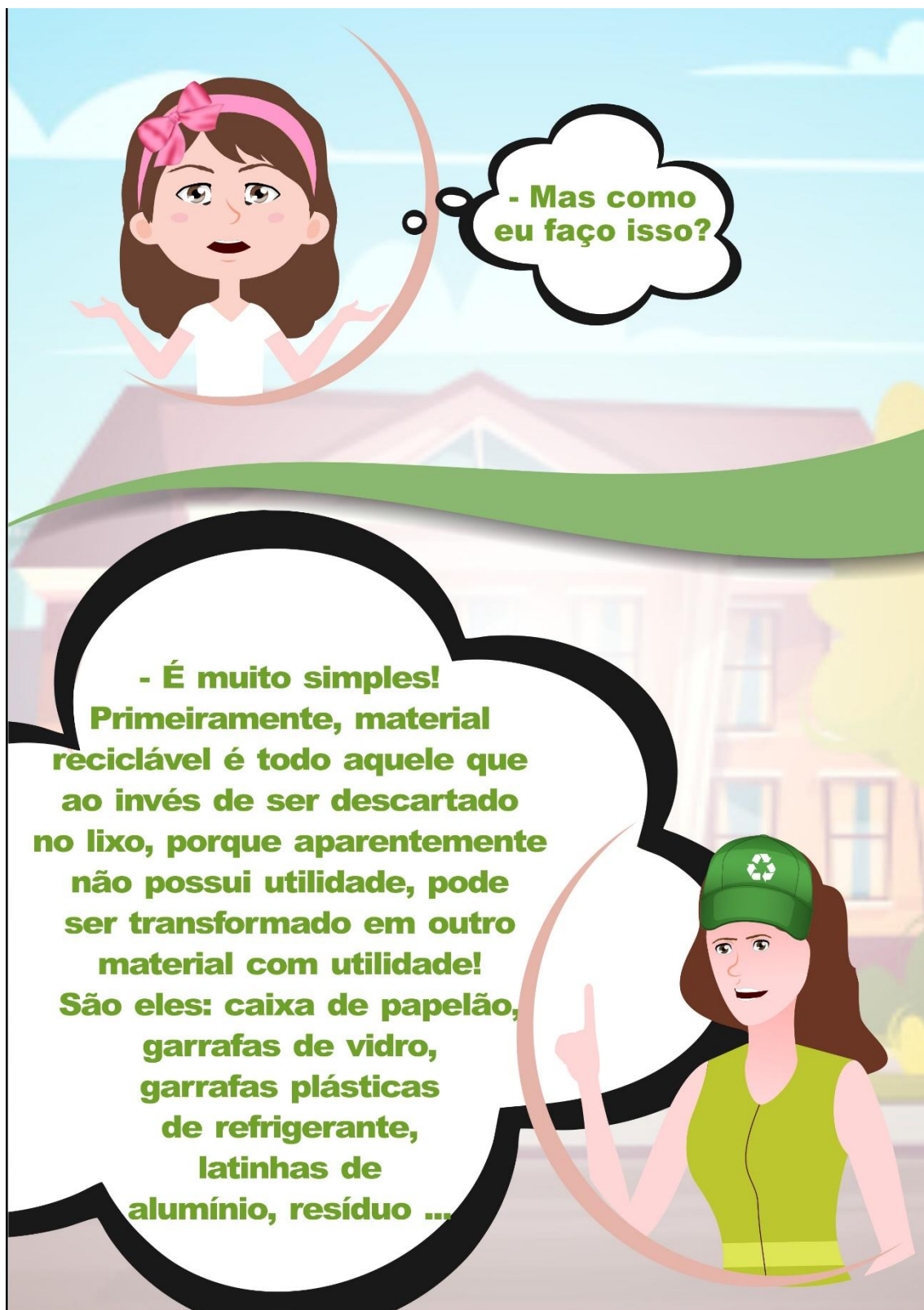


Uma catadora de material reciclável está passando com o seu carrinho de coleta e pergunta...



Ana Laura, sem entender, questiona a catadora:









**Mas o
que é uma
cooperativa
de catadores?**

Amplie seus conhecimentos!

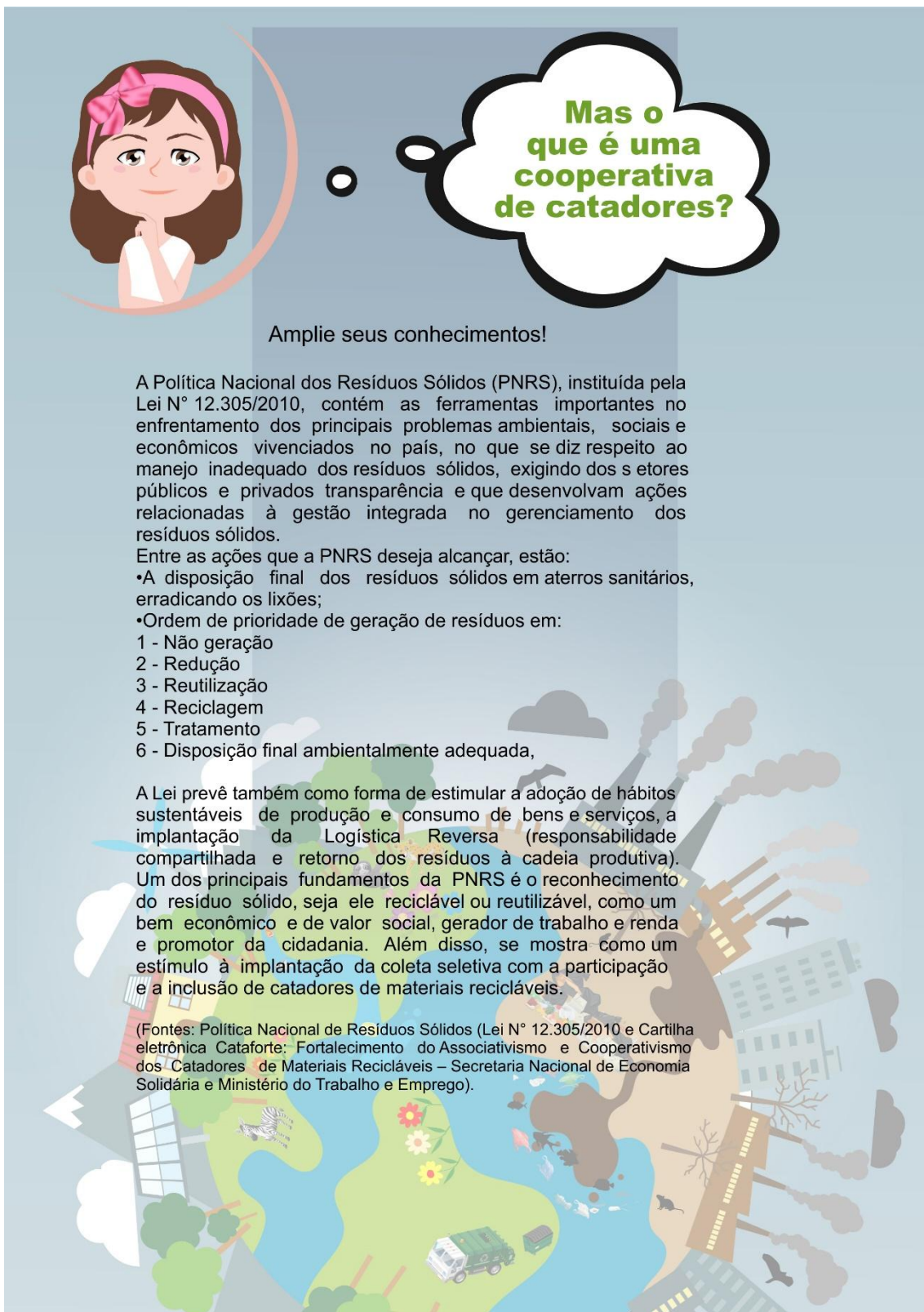
A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei N° 12.305/2010, contém as ferramentas importantes no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos vivenciados no país, no que se diz respeito ao manejo inadequado dos resíduos sólidos, exigindo dos setores públicos e privados transparência e que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada no gerenciamento dos resíduos sólidos.

Entre as ações que a PNRS deseja alcançar, estão:

- A disposição final dos resíduos sólidos em aterros sanitários, erradicando os lixões;
- Ordem de prioridade de geração de resíduos em:
 - 1 - Não geração
 - 2 - Redução
 - 3 - Reutilização
 - 4 - Reciclagem
 - 5 - Tratamento
 - 6 - Disposição final ambientalmente adequada,

A Lei prevê também como forma de estimular a adoção de hábitos sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, a implantação da Logística Reversa (responsabilidade compartilhada e retorno dos resíduos à cadeia produtiva). Um dos principais fundamentos da PNRS é o reconhecimento do resíduo sólido, seja ele reciclável ou reutilizável, como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania. Além disso, se mostra como um estímulo à implantação da coleta seletiva com a participação e a inclusão de catadores de materiais recicláveis.

(Fontes: Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei N° 12.305/2010 e Cartilha eletrônica Cataforte: Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis – Secretaria Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego).



**Célia apresenta a cooperativa
de catadores da cidade a Laurinha**



**A cooperativa é o local onde todo
o material reciclável é encaminhado.
Lá, ele é separado pelo tipo: vidro,
papel ou papelão, plástico e metal.
Depois disso ele é destinado à
empresas recicladoras para
retornar como matéria prima
ao processo industrial.**





Amplie seus conhecimentos!

A reciclagem consiste no tratamento de resíduos sólidos para que estes sejam reintroduzidos no ciclo produtivo, depois de descartados. É um processo que proporciona benefícios tanto em esfera ambiental, como em esfera social, pois contribui à redução do consumo de riquezas naturais, poupando água e energia, além de reduzir o volume de lixo gerado e oportunizar emprego e renda à milhares de pessoas. A separação correta, que se inicia em nossas residências, permite que os resíduos segregados sejam encaminhados para os catadores ou empresas recicladoras e retomem ao processo produtivo.

Como o processo de reciclagem começa com a forma com que separamos o nosso lixo em nossas casas, devemos primeiramente identificar os resíduos que podem ser reaproveitados. São eles: embalagens de papelão, plástico, papel, vidro, metal (aço, alumínio), isopor, embalagens longa vida (caixas de leite, por exemplo). Após a separação, é necessário que os resíduos recicláveis sejam limpos para prevenir a proliferação de insetos ou a contaminação dos outros resíduos. Os resíduos, após a separação e a higienização, devem ser encaminhados para a coleta seletiva (em muitos condomínios residenciais a mesma já é implementada), destinados em cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou em centros de recebimento espalhados pela cidade.

Você sabia que existem cores correspondentes aos tipos de resíduos? São elas: Azul (papel e papelão), vermelho (plástico), verde (vidro), amarelo (metal), preto (madeira), laranja (resíduos perigosos), branco (resíduos de hospitais e de serviços da saúde), roxo (lixo radioativo), marrom (lixo orgânico), cinza (lixo não reciclável, contaminado ou que cuja separação não é possível). Essa separação é muito importante para que os resíduos não sejam misturados e o trabalho nas centrais de reciclagens sejam otimizados. Porém, atualmente para simplificar, a separação também pode se dar em resíduo seco (materiais recicláveis), resíduo molhado (compostagem) e rejeito (coleta comum).

(Fontes: <https://www.mma.gov.br/infomma/item/7656-reciclagem>
<https://www.ecycle.com.br/2046-reciclagem> <https://www.ecycle.com.br/119-coleta-seletiva-cores>)







Um processo muito simples onde os resíduos orgânicos como cascas de frutas, verduras e legumes, folhas, talos são colocados numa composteira com húmus e minhocas vermelhas ou californianas e material vegetal seco como serragem grossa, folhas secas, grama seca ou palhas. Depois é só misturar todos os compostos e depois de um tempo eles se transformam em um rico material, chamado adubo! Dessa forma podemos adubar nossas plantas que vão ficar bem fortes e ainda estaremos contribuindo para o meio ambiente, evitando o tanto de resíduo que descartamos!



Amplie seus conhecimentos!

A compostagem enquadra-se como um tipo de reciclagem destinada aos resíduos orgânicos, que podem ser os restos de alimentos, podas de jardim, serragem, os quais são reaproveitados para servirem de adubo.

O processo deriva da decomposição controlada e acelerada dos resíduos de origem animal e vegetal, a fim de recuperar os resíduos orgânicos e levá-los de volta ao ciclo natural. O resultado do processo é um composto orgânico, de excelente qualidade, que não exala mal odor, nem atrai moscas e roedores.

A compostagem contribui para a redução de sobras de alimento, sendo uma solução simples para reduzir os nossos resíduos domésticos. Vamos tentar? Veja aqui o passo a passo da compostagem doméstica: <https://lar-natural.com.br/como-fazer-compostagem-domestica-passo-a-passo/>

Você sabia que, de acordo com estudo realizado (<http://discovermagazine.com/2007/jul/raw-data-is-dirt-the-new-prozac>) o contato com uma bactéria presente no húmus funciona como um antidepressivo, diminui alergias, dor e náusea? Que tal praticar a compostagem para se sentir mais feliz?

(Fontes: <https://www.mma.gov.br/informma/item/7594-compostagem>
<https://www.ecycle.com.br/2368-compostagem.html>
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/189621/1/CPA-F-AP-2018-FDR-Compostagem.pdf>)



As crianças foram brincar na praça e ...







Amplie seus conhecimentos!

Nos termos da PNRS, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é o "conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei."

A logística reversa é um dos instrumentos para aplicação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A PNRS define a logística reversa como um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada." Introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo decreto nº 7.404/2010.

O crescimento das cidades também acarreta no aumento da quantidade de resíduos sólidos e muitos desses se não descartados de forma correta são extremamente perigosos para o meio ambiente. A logística reversa nada mais é do que um ciclo em que a empresa se encarrega de colocar os resíduos sólidos gerados de volta ao processo de produção.

(Fontes: Ministério do Meio Ambiente - <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>; Planalto - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm; Ecycle - <https://www.ecycle.com.br/3692-logistica-reversa.html>;))

COMO FUNCIONA A LOGÍSTICA REVERSA?



As crianças foram andar de bicicleta e passam em frente ao hospital da cidade.







Amplie seus conhecimentos!

Evidentemente, há resíduos químicos nocivos à saúde e ao meio ambiente e que não podem ser aproveitados e necessitam de um descarte adequado para que não danifiquem o ambiente em que vivemos.

A incineração é uma forma de disposição final ou uma forma de tratamento térmico, utilizado para a destruição de uma grande variedade de resíduos, sejam eles líquidos ou sólidos. A decomposição ocorre através do contato do resíduo a oxidação pela elevada temperatura, podendo atingir 950° C. Desta forma, é possível destruir a parte orgânica do resíduo, reduzindo consideravelmente sua volumetria.

Dividem-se em dois grupos os resíduos que podem ser passados pelo processo de incineração, os quais estão descritos abaixo. Um exemplo de classe de resíduos que devem ser incinerados são os resíduos provenientes de serviços da saúde.

a) Orgânicos, contendo principalmente carbono, hidrogênio e oxigênio que são convertidos em CO₂ e água.

b) Orgânicos, contendo elementos metálicos como o chumbo e o sódio ou não metálicos como o cloro, o nitrogênio, o fósforo e o enxofre, que são removidos adequadamente dos gases de combustão.

Esse processo de descarte de resíduos químicos é uma solução encontrada para evitar problemas ambientais que tais produtos, em contato com o ambiente, podem ocasionar. (Fonte: <http://www.revistatae.com.br/8399-noticias>
<https://www.cetesambiental.com.br/incineracao-residuos-quimicos>)



**Com a coleta seletiva
os materiais recicláveis
papéis e papelões,
plásticos, metais, vidros,
isopor...
vão para as cooperativas
e retornam ao
processo produtivo
através da reciclagem.**



**Os restos de alimentos
cascas de frutas,
legumes e verduras
podem passar pela
compostagem
e voltar a natureza
como adubo.**



**Os resíduos perigosos como
lâmpadas fluorescentes,
pilhas e baterias,
eletroeletrônicos ...
retornam aos empresários,
fabricantes e indústrias produtoras
para dar a destinação
ambientalmente
adequada através
da logística reversa.**



**O resíduo hospitalar
já vimos que possui
uma coleta própria
e vai para incineração,
assim não prejudica
a nossa saúde
e o meio ambiente.**







Amplie seus conhecimentos!

Também conhecidos como Centros de Gerenciamento de Resíduos (CGR), os aterros sanitários são o destino mais adequado de todo lixo que não pode ser reciclado ou reaproveitado. Eles diferem dos lixões, uma vez que sua implementação e funcionamento seguem normativas para garantir a não contaminação do ar, do solo e da água, assegurando a qualidade de vida da população que vive em suas proximidades. São largamente utilizados em função do custo-benefício que oferecem: possibilitam o destino de vários tipos de resíduos e em diferentes quantidades.

A implementação dos aterros deve seguir etapas que vão desde o diagnóstico da área e coleta de informações à respeito do potencial gerador da região que será contemplada pelo aterro, ao dimensionamento, envolvendo estudo e projetos geotécnicos, impermeabilização das camadas superior e inferior, drenagem das águas superficiais e o tratamento dos efluentes lixiviados (chorume) e dos gases gerados.

Os resíduos despejados sofrem processos de decomposição através de reações químicas e biológicas, resultando em emissões de gases que podem poluir a atmosfera, efluentes líquidos, como o chorume, que se não tratados, contaminam o solo e corpos d'água, além de resíduos mineralizados, como o húmus.

Em Sergipe, o aterro sanitário está situado no município de Rosário do Catete, e é operado pela empresa ESTRE, que além de gerenciar parte dos resíduos gerados no Estado, promove educação ambiental e contribui ao desenvolvimento sustentável.

(Fonte: https://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/_publicacao/125_publicacao12032009023918.pdf
<http://www.estre.com.br/solucoes-para-empresas/aterros-sanitarios/>)

Estação de Biogás

Ao ser decomposto pelas bactérias, o lixo gera o biogás e o chorume. O gás é conduzido por tubulações para ser queimado e se tornar menos poluente. O chorume é armazenado e destinado a tratamento para ser transformado em água.

Manta plástica PEAD

(Polietileno Alta Densidade) para impermeabilização, que protege o solo e o lençol freático.









Amplie seus conhecimentos!

De acordo com o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU), desenvolvido pelo Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (SELURB) e pela PwC (PricewaterhouseCoopers), 53% das cidades brasileiras ainda destinam o lixo incorretamente para depósitos clandestinos, passados 8 anos da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que por sua vez, previa erradicação dos lixões em todo país em 2014. Os dados também apontam que a geração dos resíduos sólidos urbanos foi de 78,4 milhões de toneladas em 2017, aumento de cerca de 1% em relação a 2016. A coleta regular alcançou 91,2% do resíduo gerado, ou seja, 71,6 milhões de toneladas, mas 6,9 milhões de toneladas não tiveram a destinação correta. Tais dados foram coletados pelo Panorama dos Resíduos Sólidos e estudados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Sergipe é um dos Estados brasileiros que possui a Política e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, mas há um extenso caminho pela frente para o alcance do objetivo de erradicar os lixões. A educação ambiental é uma importante ferramenta nessa jornada, pois conscientiza toda a população, em todas as esferas da sociedade, sobre a importância do descarte adequado dos resíduos. Se cada um assumir um comportamento sustentável, estaremos caminhando para esse objetivo!

(Fontes: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/surgimento-de-lixoes-esta-ligado-falta-de-recursos-e-educacao>; <https://www.saneamentobasico.com.br/fim-dos-lixoes-brasil/>)







Amplie seus conhecimentos!

Os sete R's constituem em um processo educativo com a finalidade de contribuir para mudanças de hábito no cotidiano dos cidadãos. A questão-chave é leva-los a repensar sobre os seus valores e práticas, reduzindo o consumo exagerado e evitando o desperdício.

Repensar, recusar, reduzir, reparar, reutilizar, reciclar, reintegrar.

- Repensar : repensar os hábitos e atitudes, comprar e consumir o que é realmente necessário, pois o consumo excessivo gera produção excessiva, que por sua vez utilizam recursos naturais, como água e energia.
- Recusar: Recusar produtos fabricados por empresas que provocam grandes impactos ambientais.
- Reduzir: Usando corretamente produtos com maior durabilidade e com embalagens na medida certa, você vai reduzir o consumo de energia, de água e a quantidade de lixo residual. Assim, quando for comprar alguma coisa, pense em como reduzir a quantidade de lixo que será gerado com aquilo e evite excessos de consumo.
- Reparar: Muitas vezes, reparar um produto quebrado é mais viável que adquirir um novo. Além de ser sustentável, você ainda economiza!
- Reutilizar: Com um pouco de imaginação e criatividade podemos utilizar o mesmo produto para outro fim. Um objeto pode ganhar outras funções as quais foi projetado e ainda continuar sendo útil. Existem diversas maneiras de reutilizar um objeto: garrafas de PET podem virar uma prática horta vertical ou simpáticos brinquedos para as crianças, uma latinha de alumínio pode ser seu próximo "porta-trecos" ou um lindo vasinho de plantas. Um pneu velho pode ser transformado em um belo canteiro para plantas ou um belo puff, por exemplo.
- Reciclar: Não deu para reutilizar? Então renda-se à reciclagem. Cada material deve ser condicionado em um coletor específico para ser reciclado de acordo com sua natureza. Você pode separar os materiais em qualquer lugar e levá-los diretamente aos centros de reciclagem ou procurar serviços de coleta que passem pela sua casa ou trabalho. Lembre-se de separar os resíduos secos, procurando guardar os objetos limpos e secos.
- Reintegrar: Já o que não pode ser reciclado, como restos de alimentos e outros materiais orgânicos, pode ser reintegrado à natureza. A compostagem orgânica é o melhor processo para transformar cascas de verduras e outros resíduos orgânicos em adubo. O composto que resulta do processo é um material altamente nutritivo e pode ser utilizado em jardins, hortas e pomares.

(Fonte: <http://autossustentavel.com/2017/04/os-7-rs-da->







Amplie seus conhecimentos!

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. E reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Ela consiste em uma Declaração, em um quadro de resultados - os 17 ODS e suas 169 metas -, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão com o intuito de curar e proteger o nosso planeta. Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030, o objetivo é libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria, e através de medidas ousadas e transformadoras urgentes direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável.

Fonte: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>





Professora Dra. Rosana de Oliveira Santos Batista nasceu em Aracaju, filha de seus amados pais a Sra. Maria Helena de Oliveira Santos e o Sr. Geraldo Margela Conceição Santos. Casada com José Batista Santos Júnior, seu grande amor com o qual teve dois lindos e amados filhos, José Batista Santos Neto e Kamilla Evellyn de Oliveira Menezes.

Formada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFS e Doutora em Geografia pelo PPGEIO/UFS. Atualmente atua na Coordenação Acadêmica do Conselho Gestor do programa de educação ambiental em ecossistemas costeiros da bacia Sergipe-Alagoas 2017- PEAC.

E querida Orientadora da mestranda Elane Alvarenga Oliveira Hora no Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais- ProfCiamb/ Associada UFS.



Mestranda Elane Alvarenga Oliveira Hora nasceu em Aracruz/ES, mas Aracajuana de coração. Filha de seus amados pais a Sra. Célia Amaral Alvarenga e o Sr. José Carlos Oliveira. Casada com Thiago Reis Oliveira Hora, seu grande amor com o qual teve sua linda e amada filha Ana Laura Alvarenga Oliveira Hora.

Formada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, Pós- graduada em Educação Ambiental pela Faculdade Atlântico, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais- ProfCiamb/ Associada UFS. Professora da Rede Estadual de Ensino em Sergipe e da Rede Municipal de Ensino de Laranjeiras. Atuou como Coordenadora de Educação Ambiental- CEA (2016-2019), como Superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental-SQS em 2018 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMARH. E atualmente em 2019 como Coordenadora de Resíduos Sólidos-CRQ/SERHMA da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade-SEDURBS.



Laurinha e seus amiguinhos fazem uma divertida viagem de troca de conhecimentos e saberes sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos para sensibilização e formação de sujeitos ecológicos na busca pela preservação da natureza e do nosso meio ambiente para construção de uma sociedade sustentável.

